**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA**

PABLO JOSÉ CARRIZALEZ NAVA

**O GÁS NATURAL COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO NA
VENEZUELA: UMA LEITURA À LUZ DE BAMBIRRA, DOS SANTOS E MARINI**

**SÃO PAULO
2015**

PABLO JOSÉ CARRIZALEZ NAVA

O GÁS NATURAL COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO NA VENEZUELA:
UMA LEITURA À LUZ DE BAMBIRRA, DOS SANTOS E MARINI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Energia do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Seger Pereira Mercedes

Versão Corrigida
(versão original disponível na Biblioteca da Unidade que aloja o Programa e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

SÃO PAULO
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Carrizalez Nava, Pablo José.

O gás natural como indutor de desenvolvimento na Venezuela: uma leitura à luz de Bambirra, Dos Santos e Marini./ Pablo José Carrizalez Nava; orientadora: Sônia Seger Pereira Mercedes. – São Paulo, 2015.

166 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Energia)

EP / FEA / IEE / IF da Universidade de São Paulo.

1. Desenvolvimento social - Venezuela. 2. Desenvolvimento econômico- Venezuela. 3. Gás natural – Venezuela. 4. Teoria Marxista da Dependência I. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA

PABLO JOSÉ CARRIZALEZ NAVA

“O gás natural como indutor de desenvolvimento na Venezuela: uma leitura à luz de
Bambirra, Dos Santos e Marini”

Membros da Comissão Julgadora:

Prof.^a Dr.^a Sônia Seger Pereira Mercedes – IEE/USP
Presidente da Comissão Julgadora e Orientadora

Prof.^a Dr.^a Luisa Maria Nunes de Moura e Silva – UFMS

Prof. Dr. Ildo Luís Sauer – IEE/USP

*A quienes han vivido en la Calle Pinto Salinas,
192-B64, Barrio Unión.*

AGRADECIMENTOS

A Dios, por sus más sencillas manifestaciones en mi día a día,

A mis abuelos, Pablo (in memoriam), Maria Eulogia, y, en especial, a Clara, mi Maíta, por ser la base de mi existir,

A mis padres, en especial a mi madre, Neudy, incasable luchadora social y cazadora de sueños, por guiarme por caminos que, sin su mano, no hubiera podido seguir,

A mis hermanas y hermano, por estimularme a ser mejor persona cada día,

A mis tías y tíos, en especial Mary, Deyanira y Carlos Moisés (in memoriam), por ser cómplices de mis metas,

A mis amigos y colegas venezolanos por su constante apoyo en la distancia,

Aos professores, professoras e demais funcionários do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP), por terem contribuído com a minha formação acadêmica e pessoal,

Ao Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza e ao Grupo de Estudo Dialética da Dependência do IEE-USP, por me ajudar no entendimento dos postulados da Teoria Marxista da Dependência, o qual foi determinante para a conclusão deste trabalho,

Ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras e à Organização de Estados Americanos, que, junto à Comissão de Cooperação Internacional da USP fizeram possível meus estudos no Brasil,

Aos meus amigos e colegas brasileiros e latino-americanos, por me demonstrarem o amor e a força criativa do nosso continente,

A Carlos Fonseca e sua família, por terem sido meu grande apoio e refúgio no último ano,

E finalmente, à Professora Doutora Sônia Seger Pereira Mercedes. Sem a sua orientação, suporte, conhecimentos, e, sobretudo amizade, não teria sido possível a conclusão desta importante fase da minha vida.

A todos, muito obrigado.

“Para Venezuela, la situación representa continuar por el camino del subdesarrollo y consiguiente dependencia agravada, o decidir por fin seguir un camino independiente para buscar un desarrollo orgánico que nos conduzca a corregir esta Venezuela deformada y dividida en la cual se nos explota desde afuera, mientras desde adentro los cómplices de la situación [...] acallan la conciencia (...).”

Juan Pablo Pérez Alfonzo (1975).

RESUMO

CARRIZALEZ NAVA, Pablo José. O gás natural como indutor de desenvolvimento na Venezuela: uma leitura à luz de Bamberger, Dos Santos e Marini. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Energia da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

Esta dissertação visa estudar a indústria do gás natural da Venezuela a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Mudanças estruturais acontecem nesse país desde o início do século XXI, e esse processo não pode ser entendido sem se observar o papel fundamental da energia. O termo “energia” refere-se, neste trabalho, ao petróleo e gás natural. O primeiro tem sido o responsável pela penetração do capital estrangeiro no país e o segundo foi historicamente tratado como subproduto da indústria petroleira. A principal mudança nessa perspectiva foi introduzida pelo atual processo político, que usa ambos os recursos como instrumento para superar a relação de subordinação aos países industrializados. Portanto, objetiva-se analisar, com base na TMD, se, dada uma ampliação da indústria do gás natural da Venezuela estarão presentes os elementos capazes de promover uma ruptura com a forma subordinada em que se inseriu o país na economia mundial. Entende-se essa ampliação como um “projeto nacional” que procura a diversificação da economia e a conquista do desenvolvimento, entendido nos termos expostos pela TMD. Para facilitar o uso da TMD, foram selecionados três de seus expoentes, a saber: Vânia Bamberger, Theotônio dos Santos, e Ruy Mauro Marini. No que concerne à indústria do gás natural, a mesma foi avaliada seguindo parâmetros estabelecidos no Programa de Massificação do Uso do Gás Natural da Petrobras (2004). Por fim, foram contrastados os segmentos da cadeia produtiva do gás avaliados com os parâmetros da TMD, permitindo, por um lado, elucidar o processo que contribuiu para o subdesenvolvimento no país, e, por outro, avaliar o potencial dos atuais planos da IGN para estimular a industrialização nacional e a integração regional.

Palavras-chave: Indústria do gás natural, Teoria Marxista da Dependência, Venezuela, desenvolvimento econômico e social.

ABSTRACT

CARRIZALEZ NAVA, Pablo José. Natural gas as an inductor of development in Venezuela: a reading based on Bambirra, Dos Santos and Marini. 2015. 166 p. M.Sc. Dissertation – Post-Graduate Program in Energy. Universidade de São Paulo. São Paulo [BR] 2015.

This document aims to study the Venezuelan natural gas industry using the Marxist Dependency Theory (MDT). Structural changes have been occurring in this country since the early twenty-first century, and those transitions cannot be understood without observing the fundamental energy's role. The term "energy" refers, in this research, to oil and natural gas. The first one has been responsible for the foreign capital penetration in the country and, the second has been historically treated only as an oil industry derivate. The main change in this perspective was motivated by the current political process, which uses both resources as a tool for overcoming the subordinated relationship with the industrialized countries. Therefore, the objective is to analyze, based on MDT, if an expansion of Venezuela's natural gas industry will change the subordinated Venezuelan role in the global economy. This expansion is understood as a "national project", which looks for economic diversification and achievement of development, understood in the MDT's terms. To make easier to use the MDT, three exponents was selected: Vania Bambirra, Theotônio dos Santos, and Ruy Mauro Marini. The assessing for the natural gas industry expansion follows the parameters established in the National Gasification Program of Petrobras (2004). Finally, the segments of the productive gas chain was contrasted with the MDT parameters, allowing to understand the process that contributed to the country underdevelopment and, evaluating the potential of current plans in natural gas industry for stimulating national industrialization and regional integration..

Keywords: Natural Gas Industry, Marxist dependency theory, Venezuela, economic and social development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do PIB entre 1920-1944 (Milhões de Bs. 1984).....	49
Figura 2 - Evolução do preço de petróleo.....	55
Figura 3 - Evolução do PIB entre 1945-1976 (Milhões de Bs. 1984).....	58
Figura 4 - Relação Gás/Petróleo (RGP) 1952-1974.....	62
Figura 5 - Evolução do PIB entre 1971-1999 (Milhões de Bs. 1984).....	64
Figura 6 - Dívida Externa de Venezuela 1950-1999.....	65
Figura 7 - Fuga de Capital na Venezuela 1950-1999.....	68
Figura 8 - Investimento Estrangeiro Direto (IED) na Venezuela - 1950-1999.....	68
Figura 9 - Histórico da produção e destinos do gás natural na Venezuela 1918-2010.....	80
Figura 10 - Balanço do comercio de gás natural regional e com o mundo (para países selecionados de América Latina e o Caribe), 2005, 2011, 2012 (Bilhões de pc/d).....	83
Figura 11 - Divisão político-administrativa da Venezuela.....	85
Figura 12 - Áreas mais povoadas da Venezuela.....	86
Figura 13 - Evolução das reservas provadas de gás - 1994-2011.....	88
Figura 14 - Reservas provadas e sua distribuição no território nacional.....	89
Figura 15 - Infraestrutura de transporte e distribuição.....	91
Figura 16 - Destinação do gás natural produzido (MMm ³), 1994-2011.....	92
Figura 17 - Consumo de gás natural por setores - 1994-2011.....	93
Figura 18 - Infraestrutura de Extração e Fracionamento de LGN em 2012.....	95
Figura 19 - Produção de LGN (b/d), 1998-2011.....	95
Figura 20 - Distribuição das vendas de LGN, 1999-2011.....	95
Figura 21 - Localização e empresas participantes nos projetos de E&P de gás <i>offshore</i> , em 31-12-2010.....	103
Figura 22 - Gasoduto <i>Transcaribeño</i> . Infraestrutura atual e futura.....	106
Figura 23 - Produção de gás diária em Venezuela, 2013.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Operacionalização da TMD.....	19
Tabela 2 – Rentabilidade dos investimentos das empresas petroleiras na Venezuela, 1950-1969.....	52
Tabela 3 - Comparação entre o Tratado de Reciprocidade Comercial Venezuela – EUA de 1939 e 1952.....	52
Tabela 4 - A indigestão econômica em números.....	59
Tabela 5 - Aspectos relevantes da LOHG de 1999.....	79
Tabela 6 - Participação fiscal de indicadores do setor de hidrocarbonetos na economia nacional, 2000-2012.....	82
Tabela 7 - Reservas provadas de Hidrocarbonetos da Venezuela, 2008-2013.....	88
Tabela 8 - Produção e disponibilidade de Gás Natural (MMm ³), 2012 e 2013.....	89
Tabela 9 - Principais gasodutos para 2003 e 2011.....	90
Tabela 10 - Os 10 projetos da <i>Revolución Gasífera</i> anunciado em 2007.....	99
Tabela 11 - Projetos da indústria do gás em execução, para 2013.....	100
Tabela 12 - Indicadores sobre os hidrocarbonetos líquidos.....	116
Tabela 13 - Preços do gás ao consumidor final.....	117

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO.....	13
1.1. Definição do problema e objetivos.....	13
1.2. Estrutura metodológica.....	15
1.3. Relevância da pesquisa.....	18
II. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	20
2.1. Teorias do Desenvolvimento: breve revisão.....	20
2.2. Críticas ao Desenvolvimento etnocêntrico. Aproximação à Teoria da Dependência e sua vertente marxista.....	22
2.3. Ferramentas Metodológicas da Teoria Marxista da Dependência.....	26
2.3.1. Vânia Bambirra e a tipologia da dependência.....	27
2.3.2. Theotônio dos Santos. Caracterização das estruturas das economias dependentes.....	31
2.3.3. Ruy Mauro Marini e a integração regional.....	36
2.4. Operacionalização das ferramentas metodológicas.....	40
III. DEPENDÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E ENERGIA.	44
3.1. A gênese do subdesenvolvimento na Venezuela.....	44
3.1.1. Consolidação da “Venezuela exportadora de petróleo” (1920-1944).....	46
3.1.2. Da reforma petroleira à nacionalização dos hidrocarbonetos (1945-1970).....	49
3.1.3. Da nacionalização da indústria do gás e do petróleo ao esgotamento do modelo rentista (1971-1999).....	58
3.2. Período da Quinta República: O Estado reitor da economia.....	72
3.3. Balanço do Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural.....	79
IV. A SITUAÇÃO DO MERCADO DE GÁS NATURAL NA VENEZUELA E PERSPECTIVAS A PARTIR DO PERÍODO CHÁVEZ.....	81
4.1. Aspectos geográficos, demográficos e sociais da Venezuela.....	84
4.2. Oferta de Gás Natural na Venezuela.....	87

4.3. Visão geral da produção e consumo de gás natural na Venezuela.....	91
4.3.1. Uso do gás natural no mercado interno.....	92
4.3.2. Líquidos de gás natural – produção e uso.....	93
4.4. A expansão da Indústria de Gás Natural na Venezuela – a visão a partir de Chávez.....	96
4.4.1. Os projetos para o desenvolvimento e investimento nacional.....	97
4.4.2. Os projetos de integração energética regional.....	104
4.4.2.1. Gasodutos internacionais.....	105
4.4.2.2. Organismos setoriais internacionais.....	107
4.5. Agentes que operam dentro da cadeia da IGN.....	108
4.6. Consumo de hidrocarbonetos líquidos vs. Gás natural.....	115
V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	119
VI. REFERÊNCIAS.....	124
VII. APÊNDICES.....	133
A. Entrevista a Jorge Luis Sánchez.....	133
B. Entrevista ao Prof. Dr. Nilson Araujo de Souza.....	150
C. Declaração de autorização.....	162
VIII. ANEXO.....	163

CAPÍTULO I: APRESENTAÇÃO

1.1. Definição do problema e objetivos.

Esta dissertação visa estudar a indústria dos hidrocarbonetos da Venezuela, mais precisamente, o segmento do gás natural, a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Uma luta por mudanças estruturais acontece na Venezuela desde o início do século XXI. Esse processo não pode ser entendido sem observar o papel fundamental da energia. O termo “energia” refere-se, neste trabalho, aos hidrocarbonetos, petróleo e gás natural. O primeiro tem sido o responsável pela penetração do capital estrangeiro no país, e o segundo, foi historicamente encarado e tratado como subproduto da indústria petroleira. A principal mudança nessa perspectiva foi introduzida pelo atual processo político, que usa ambos os recursos como instrumento para superar a relação de subordinação aos países industrializados de corte imperialista. Nessa nova política energética, o gás natural representa um potencial estratégico como vetor, ou catalisador, que pode permitir a transição de uma economia não diversificada, para diversificada.

Pode-se iniciar com uma descrição das mudanças política que se evidenciaram na Venezuela com a chegada de Hugo Chávez Frías à presidência da República, em 1999. A vitória de Chávez significou o fim do acordo político conhecido como *Pacto de Punto Fijo*¹, e o início do enfrentamento entre o plano nacionalista de desenvolvimento econômico e social, que depois passou a se chamar de *Socialismo del Siglo XXI* (que ele defendia e agora encabeça o atual presidente Nicolás Maduro), e as políticas de corte neoliberal, que a elite política *puntofijista* assumia. Cada uma dessas visões de país tem sua própria agenda de governo. O *puntofijismo* tem por objetivo manter o *status quo* implantado no início do século XX, com a chegada do capital estrangeiro através das empresas transnacionais petroleiras, responsável pelo tipo de inserção do país na divisão internacional do trabalho. O *chavismo* pretende mudar por completo essa situação de submissão – pelo menos no discurso oficial.

¹ Trata-se de um pacto político que procurou a governabilidade da Venezuela após a queda da ditadura militar em 1958. Era formado por: *Acción Democrática* (AD), COPEI, e URD. Depois da saída do último, permitiu a alternância no poder entre os primeiros, desde o ano de sua assinatura até 1998.

No que corresponde à indústria do gás natural (IGN), a nova estratégia fica evidente no projeto do *Ministerio del Poder Popular de Petróleo y Minería* (MPPPM) e da empresa estatal *Petróleos de Venezuela, S.A.* (doravante, PDVSA), conhecido como *Revolución Gasífera*². Esse projeto, planejado para o período 2010-2015, abarca uma série de investimentos em áreas-chave dentro da IGN, como ampliação da produção e exploração *on-shore* e *off-shore*, aumento da capacidade de processamento e compressão, transporte e distribuição e infraestrutura para a liquefação (GNL). Segundo o plano, busca-se, além de cumprir metas de mercado (satisfazer as demandas interna e externa de gás natural e seus derivados), atingir um aumento na qualidade de vida da sociedade venezuelana, objetivo principal do *Plan de la Nación “Simón Bolívar” 2007-2013*³. Dado esse contexto, surge a seguinte pergunta: a indústria do gás natural possui a capacidade de modificar as estruturas político-econômicas venezuelanas, de caráter dependente e rentista, para uma economia mais diversificada e uma política mais preocupada com o desenvolvimento da nação?

Desta maneira, o objetivo que se persegue é analisar, com base na Teoria Marxista da Dependência, se, dada uma ampliação da indústria do gás natural da Venezuela estarão presentes os elementos capazes de promover, ou ao menos engendrar, uma ruptura com a forma subordinada em que se inseriu o país na economia mundial. Entende-se essa ampliação como um “projeto nacional” que procura a diversificação da economia e a conquista do desenvolvimento, aqui entendido nos termos expostos pela TMD.

Os objetivos específicos deste trabalho são: caracterizar o processo de configuração de uma economia rentista na Venezuela, como consequência da inserção do país na divisão internacional do trabalho e, avaliar o impacto do atual processo político no desenvolvimento da IGN no país, bem como sua potencialidade para alavancar o desenvolvimento nacional, alicerçando uma economia mais diversificada.

Parte-se da hipótese de que a ampliação da indústria do gás pode gerar uma série de mudanças capazes de promover um desenvolvimento social e endógeno, que possa romper as relações de dependência. Entre essas mudanças, destacam-se: investimentos em infraestrutura, formação de profissionais, criação de empregos, disponibilidade de mais óleo e seus derivados para exportação, instalação de outras indústrias (em especial, de bens

² Ou “revolução do gás natural”, é um plano que foi anunciado pelo presidente Chávez no seu programa de televisão *Aló Presidente* número 294 do dia 16/09/2007.

³ Principal instrumento de planejamento da economia venezuelana no período mencionado.

de capital), além da geração de considerável excedente econômico que, apropriado sob um projeto dessa natureza, permitiria fortalecer a seguridade social, contribuindo para uma crescente autonomia, sobretudo, das camadas historicamente segregadas pelo modo de produção hegemônico.

A hipótese desdobra-se em duas perspectivas: uma interna, que mira a massificação do uso do gás natural pelos diversos setores da economia nacional; e outra externa, que permite vislumbrar uma possível preponderância da Venezuela como produtor e exportador de gás natural, alterando as relações do cenário energético regional.

A literatura especializada faz referência ao mercado de gás natural da Venezuela como um mercado incipiente e com alto potencial de crescimento. Por exemplo, Palazuelos (2008) afirma que a Venezuela possui um alto potencial produtivo como consequência das grandes reservas (atualmente em 192 Trilhões de pés cúbicos), mas 85% da produção do gás é associada à extração de óleo e é utilizada como coadjuvante na produção das próprias jazidas de petróleo, sendo mínimo seu consumo final no mercado nacional.

Assim sendo, este recurso só terá um papel preponderante na implantação de uma nova política de desenvolvimento no país, se aumentar a demanda e consumo interno e a sua capacidade para exportação.

1.2. Estrutura metodológica.

Esta pesquisa se classifica, conforme Hurtado de Barrera (2010), em:

- Segundo a origem dos dados, é de natureza mista, já que se vale de dados de fontes vivas, recolhidos por entrevista; assim como de dadas e diretrizes (políticas públicas) disponíveis em publicações oficiais, como: *Libro de Petróleo y Otros Datos Estadísticos* (PODE)⁴ do MPPPM, Informes de Gestão Anual da PDVSA, e o Programa de Massificação do Uso do Gás Natural (PMUGN) da Petrobras.
- Segundo a temporalidade e sequencia das observações, a pesquisa se apresenta como multitemporal, já que é contemporânea, porque se pretendeu realizar um diagnóstico do evento em estudo, neste caso, da capacidade da IGN na Venezuela em contribuir ao desenvolvimento nacional, nos termos da TMD. É igualmente

⁴ Só a inícios de 2015, o MPPPM publicou o PODE correspondente ao ano 2011, sendo sua versão disponível on-line mais recente.

retrospectiva, porque foi feita uma análise histórica sobre o desenvolvimento da Venezuela – à luz do referencial teórico selecionado – com a finalidade de entender o porquê da sua situação atual. E, finalmente, foi feita uma breve análise prospectiva, onde se avalia a possibilidade e limitações da expansão da IGN no país.

- Segundo a amplitude do foco de pesquisa, o desenho se apresenta como multieventual, ou multivariável, já que, apesar de o foco principal da pesquisa SER a caracterização do IGN na Venezuela como motor do desenvolvimento, se faz referência a outra variável, que é o processo histórico do surgimento e aprofundamento da dependência na Venezuela.

A metodologia adotada neste trabalho assumiu diferentes fases ou etapas.

Assim, uma vez delineado o problema-questão a ser abordado, iniciou-se a fase de pesquisa exploratória das principais obras da TMD, com a finalidade de construir o referencial teórico-metodológico utilizado nesta dissertação.

A discussão foi iniciada com uma breve exposição crítica das diferentes concepções teóricas sobre o (sub)desenvolvimento, que tiveram importante impacto na agenda internacional, e especificamente na América Latina, desde o século XX. Considera-se esse debate como o catalisador da produção das teorias latino-americanas, entre elas a Teoria da Dependência (TD) e suas diferentes vertentes.

Em seguida, foram selecionados os principais expoentes desta corrente: Teotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, os quais criaram as bases de um arcabouço teórico-metodológico para entender o problema do desenvolvimento latino-americano, a partir de uma visão crítica marxista, e como resposta tanto ao pensamento hegemônico dos anos 1960, encabeçado pela CEPAL, e pelos partidos comunistas da região latino-americana.

A escolha da corrente marxista da TD teve como critério as propostas que ela faz para superar a condição dependente dos países periféricos, isto é, o afastamento do imperialismo e suas correntes de pensamento, e do neoliberalismo, os quais foram ineficientes ao tratar de superar o principal desafio histórico da região latino-americana, isto é, o subdesenvolvimento, durante a década de 1990. Por outro lado, acredita-se nos seus postulados sobre a integração regional como uma ferramenta para abrir oportunidades

aos países da região (e não para o capital estrangeiro), oportunidades com uma lógica que vê além dos interesses do mercado.

Assim sendo, a TMD procura um desenvolvimento autóctone da região, a partir de uma modificação das suas estruturas socioeconômicas históricas, e não por uma “globalização associada” (como na visão de Fernando Henrique Cardoso e seus seguidores), ou por um regionalismo aberto (na visão contemporânea da CEPAL), e nenhuma outra corrente de pensamento afim. Essa discussão é desenvolvida de forma mais ampla no capítulo II. Ali são selecionadas algumas das categorias de análise propostas pelos autores mencionados, já que a produção científica deles é vasta, mas para os fins deste trabalho só foram utilizados os elementos apresentados na Tabela 1.

Por outro lado, uma fase descritiva é apresentada no capítulo III. Nesse capítulo foi desenvolvida a primeira parte de uma sistematização à luz do referencial antes definido. Através de uma breve análise histórica e retrospectiva, reconstruiu-se o processo de configuração do capitalismo rentista na Venezuela, como consequência das relações de subordinação com os interesses do capitalismo internacional. Igualmente, apresenta-se uma descrição do atual contexto político, que tem como objetivo superar a condição rentista da economia venezuelana. Ao longo do texto, faz-se ênfase à relação entre processos que parecem desvinculados, mas que na verdade são interdependentes: o desenvolvimento da indústria do petróleo e do gás natural – principalmente da evolução do marco regulatório –, o processo de industrialização e a penetração do capital estrangeiro.

A segunda parte do processo de sistematização continua no capítulo IV, essa vez, o foco é uma análise da situação atual, contemporânea, da IGN na Venezuela, que usa a estrutura metodológica do PMUGN do Brasil como marco referencial para desdobrar as características principais dessa indústria.

A seleção do programa de massificação da Petrobras foi feita pelo potencial que o programa possui de impactar, através da sua implantação, as esferas econômica, ambiental e social. Econômica, porque estimula o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto forem realizadas as diferentes obras e políticas públicas nele previstas, além de ter um impacto a logo prazo, dado o aumento do consumo do gás. Do ponto de vista ambiental, a substituição dos recursos energéticos tradicionais (derivados do petróleo, carvão, lenha, etc.) por gás permite a redução de poluentes (especialmente da emissão de gases de efeito

estufa). E por último, do ponto de vista social, por gerar empregos (temporais e permanentes), criados diretamente nas cadeias produtivas vinculadas à produção e uso do gás natural, ou indiretamente, nas atividades de apoio a estas cadeias. Por esses motivos, pode-se afirmar que o programa poderia permitir à sociedade se apropriar dos seus recursos naturais – no caso o gás natural – para aumentar a sua produtividade, já que o gás pode ser usado não só como fonte de energia, mas também, como insumo e matéria-prima para outras atividades econômicas e produtivas.

Contudo, é importante advertir que, devido às fontes dos dados estatísticos, e para homogeneizar as análises, o corte temporal usado foi desde 1994 até 2011 e, em alguns casos, desde 2002 até 2011, 2012 ou 2014.

Finalmente, uma fase avaliativa, onde estão expostas as limitações, recomendações e conclusões do presente trabalho, é apresentada como uma discussão final no capítulo V.

1.3. Relevância da pesquisa.

A relevância desta pesquisa se pode evidenciar a partir de vários argumentos. O primeiro é o resgate de teorias e metodologias de análise criadas por latino-americanos, para o estudo crítico da realidade da América Latina, isto é, questionando o papel designado a esses países – no caso, a Venezuela – na divisão internacional do trabalho, sustentada no modelo clássico das vantagens comparativas.

O segundo refere-se à aplicação dessa estrutura teórico-metodológica – a TMD – nas análises e estudos da questão energética no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP). Para esse fim, contou-se com o apoio do Grupo de Estudo Dialética da Dependência (GEDD)⁵ cujas discussões e debates foram de grande relevância para o desenvolvimento da presente pesquisa, primeira produção bibliográfica realizada no âmbito do GEDD.

⁵ A criação do GEDD foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do IEE-USP no dia 14/10/2013. No ano em que é publicada esta dissertação, o grupo é coordenado pelo Prof. Dr. Célio Bermann (IEE), participam de suas discussões diversos professores e pesquisadores como Dr. Nilson Araujo de Souza (UNILA), Dra. Luisa Moura Nunes de Moura e Silva (UFMS), Dr. Ildo L. Sauer (IEE), Dr. Nilton Bispo Amado (IEE), e a Dra. Sonia Seger (IEE), assim como outros membros do IEE, da comunidade USP em geral, acadêmicos de outras universidades, e da sociedade civil. Tem como objetivo geral investigar a capacidade explicativa da TMD nas situações de (sub)desenvolvimento e de integração nos países periféricos na atualidade, com especial ênfase na discussão ao redor da organização da produção de energia e a sua apropriação pela sociedade. Está registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como grupo de pesquisa.

Por fim, considera-se também relevante a possibilidade de contribuir na busca do desenvolvimento em países da região latino-americana, neste caso, da Venezuela. Atingir um maior grau de diversificação econômica, e, portanto, de maior independência da renda petroleira, é um desafio histórico para esse país, e, mais diante de um mercado petroleiro internacional (a inícios do ano 2015) que se apresenta desfavorável para os países produtores e exportadores de petróleo.

Portanto, a superação da estrutura monoexportadora é um objetivo que deve ser materializado na Venezuela, e se pretendeu com o desenvolvimento deste trabalho, ampliar as trilhas que até agora foram abertas para atingir tão importante meta.

Tabela 1: Operacionalização dos conceitos da TMD (*).

	Bambirra	Dos Santos	Marini
Diagnóstico	Limitação na ciência social institucionalizada, que enfoca os problemas para o desenvolvimento da região latino-americana como produto de situações conjunturais, e não das estruturas históricas estabelecidas pelos países do centro-hegemônico.	<p>A industrialização da periferia, sob a égide do capital internacional, trouxe a associação do desenvolvimento ao subdesenvolvimento.</p> <p>Ausência de um setor produtor de maquinarias, equipamentos, bens intermediários e insumos básicos, isto é, ausência do setor I da economia na periferia.</p>	A inserção internacional subordinada da economia latino-americana leva a uma impossibilidade de integração dessas economias entre elas mesmas, dado seu caráter de economias exportadoras de produtos primários, o que impede uma complementaridade econômica regional.
Subsídio teórico-metodológico	<p>Redefinição da categoria “dependência”</p> <p>Desenvolvimento de uma tipologia para os países latino-americanos: Países Tipo A, B, e, C.</p> <p>Explicação do Processo de Integração Monopólica, e sua relação com os processos de industrialização na América Latina.</p>	<p>Descrição das formas históricas de dependência</p> <p>Apontamento dos limites estruturais que impedem o desenvolvimento da região latino-americana.</p> <p>Os efeitos dos limites estruturais nas estruturas produtivas dos países latino-americanos.</p>	Explicação de como o agravamento das crises do capitalismo mundial abre espaços para a instauração de projetos de integração regional com uma visão de superação das relações desiguais e de subordinação com os países do capitalismo avançado.
Propostas	O socialismo como necessidade histórica, e como alternativa ao Capitalismo de Estado que tende a favorecer ao capital estrangeiro.	A interiorização do setor I, que geraria uma expansão da demanda doméstica e do emprego.	<p>Transição para um novo paradigma de integração: fortalecimento das relações Sul-Sul.</p> <p>Relevância do papel do Estado e dos Movimentos Sociais.</p>

(*) Uma explicação mais detalhada desta tabela está no subitem 2.4 do capítulo II. *Fonte:* Elaboração própria.

CAPITULO II:

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

2.1. Teorias do Desenvolvimento: breve revisão.

O debate teórico sobre o desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento na América Latina teve início logo depois da Segunda Guerra Mundial (II-GM). Várias correntes teóricas serviram como referência ao ideal de desenvolvimento que a região poderia alcançar.

Entre as principais linhas teóricas que marcaram esse debate, de forma geral, destacam-se: a Teoria da Modernização, elaborada por pensadores dos países capitalistas de industrialização madura, que acreditam que os “países em desenvolvimento”, para atingir níveis superiores, devem imitar padrões de produção e consumo similar aos deles, sem considerar suas estruturas tradicionais e históricas. (IAEDPG, 2007)

Oliveira (1979) faz uma crítica direta à Teoria da Modernização, de descolonização e desintegração dos últimos impérios europeus, que tomou força no contexto do pós-guerra, ao afirmar que essa teoria está inserida numa visão etnocêntrica, cujos valores são determinados pelas sociedades autotransformadas como desenvolvidas - da Europa e dos EUA -, numa perspectiva repetitiva e evolutiva da história e num modelo pretensamente universal, aplicável a qualquer sociedade. Assim, o enfoque do desenvolvimento como processo transicional, como se fosse um simples processo de modificação das dimensões da estrutura social, não consegue apreender a dinâmica própria dos países em desenvolvimento.

Próxima a essa perspectiva, encontra-se a Teoria da Globalização, que toma forma depois do fim da Guerra Fria. De acordo com essa teoria, a integração, que pode incluir elementos culturais, políticos e econômicos, reduz-se à inserção no comércio global e na procura da livre mobilização de capitais financeiros e humanos, apoiada nas novas tecnologias de informação e comunicação (IAEDPG, 2007).

Em outras palavras, conforme Maza Zavala (2000, p. 210), a abertura total dos mercados e das oportunidades de investimento são os objetivos predominantes da

globalização, enquanto que as fronteiras, as identidades nacionais e as características histórico-culturais são diluídas, dando lugar a uma “humanidade unidimensional”.

Outra corrente teórica que começou a ter uma forte influência entre as décadas de 1970 e 1980, foi a Teoria do Desenvolvimento Sustentável, em que se incorpora a dimensão ambiental na análise de desenvolvimento socioeconômico. Para aquela época, o qualificativo “sustentável” se tornou um novo valor tão relevante e comum quanto a justiça social (ELI DA VEIGA, 2006 *apud* CECHIN, 2010). O desenvolvimento sustentável, cuja definição mais disseminada permanece sendo “o desenvolvimento que garante atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de entender suas necessidades”, foi conceituado pela primeira vez no Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, em 1987, que passou a ser conhecido mais popularmente como Relatório Brundtland (CECHIN, 2010).

O surgimento desse valor – sustentabilidade – “foi determinado por dúvidas sobre a continuidade do processo de expansão das liberdades humanas” (Ibid., p. 174), processo este que é a própria definição de desenvolvimento, para Amartya Sen (Ibid.).

Segundo Sen:

“o desenvolvimento é um processo de ampliação das liberdades humanas, ou seja, da expansão das escolhas que as pessoas têm para terem vidas plenas e criativas. O crescimento econômico é um simples meio nesse processo. Os benefícios do crescimento devem servir à ampliação de no mínimo quatro capacidades humanas mais elementares: ter vida longa e sustentável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida na comunidade.” (SEN, 1999, *apud* CECHIN, 2010).

Essa visão de desenvolvimento teve um impacto muito grande sobre organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para o PNUD, o desenvolvimento humano⁶ é um conceito intimamente relacionado “à ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para

⁶ Explica Mercedes (2002) que o desenvolvimento humano corresponde a uma abordagem da Economia do Desenvolvimento que, por sua vez, é uma vertente do pensamento econômico que se dedica a quantificar a dinâmica econômica dos países em termos comparativos. Assim, a abordagem do desenvolvimento humano se enfoca no desenvolvimento dos indivíduos, o qual se traduz no progressivo aprimoramento de suas potencialidades sociais e condições de vida, medido por indicadores sociais. A outra abordagem corresponde a uma linha mais tradicional, o crescimento econômico, entendido como formação de riqueza e opulência e medido por indicadores econômicos, principalmente o produto interno bruto (PIB) e o PIB per capita. Para Sen (1994 *apud* Ibid.) a diferença essencial entre as duas abordagens reside no enfoque dos meios usados para atingir o desenvolvimento.

serem aquilo que desejam ser” (PNUD, 2012). O conceito representa uma mudança de perspectiva, já que o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano (Ibid.). Esse novo enfoque de desenvolvimento ressalta o pressuposto de que para entender o avanço na qualidade da vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influem nesta dimensão. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) são a instrumentalização e quantificação do desenvolvimento humano para o PNUD.

O debate em torno do Desenvolvimento Sustentável tem sido polêmico desde sua introdução na agenda internacional. Ainda que a preocupação pelas necessidades das gerações futuras, assim como as dos ecossistemas e recursos finitos do nosso planeta sejam válidas, a forma como se apresentam, através de um discurso hegemônico, deve ser olhada com detalhe. Assim, Sauer, Amado e Mercedes (2011) alertam que “o problema da retórica do ‘desenvolvimento sustentável’ é que ela tem escamoteado o fato de que os atuais problemas ambientais são fruto do conflito entre duas leis, uma delas determinada pelo mundo social, outra pelo mundo físico”. Isso quer dizer:

“Por um lado, a lei do valor impõe que o capital não pode existir sem permanentemente direcionar a capacidade social de produção para aumentar a riqueza expressa na forma monetária, como nos mostram a busca ano após ano por crescimento no PIB, mesmo em países com níveis já altíssimos de riqueza e consumo (...). Por outro lado, a dimensão biofísica dos processos produtivos impõe que a capacidade social de produção não pode ser efetiva sem mobilizar fluxos de energia e materiais de alta qualidade, os quais ao serem usados convertem-se em mercadorias e poluição. Na ordem social atual, a lei do valor, válida apenas na civilização capitalista, está em permanente conflito com as leis da termodinâmica, válidas em qualquer civilização.” (Ibid.).

2.2. Críticas ao desenvolvimento etnocêntrico. Aproximação à Teoria da Dependência e sua vertente marxista.

Retomando a questão sobre as teorias a respeito do desenvolvimento de corte etapista e etnocêntrico, comenta Theotônio dos Santos (2000) que a crise do colonialismo, que se iniciou na I Guerra Mundial e se acentuou logo depois da II-GM, colocou em discussão algumas das interpretações da evolução histórica. Tais interpretações tinham se constituído desde o século XIX em torno da revolução industrial e do surgimento da civilização ocidental como um grande processo socializador, criador de modernidade.

A modernidade, durante o contexto assinalado, foi encarada como um fenômeno universal, um estágio social que todos os povos deveriam atingir, inspirado fundamentalmente pelo liberalismo norte-americano e o inglês, ou pelo socialismo russo (DOS SANTOS, 2000).

O atraso dos países subdesenvolvidos era o resultado dos obstáculos que neles existiam para o seu pleno desenvolvimento ou modernização.

“Mesmo em países que apresentavam taxas de crescimento elevadas, como os países latino-americanos, cuja independência política havia sido alcançada no princípio do século XIX, estavam limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política à economia internacional. Seu crescimento econômico parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo, e uma distribuição de renda desastrosa. Era necessário buscar novos rumos teóricos.” (DOS SANTOS, 2000, p. 21).

Para compreender melhor as colocações de Dos Santos, se faz necessário entender, portanto, o impacto modernizador que a Revolução Industrial teve no mundo. Furtado (1986) explica que a propagação da Revolução Industrial se deu em três direções diferentes. A primeira marcou a linha de desenvolvimento dentro da Europa Ocidental, com a expansão das inovações técnicas que modificaram as estruturas artesanais e mercantilistas, aumento a produtividade do trabalho na região.

A segunda direção se deu para além das fronteiras europeias, deslocando mão de obra, capital e técnica, onde houvesse terras disponíveis e com características similares às da própria Europa, por exemplo, Austrália e Norte-américa.

A terceira expansão, por sua parte, foi para as regiões ocupadas com sistemas econômicos seculares e de vários tipos, mas de qualquer forma todos de caráter pré-capitalista. Isso gerou um conflito entre as vigorosas forças capitalistas que chegavam aos países latino-americanos e as estruturas socioeconômicas de cada local. Furtado explica:

“O efeito do impacto da expansão capitalista sobre essas estruturas virou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista [abertura de linhas de comércio ou produção de matérias-primas] e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção. Esse tipo de estrutura socioeconômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo.” (FURTADO, 1986, p. 142).

Tal análise lhe permitiu a Furtado (Ibid.) concluir que “o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”.

Na mesma linha de análise crítica, Raúl Prebisch explicou o porquê do subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Para Prebisch (1949), o esquema da divisão internacional do trabalho (DIT), que prevaleceu desde o século XIX, outorgou a América Latina – como parte da periferia do sistema econômico mundial – o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industrializados. Embora duas guerras mundiais, com uma profunda crise econômica entre ambas, brindou a possibilidade para alguns países latino-americanos de experimentar e iniciarem-se em atividades industriais.

Assim, dada a necessidade de dar novas explicações ao mundo que se iniciava logo depois da II-GM, surge uma nova proposta teórico-metodológica na América Latina para refletir a partir de uma visão epistemológica própria, sobre os desafios do desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Esse processo iniciou-se no interior da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), onde começaram os primeiros debates que consolidaram a Teoria da Dependência, especialmente a sua corrente estruturalista⁷ encabeçada por Raúl Prebisch e Celso Furtado, nutridos pelos aportes do marxista alemão Günther Frank.

De acordo com a perspectiva da CEPAL, no sistema econômico internacional capitalista, alguns países, tidos como desenvolvidos, concentram os benefícios do progresso industrial-tecnológico, constituindo-se em autogeradores desse progresso e condutores da dinâmica internacional. Outros países, por sua vez, mantêm-se como exportadores de produtos primários e importadores de produtos manufaturados, fato que os condiciona

⁷ Como parte da corrente estruturalista, são identificados Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Para esses autores, “chegou-se à conclusão de que a dependência e desenvolvimento poderiam marchar em paralelo”, portanto, “o destino das sociedades periféricas passava a depender das estratégias de associação com o capital internacional que estimulava a entrada de investimentos estrangeiros, o que asseguraria o sucesso da industrialização e do próprio desenvolvimento” (SAMPAIO JR., 1999). Portanto, essa escola de pensamento, identificada dentro do debate sobre a dependência como “desenvolvimento associado” (SAUER, AMADO, MERCEDES, 2011), não forma parte do referencial teórico do presente trabalho. Críticas importantes a essa corrente, e especificamente para Cardoso, foram feitas pelos expoentes marxistas da Teoria da Dependência (Dos Santos, Marini, Bambirra) e não precisam ser exploradas nestas linhas. Contudo, é importante esclarecer que essa análise não apresenta soluções estruturais para superar definitivamente as relações de subordinação com o centro capitalista.

como receptores passivos dos impulsos dinâmicos gerados pelos países desenvolvidos (MAZA ZAVALA, 2000).

“La CEPAL denomina genéricamente al primer grupo ‘el centro’ y al otro ‘la periferia’. Los movimientos motrices y las fuerzas de absorción proceden del centro, de tal modo que la periferia está sujeta a una relación de dependencia con intercambio desigual en provecho del centro.” (Ibid., 2000, p. 213).

E prossegue:

“La cohesión asimétrica del sistema es asegurada mediante corrientes bilaterales de comercio, con precios reales crecientes, en largo plazo, de los bienes exportados por el centro (inclusive la tecnología) y decrecientes, también en términos reales y en largo plazo, de los bienes exportados por la periferia.” (Ibid.).

Essa relação inversa contradiz a economia clássica e seu modelo das vantagens comparativas, já que os países periféricos, ao invés de conquistar uma situação econômica favorável pelo comércio das suas matérias-primas, mantêm-se em precariedade e extrema vulnerabilidade por concentrar em poucos produtos (geralmente *commodities*) o seu potencial de exportação (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1986; MAZA ZAVALA, 2000).

Para superar essa situação, o pensamento estruturalista da CEPAL propôs que o desenvolvimento seria atingido “a partir de uma revolução capitalista nacional, associando empresários [burguesia nacional], trabalhadores e governo. O socialismo poderia vir numa etapa posterior, como consequência do próprio desenvolvimento histórico da hegemonia capitalista” (SAUER, AMADO, MERCEDES, 2011).

Por outro lado, com a finalidade de complementar essa perspectiva, surge entre as décadas de 1960 e 1970, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), que tem entre seus expoentes mais importantes Günther Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini.

A TMD representa um processo de renovação do pensamento latino-americano e foi erigida com a tarefa de dar continuidade ao esforço autóctone para analisar as particularidades do capitalismo no subcontinente. Procurava-se desvelar as leis próprias de funcionamento do capitalismo dependente latino-americano como modalidade *sui generis* da economia mundial.

Em palavras de Ruy Mauro Marini:

“A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo,

colocar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida.” (MARINI, 2005, p. 193, *apud* FERREIRA, OSORIO, LUCE, 2012).

A TMD teve, no início dos anos de 1970, seu período de maior riqueza. Nesse momento, coincidiram, no *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESO) da Universidade do Chile, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, entre outros. Durante esse período de produção científica, surgiram conceitos e categorias de análises para ser aplicados ao estudo das realidades concretas da região, dentre os quais se destacam: (a) a categoria “dependência” e suas formas históricas ou esferas fenomênicas (comercial, financeira e tecnológica); (b) as leis próprias do capitalismo dependente: a superexploração da força de trabalho, o subimperialismo, a transferência de valor e a divergência entre as fases do ciclo do capital; (c) as diferenciações entre as formações econômico-sociais do capitalismo dependente latino-americano; e, por fim, (d) o padrão de reprodução do capital, como metodologia que permite entender as formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geográficos determinados (FERREIRA, OSORIO, LUCE, 2012).

A TMD, em essência, compreendeu as limitações da burguesia nacional, especialmente o seu caráter associado e entreguista com o centro. Por tal motivo, propunha o desenvolvimento dos países da região em bases socialistas sem necessidades da fase capitalista (SAUER, AMADO, MERCEDES, 2011).

2.3. Ferramentas Metodológicas da Teoria Marxista da Dependência.

Nesta seção, o objetivo é apresentar as categorias de análise e conceitos da TMD utilizadas nesta pesquisa para o exame da situação da indústria do gás na Venezuela e seu potencial como indutor de desenvolvimento, no âmbito da visão progressista. Não se quer, portanto, discutir, criticar, nem reconstruir essas categorias, senão defini-las e enfatizá-las, contextualizando sua aplicação neste trabalho.

A abordagem a seguir não está dada por uma ordem de prioridade ou hierarquização, senão por uma ordem cronológica da publicação das obras mais importantes dos autores selecionados. Assim, tem início por Bambirra, cujo livro *El*

capitalismo dependiente latinoamericano data de 1974. Em seguida, é abordado Theotônio dos Santos, que publicou *Imperialismo y Dependencia* em 1978 (embora a versão usada neste trabalho seja a edição da Biblioteca Ayacucho de 2011). Por último, Ruy Mauro Marini, por uma série de publicações da década de 1990.

2.3.1. Vânia Bambirra e a tipologia da dependência.

Vânia Bambirra é formada em Sociologia e em Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atuando desde cedo como militante e intelectual envolvida em movimentos estudantis, assim como nos debates sobre o nacional-desenvolvimentismo, promovidos inicialmente pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) sobre os estudos econômicos da CEPAL (PRADO, 2011).

Durante sua participação no CESO, publica, em 1972, sua obra de maior impacto e divulgação no mundo acadêmico: *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Inicialmente, foi publicada em Santiago do Chile, pela *Prensa Latinoamericana*, e depois editado no México pela *Siglo XXI*, em 1974 (PRADO, 2011). Sua primeira edição em português surge apenas em 2013, como parte da Coleção Pátria Grande – Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano, organizada e editada pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina e pela Editora Insular (SEABRA, 2013).

A autora salienta uma limitação na ciência institucionalizada, que impede a busca por soluções para os problemas que vão além do sistema vigente, uma vez que a constatação desses problemas se vê restringida e levada a tergiversações da realidade (BAMBIRRA, 1974). Essa situação foi evidenciada nas afirmações feitas pela CEPAL, numa publicação de 1968, intitulada *La evolución social de América Latina*, onde a crise (ou problemas da região latino-americana) é enfocada como conjuntural e não como uma crise do sistema na sua totalidade.

O fracasso dos programas elaborados (para superar ditos problemas) é, portanto, atribuído à falta de competência dos governos para fazê-los cumprir e não à impossibilidade histórica de realizá-los. Assim, o desafio inicial, ao buscar uma nova interpretação para questões que envolvem o desenvolvimento em países latino-americanos, é de natureza metodológico-conceitual (Ibid.).

Nesse sentido, Bamberger parte de uma redefinição da categoria “dependência”, afastando-se do uso tradicional adotado pela CEPAL.

“Tratamos de redefinirla y utilizarla [la categoría dependencia] como la categoría analítico-explicativa fundamental de la conformación de las sociedades latino-americanas y, a través de ella, de definir el carácter que las relaciones de dependencia entre centro-hegemónico y países periféricos tuvieron en el sentido de conformar determinados tipos específicos de estructuras económicas, políticas y sociales atrasadas y dependientes.” (BAMBERGER, 1974, p. 7, 8).

A dependência é, deste modo, segundo a autora, uma categoria de análise que permite abordar os problemas dos países em desenvolvimento como consequência da evolução de relações de dominação que criaram uma série de estruturas, as quais, sem uma completa modificação, não permitirão superar de forma definitiva essa relação condicionante.

Essa obra de Bamberger foi uma das primeiras e mais importantes críticas feitas ao pensamento desenvolvimentista da CEPAL. É por isso que na *Nota Previa* da obra, ela esclarece que a intenção principal de seu trabalho é superar esse pensamento “cepalino”, assim como a orientação “etapista” dos Partidos Comunistas latino-americanos, buscando estabelecer, a partir de um esforço coletivo (CESO), as bases de uma teoria marxista da dependência (SEABRA, 2013). E nos seus termos, tal tarefa corresponde a duas necessidades:

(...) primeiro, compreender o caráter e as contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial, o que possibilitava explicar a profunda crise que este sistema atravessava; segundo, oferecer elementos para a reorientação da concepção estratégico-tática que guiava os movimentos revolucionários, o que se fazia imprescindível frente aos duros reveses sofridos por esses movimentos, que se deviam em parte aos seus equivocados pressupostos programáticos. (BAMBERGER, 2013 *apud* Ibid.).

Conforme Souza (2014), a contribuição mais significativa de Bamberger é a definição de uma tipologia que permitiu entender o processo de desenvolvimento da América Latina. Nessa perspectiva, em palavras da autora, o objetivo do seu trabalho foi analisar “*el capitalismo latino-americano tomando como núcleo central del análisis la acumulación y reproducción dependiente*” (BAMBERGER, 1974, p. VIII).

Explica Souza (2014) que para cumprir esse objetivo, ela classificou os países da região latino-americana em três tipos: A, B e C. Os países do Tipo A foram os países que já haviam começado a se industrializar no período entre guerras. Tal industrialização esteve,

inicialmente, sob o controle dos capitais nacionais, privados ou públicos. Depois da II-GM, grande parte do parque industrial desses países foi sendo desnacionalizada, como parte do “processo de integração monopólica” dos países centrais, especialmente dos EUA. Já os países do Tipo B, industrializaram-se no pós-guerra, sob o comando dos capitais estrangeiros no mesmo processo de integração monopólica, o que quer dizer que não passaram por uma etapa de industrialização sob o controle nacional. Os países do Tipo C, por sua vez, são os países que conservam estruturas agroexportadoras sem diversificação industrial⁸.

A região latino-americana sofreu transformações nas estruturas políticas e econômicas a partir do final da década de 1940, como consequência da nova fase do desenvolvimento e expansão do capitalismo em nível mundial, a qual se expressou através do processo de integração monopólica.

Esse processo consistiu na consolidação da integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural, facilitado pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos múltiplos meios de comunicação. Ele se propaga principalmente pela proliferação de empresas multinacionais, seja através de acordos regionais de comércio, seja através da criação de sistemas financeiros internacionais, seja através da criação de instituições e organismos de coordenação política, militar e econômica. Finalmente, esse processo se manifestou também na grande expansão da cultura dos EUA por todo o bloco capitalista ocidental: normas de comportamento, metodologia e técnicas científicas (BAMBIRRA, 1974).

Entre as principais consequências desse processo (Ibid.) ressaltam-se:

- ✓ O controle e o domínio, por parte do capital estrangeiro, de novos setores e ramos produtivos industriais;
- ✓ A intensificação da monopolização e centralização da economia, que se expressa através da instalação das grandes empresas multinacionais e da absorção, por estas, de empresas de capital nacional, através de compras, fusões, associações, etc., que conduz ao processo de desnacionalização progressiva da propriedade privada dos

⁸ Segundo a classificação feita por Bambirra (1974), os países do Tipo A são: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai. Por sua vez, os países do Tipo B são: Bolívia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela. Já os países Tipo C são Paraguai e Haiti.

meios de produção nos setores industriais, até então controlados por produtores nacionais (isso se observou com maior intensidade nos países do Tipo A);

Ambas as consequências acabam gerando uma integração cada vez mais articulada, entre os interesses das empresas estrangeiras e os interesses das classes dominantes *criollas*. Na prática, verifica-se essa situação através das políticas econômicas nacionais, bem como da integração das políticas externas dos países dependentes à política dos EUA para América Latina, acompanhada também de uma integração militar.

Segundo Bamberger (1974), a Venezuela faz parte dos países do Tipo B, aqueles que alcançaram um nível importante de industrialização no pós-guerra, como consequência da integração monopólica mundial, liderada principalmente pelos EUA. Nesses países, pelo fato de o setor primário-exportador estar diretamente controlado pelo capital estrangeiro antes da II-GM, não se criaram condições (como aconteceu nos países do Tipo A) para que o setor exportador se articulasse com a economia nacional em sua totalidade, mas apenas de forma muito limitada, não gerando, portanto, estímulos e requisitos para dinamizar outros setores, como o industrial⁹.

Qual foi o impacto dessa situação para os movimentos sociais, principalmente, os camponeses, a classe operária e o setor rural? Bamberger explica, igualmente, que estes setores foram sobrecarregados por uma série de problemas, como desocupação, baixo nível de salário e êxodo rumo às grandes cidades (onde criaram condições de vida e moradia marginalizadas).

A fim de visualizar melhor como o processo de integração monopólica mundial impactou a Venezuela, Bamberger (Ibid.) descreve que o nacionalismo pequeno-burguês, que surgiu da negação do imperialismo, não ofereceu uma condução alternativa e viável, seja capitalista, seja socialista, para o desenvolvimento econômico e social, e, portanto, foi incapaz de impedir o avanço do capital estrangeiro. Nesse contexto, se intensificou sua

⁹ Severo (2009) explica essa situação da perspectiva da economia venezuelana. Segundo ele, o problema central da acumulação de capital consiste no controle dos setores produtivos estratégicos internos (como as minas, manufatura, bancos e o petróleo) por capitais e interesses estrangeiros, em especial estadunidenses, devido à industrialização associada proporcionada pelo governo do Presidente Betancourt com Rockefeller (ver capítulo III), o que produziu uma desconexão entre os setores produtivos internos. Essa falta de conexão dirige a dinâmica econômica para o exterior, segundo a conveniência do capital transnacional, sem relações harmônicas internas, causando um modelo de industrialização dependente.

penetração nos setores que mais lhe convinham, estendendo seu controle sobre os produtos primários de exportação, por exemplo: o petróleo.

No final da sua obra, Bambirra faz uma observação importante sobre o resultado, até esse momento visível, do desenvolvimento dependente latino-americano. “A desnacionalização da propriedade dos meios de produção tem sido progressiva, o que se traduz numa perda do controle nacional sobre o processo produtivo”¹⁰ (Ibid., 1974).

Esse processo ocorre de forma paralela ao fortalecimento do Capitalismo de Estado, o que corresponde ao Estado investidor. Todavia, esses investimentos (do Estado) são feitos nas áreas em que não se compete diretamente com o capital estrangeiro, isto é, na infraestrutura (civil, energética, transporte, comunicação, etc.). Isto acaba favorecendo a atuação do capital estrangeiro no interior do país (Ibid.).

Para finalizar, Bambirra afirma que a única tendência alternativa ao capitalismo dependente é o socialismo, “mas não como um ideal doutrinário”, senão “como uma necessidade histórica”, em especial para os países do Tipo B.

“Las contradicciones engendradas por el desarrollo dependiente tenderán a acentuarse cada vez en forma más profunda y a necesitar de respuestas cada vez más radicales que, seguramente, conducirán a agudos enfrentamientos entre las clases dominantes y dominadas, entre la alternativa burguesa más radical, el neofascismo y la alternativa proletaria, la revolución socialista” (BAMBIRRA, 1974, p. 180).

2.3.2. Theotônio dos Santos. Caracterização das estruturas das economias dependentes.

A industrialização da periferia, sob a égide do capital internacional, trouxe a associação do desenvolvimento ao subdesenvolvimento. A partir deste quadro empírico complexo, Dos Santos formulou o objeto e os elementos gerais do conceito de dependência em um conjunto de artigos escritos entre 1967 e 1971, os quais compilou, mais tarde, no seu livro *Dependencia y cambio social* (1972). Posteriormente, o arcabouço conceitual foi incorporado, com algumas modificações, aos livros *La crisis norteamericana y América Latina* (1972), *Imperialismo y corporaciones multinacionales* (1973) e *Imperialismo y dependencia* (1978) (MARTINS, 1998).

¹⁰ Para Souza (2014), nunca houve tanta desnacionalização dos meios de produção como atualmente, evidenciando o caráter dependente da América Latina e da validade dos postulados da TMD.

Imperialismo y dependencia representa um dos clássicos das ciências sociais latino-americanas, conseguindo uma ampla projeção internacional. É a obra chave de Dos Santos sobre a dependência na América Latina e por tal motivo é uma das principais fontes de referencia teórica usada.

Uma das primeiras propostas teóricas a resgatar da obra em questão é a descrição das formas históricas de dependência, ou os tipos de relação que têm existido entre os países latino-americanos e o centro, e que condicionaram ao longo do tempo as relações de subordinação. São encontradas em Dos Santos (2011) três tipos de formas históricas ou de estruturas:

- ✓ A dependência colonial, de caráter comercial-exportadora, corresponde à etapa na qual o capital comercial e financeiro europeu, aliado do Estado colonizador, dominava tanto as relações comerciais na Europa, quanto as relações comerciais entre as colônias e suas metrópoles, as quais eram baseadas no monopólio comercial, isto é, o monopólio das terras, minas e mão de obra (servil ou escrava) nos territórios colonizados.
- ✓ A dependência financeiro-industrial se consolidou no final do século XIX e se caracterizou pela expansão dos grandes capitais dos centros hegemônicos, para investir na produção de matérias-primas e produtos agrícolas consumidos em suas próprias matrizes. Isso fez com que, nos países dependentes, se originasse uma estrutura produtiva destinada quase exclusivamente à exportação desses produtos.
- ✓ A dependência tecnológico-industrial, que corresponde ao período pós-guerra, caracterizou-se principalmente pelo domínio tecnológico e industrial das empresas transnacionais ou multinacionais, que passaram a investir nas indústrias destinadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos.

Uma análise mais detalhada dessa situação permite identificar alguns limites estruturais que impedem o desenvolvimento das economias latino-americanas (DOS SANTOS, 2011):

1. O desenvolvimento industrial depende da existência de um setor exportador que gera as divisas que permitem comprar os insumos utilizados no próprio setor industrial.

2. O desenvolvimento industrial está, portanto, fortemente condicionado pelas flutuações do balanço de pagamentos, o qual apresenta uma tendência a ser deficitário, devido às mesmas relações de dependência. As causas desse déficit são basicamente:
 - 2.1. As relações comerciais que acontecem no mercado internacional, altamente monopolizado no pós-guerra, tendendo a pressionar para baixo os preços das matérias-primas e o aumento dos preços dos produtos industrializados, assim como das matérias-primas sintéticas. Em consequência, a balança comercial¹¹ dos países periféricos tende a ser desfavorável, embora, em alguns casos, possa ocorrer uma situação de superávit, como nos choques de petróleo, 1973 e 1979, que favoreceram países como a Venezuela e o Equador, por serem produtores e exportadores de petróleo.
 - 2.2. A conta de capital¹² tem um efeito de descapitalização para o conjunto da economia, como resultado do controle do capital estrangeiro sobre os setores mais dinâmicos da economia e a transferência dos lucros para os países de origem. Além disso, soma-se o déficit em serviços como fretes, pagamento de *royalties*, ajuda técnica, etc. Esse conjunto de fatores cria uma série de impedimentos à importação de insumos para a industrialização.
 - 2.3. A tendência ao contínuo crescimento do déficit faz com que os países dependentes precisem de financiamento externo (empréstimos) para cobri-lo.
3. O desenvolvimento industrial está condicionado pelo monopólio tecnológico exercido pelos centros hegemônicos. Isso ocorre porque as maquinarias e matérias-primas sintetizadas para desenvolver a indústria nos países periféricos não estão disponíveis livremente no mercado internacional, já que estão protegidas por patentes e pertencem às empresas multinacionais. Desse modo, a venda desses

¹¹ Para o Banco Central do Brasil, a balança comercial apresenta os dados dos bens exportados e importados, sem incluir os serviços. Os bens incluídos são: operações ordinárias; ouro não monetário; bens militares; água, gás e eletricidade; arrendamentos financeiros, zonas de livre comércio e áreas especiais alfandegárias; reexportação; comércio por conta do governo; títulos; cédulas e moedas fora de circulação; operações de *drawback* (regimes aduaneiros especiais que procuram incentivar as exportações através de isenção, suspensão e restituição de tributos).

¹² O Instituto de Estatística e Geografia do México define esse conceito como a conta que procura “*Registra las transacciones ligadas a las adquisiciones de activos no financieros y las transferencias de capital que llevan a una redistribución de riqueza; permite dar las medidas bruta y neta de la formación de capital.*” Portanto, registra a transferência de capitais por motivo de pagamentos de patentes, direitos de autor, etc.

insumos impõe o pagamento de *royalties*. No caso dos países do Tipo B, essa situação leva as empresas estrangeiras a converterem tais insumos em capital, que é introduzido nos países dependentes na forma de investimentos próprios, instalando filiais, o que aumenta o controle sobre o processo de industrialização periférico. Além disso, na maioria dos casos, esse capital contou com isenção de impostos para importar o maquinário, financiamento local para sua instalação, na forma de mecanismos financeiros governamentais e empréstimos de bancos nacionais.

Os efeitos desses limites sobre a estrutura produtiva podem ser resumidos em (DOS SANTOS, 2011):

1. O sistema produtivo que é instalado nos países da América Latina está essencialmente condicionado pelas relações internacionais explicadas. Em outras palavras, o processo industrial da região foi induzido por interesses externos das empresas multinacionais e não pelas necessidades internas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, conservam-se estruturas agrárias e/ou mineiras exportadoras. Essa ambiguidade, produto de uma alta concentração tecnológica e econômico-financeira transferida do centro para a periferia, sem maiores mediações, produz estruturas produtivas e sociedades altamente desiguais, com alta concentração de rendimentos, subutilização de capacidade instalada e exploração excessiva dos mercados existentes, concentrados nas grandes cidades.
2. A acumulação dependente se caracteriza pela necessidade de comprar as máquinas e matérias-primas industrializadas disponíveis no mercado internacional, ficando condicionada ao caráter desigual das relações econômicas capitalistas, que estão baseadas no domínio tecnológico e financeiro do centro, assim como no balanço de pagamentos deficitário.
3. Todos esses elementos permitem compreender os limites que esse tipo de sistema produtivo impõe ao crescimento do mercado interno dos países latino-americanos. Primeiro, pela situação já descrita entre atividades econômicas tradicionais, camponesas, e novas atividades industriais intensivas em capital. Esta situação restringe a criação de novos empregos para a uma população cada vez maior, comprometendo o crescimento do mercado de bens de consumo ou bens salário, é dizer, bens para o consumo da classe operaria. Segundo, as remessas de lucro

retiram uma porção do excedente econômico gerado nos países periféricos. Dessa forma, limita-se a possibilidade de novos investimentos, assim como de estímulos para aumentar as ofertas de trabalho.

De acordo com Theotônio dos Santos (2011, p.379):

“Por el somero análisis que fue hecho, se puede comprender cómo los obstáculos más graves que enfrentan estas economías no vienen de un supuesto atraso causado por la no integración al capitalismo, sino que, por el contrario, las más poderosas limitaciones a su pleno desarrollo provienen del modo cómo se articulan con este sistema internacional y se deben a sus propias leyes de desarrollo.”

E continua (Ibid., p. 380):

“Al producir tal sistema productivo y tales relaciones internacionales, el desarrollo del capitalismo dependiente reproduce los factores que le impiden alcanzar una situación favorable nacional e internacionalmente, y reproduce el atraso, la miseria y la marginalización social en su interior. El desarrollo que produce beneficia a sectores muy limitados y encuentra barreras inamovibles en su propio interior para continuar el crecimiento económico, desde el punto de vista del mercado interno y externo y desde el punto de vista de la acumulación progresiva de su déficit de balanza de pagos, que va generando más dependencia y más sobreexplotación.”

Por outro lado, às configurações internas de acumulação do capital já descritas, o autor agrega a acumulação externa de capital, que tem sua razão no fato de ser o setor I da economia¹³ (isto é, o setor produtor de máquinas, equipamentos, bens intermediários e insumos básicos), em grande parte, externo às economias nacionais latino-americanas. Essa relação fundamenta o caráter dependente dessas economias, assim como os termos de sua reprodução (DOS SANTOS, BAMBIRRA, 1978 *apud* MARTINS, 1998).

No seu trabalho *Socialismo o facismo: dilema latino-americano* (1969) Dos Santos já visualizava essa situação como uma das manifestações da dependência externa, produto da ausência de um setor interno de meios de produção, o qual aparece monopolizado pelas empresas multinacionais. Assim, ele afirma que:

“Los países subdesarrollados aparecen para estas empresas como un mercado importante de capitales a través de la instalación de nuevas industrias que consumen, en general, maquinaria y materias primas elaboradas importadas de los países desarrollados. El progresivo control de estas oportunidades de inversión en los países subdesarrollados permite a los monopolios ganar una gran expansión y constituirse como empresas multinacionales y conglomerados en la búsqueda de constantes fuentes de nuevas inversiones” (DOS SANTOS, 1969, p. 20 *apud* SOUZA, 2012).

¹³ Para uma compressão do conceito, recomenda-se a leitura de DOS SANTOS, 2011; MARTINS, 1998, SOUZA, 2012, 2014.

Para Souza (2012), a indústria básica ou indústria pesada (Setor I), corresponde à atividade industrial que produz meios de produção, os quais tem o papel chave na consolidação do sistema capitalista.

Por tal motivo, Souza (Ibid.) conclui que:

“Se a ausência de um setor de meios de produção interno é uma das principais características de uma economia dependente, pode afirmar-se, ao inverso, que o seu desenvolvimento interno é um dos principais indicadores de ruptura com a dependência externa. Ou melhor, a constituição de um setor produtor de meios de produção no interior de um país é um elemento decisivo para o desenvolvimento de uma economia independente.”

Segundo Martins (1998), Dos Santos indica duas possibilidades para resolver as contradições inerentes às economias dependentes: uma relacionada com investimentos de capital que incorporam novos avanços tecnológicos e se dirigem principalmente à exportação; e outra, relacionada com a interiorização do setor I nos países dependentes, através do deslocamento da indústria pesada para esses países.

Em outras palavras, as duas possibilidades se resumem a um aprofundamento do *status quo* (dependência), ou seu total rompimento (independência).

2.3.3. Ruy Mauro Marini e a integração regional.

A crise do socialismo europeu, a revolução técnico-científica e a difusão da doutrina neoliberal puseram em xeque, a partir dos anos de 1980, os pontos de referência de que se valiam os políticos e intelectuais mais progressistas da América Latina para pensar o futuro da região: a teoria da dependência e sua análise sobre o desenvolvimento (MARINI, 1992a).

Os ideais neoliberais de livre mercado, competitividade e globalização invadiu o pensamento dos dirigentes da região. Assim, no contexto da estagnação econômica que reinou da década de 1980 até a aurora dos anos 1990, o aprofundamento da dívida externa, o aumento da concentração de renda e o enfraquecimento das políticas sociais do Estado (devido às políticas de austeridade) frearam o mercado interno e as condições de vida da maioria da população, conduzindo os países latino-americanos por um caminho contrário ao desenvolvimento (Ibid.).

Nesse contexto, a CEPAL, “num recuo estratégico”, propugnava a tese do “regionalismo aberto”, enquanto Ruy Mauro Marini, aprofundando seus estudos sobre a

região latino-americana, desenvolvia uma nova visão sobre a integração regional que contestava a tese da CEPAL (SOUZA, SILVA, 2013) e do pensamento neoliberal, já imperando no mundo ocidental e adentrando às antigas repúblicas soviéticas.

Contudo, antes de salientar as principais contribuições colocadas por Marini sobre a integração regional, faz-se importante destacar sua participação como um dos principais expoentes da Teoria Marxista da Dependência.

Marini afirma em sua principal obra, *Dialéctica de la Dependencia*, que na América Latina vigora “um capitalismo *sui generis*” e para entender essa especificidade, ter-se-ia que analisar o sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional como, principalmente, em nível internacional (MARINI, 1974, *apud* SOUZA, SILVA, 2013). Essa relação estreita entre “o nível nacional e internacional” guarda, por sua vez, uma relação com outro binômio muito em voga naquela época, e ainda hoje: a discussão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Em palavras do próprio Marini (1992b, p. 86):

“um país seria subdesenvolvido [para o pensamento dos anos 1950-60] porque seus indicadores relativos à renda per capita, à escolaridade, à nutrição, etc., correspondiam a certo nível de uma escala dada, e esses indicadores se situariam a esse nível porque o país era subdesenvolvido”.

Na luta contra essa leitura da realidade dos países periféricos, Marini reconhece as contribuições da CEPAL em criticar a teoria clássica do comércio internacional e sua constatação da transferência de valor que a divisão internacional do trabalho traz como consequência, mas acha essa abordagem insuficiente (Ibid.). Para preencher as insuficiências da teoria cepalina e avançar no entendimento do capitalismo *sui generis* latino-americano, desenvolve sua maior contribuição para a TMD: a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo, ambos abordados na obra mencionada e aprofundados em publicações posteriores, assim como por outros autores da linha marxista da dependência.

Para Marini (1992b, p. 86), “o subdesenvolvimento é a outra cara do desenvolvimento”, motivo pelo qual sua análise parte do entendimento das “(...) condições em que a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração funcionara para a economia capitalista mundial e alterara a economia latino-americana.” (Ibid.).

Assim, ele explica:

“A economia exportadora, que surge a meados do século XIX nos países pioneiros (Chile e Brasil), generalizando-se depois, aparecia, nessa perspectiva, como o processo e o resultado de uma transição ao capitalismo e como a forma que assume esse capitalismo, no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho. Aceito isto, as transferências de valor que daí advinha não podiam ser vistas como uma anomalia ou um estorvo, mas antes como consequência da legalidade própria do mercado mundial e como um acicate ao desenvolvimento da produção capitalista latino-americana, sobre a base de duas premissas: abundância de recursos naturais e superexploração do trabalho (a qual pressupunha abundância de mão de obra). A primeira premissa dava como resultado a monoprodução; a segunda, os indicadores próprios das economias subdesenvolvidas. A industrialização operada posteriormente estaria determinada pelas relações de produção internas e externas, conformadas sobre a base dessas premissas.” (Ibid. p. 86-87).

No entanto, para os fins desta pesquisa, os conceitos de superexploração da força de trabalho, assim como de subimperialismo, não serão aprofundados. Em seu lugar, o foco se centrará na concepção de Marini sobre a integração latino-americana e o papel-chave do Estado nesse processo.

Para Souza e Silva (2013), Marini aborda essa questão a partir da teoria da dependência na sua primeira publicação em língua portuguesa, *América Latina: dependência e integração*, de 1992. Nesse livro, Marini fez um diagnóstico do estado da arte da integração regional, ressaltando duas grandes premissas: a primeira diz que a inserção internacional subordinada da economia latino-americana leva a uma impossibilidade de integração dessas economias entre elas mesmas. Portanto, não deve surpreender que pela afirmação das economias dependentes latino-americanas, sob a forma de monoexportadoras de produtos primários, faça declinar o espírito integracionista. E a segunda, que o agravamento das crises do sistema capitalista mundial debilita as relações de dependência e abre possibilidades para novos projetos de integração com inspiração de autodeterminação regional, afastada dos países centrais, principalmente dos EUA.

Dessa maneira, ele propõe uma série de medidas, sintetizadas a seguir:

- ✓ A reversão do atual paradigma de integração, com uma maior ênfase nos estilos de integração do centro, passa pela reunião de forças, a fim de se ter peso suficiente para influir nas decisões internacionais (MARINI, 1992a). Atualmente, sua interpretação de força pode ser vista no fortalecimento das relações Sul-Sul, tanto dentro da região latino-americana, como com outras regiões periféricas, para assim impor novos assuntos na agenda internacional. Dessa maneira, ele complementa a

transição para um novo paradigma quando afirma que a integração deve deixar de ser uma mera negociação, que prioriza áreas de investimento e mercados, para se converter num grande projeto político e cultural (Ibid. 1991).

- ✓ No contexto da economia mundial contemporânea, os projetos estritamente nacionais parecem ser insuficientes, sendo necessária a criação de novas entidades mais poderosas (Ibid. 1992a). Nesse sentido, ele reconhece a importância da experiência europeia em sua trajetória até a integração atual (Mercado Comum, nesse momento), que teve como antecedentes a Benelux¹⁴, assim como a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (MARINI, 1993). Em outros escritos, ele retoma essa ideia ao afirmar que as “estruturas supranacionais são capazes de assegurar a seus povos e etnias o direito de se desenvolver sem restrições (Ibid. 1991)”.
- ✓ O Estado, para Marini, é um protagonista importante no processo de integração latino-americano. Entretanto, não se trata de um Estado autocrático, mas sim de um Estado que reconhece nos movimentos sociais (sindicatos, estudantes, forças populares de outra natureza) capacidade para participar na coordenação e formulação de políticas públicas (MARINI, 1991):

“A integração latino-americana, como arma principal na luta contra a dependência e pelo desenvolvimento, não pode ser vista como algo que interessa somente ao governo, aos empresários e à economia. Ele tem de ser entendida como uma grande empresa pública e cultural, capaz de convocar à participação ativa de todos os setores do povo.” (MARINI, 1992a, p. 216).

Argumentam Souza e Silva (2013), baseados em Marini, que o agravamento das crises do capitalismo mundial abre espaços para projetos de integração regional com a visão de superar as relações desiguais e de subordinação com os países do capitalismo avançado. Assim, por exemplo, entre os anos de 1940 e 1950 (época do pós-guerra e da reconstrução da Europa e o Japão), estando Juan D. Perón na presidência da Argentina, chegou-se a propor a formação da União Econômica Sul-Americana, colocando pela primeira vez de forma coerente, o objetivo da integração econômica regional (MARINI, 1992 *apud*. SOUZA, SILVA, 2013). Embora esse projeto não se tenha materializado, evidencia como um período difícil para o capitalismo mundial permitiu o surgimento de um

¹⁴ Refere-se à área de livre comércio criada no pós-guerra entre Bélgica, Países Baixos, e Luxemburgo.

ideal regional autônomo. Mas será em meados da década de 1970, entre os dois choques do petróleo, que se cria, em 1975, o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), primeiro organismo de caráter exclusivamente regional e independente em relação aos EUA (Ibid.).

Nesse sentido, o subcontinente da América Latina e Caribe vem debatendo com maior força e interesse, formas de integração regional no final dos anos 1990 e começo do século XXI. Por um lado, está presente a corrente neoliberal, economicista, de abertura comercial, que tem como antecedente os postulados do Consenso de Washington, de 1989, e a proposta norte-americana de criar uma Área de Livre Comercio das Américas (ALCA). Como alternativa e contraparte, surgiu, em meados de 2004, a *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA), defendendo um desenvolvimento endógeno sobre como se deve planejar e materializar a integração no subcontinente. Seu objetivo, portanto, é a criação de um modelo econômico regional com visão de complementaridade e cooperação econômica, defendendo a justiça comercial, laboral, e o respeito pelo ambiente. Pilar fundamental dentro do esquema da ALBA é a ideia de uma integração energética regional, proposta pela Venezuela, país da região que possui as maiores reservas certificadas de petróleo e gás natural, além de ampla experiência neste âmbito, especificamente na área de hidrocarbonetos.

2.4. Operacionalização das ferramentas metodológicas.

Com a finalidade de facilitar o uso dos conceitos e categorias já expostos, faz-se necessário operacionaliza-las, isto é, sintetizá-las segundo três critérios: diagnóstico, subsídios teórico-metodológicos e propostas.

As mesmas têm uma finalidade puramente demonstrativa, para facilitar o enquadramento dos pensamentos dos autores da TMD, nos capítulos posteriores deste trabalho (ver Tabela 1 no capítulo I).

Assim, pode-se começar afirmando que os expoentes marxistas da teoria da dependência compartilham como objetivo a contestação das teorias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, hegemônicas entre os anos de 1970 e 1990 no pensamento político, econômico e social latino-americano, principalmente os postulados da CEPAL e dos partidos comunistas.

Bambirra:Diagnostico:

- ✓ Limitação na ciência institucionalizada, que impede a busca por soluções para os problemas que vão além do sistema vigente. Por tal motivo, os problemas da região latino-americana são enfocados como conjunturais, em lugar de ser focados como parte de uma crise do sistema na sua totalidade, quer dizer, estrutural.

Aporte teórico-metodológico:

- ✓ Redefinição da categoria “dependência” como uma categoria analítico-explicativa da conformação das sociedades latino-americanas, através da qual se pode definir o caráter condicionante concreto que as relações entre os países centrais e os países periféricos conformaram, na forma de determinados tipos específicos de estruturas (políticas, econômicas, sociais) dependentes: países Tipo A, B, e, C.
- ✓ Países do Tipo A: aqueles que iniciaram seu processo de industrialização no período entre-guerras, sob o controle de capitais nacionais.
- ✓ Países do Tipo B: aqueles que iniciaram seu processo de industrialização no período do pós-guerra, sob o processo de integração monopólica, e, portanto, de capitais estrangeiros.
- ✓ Países do Tipo C: aqueles que não se industrializaram.
- ✓ Processo de Integração Monopólica: Expansão do capital hegemônico sob o bloco ocidental – principalmente estadunidense – no pós-guerra, encabeçado pelas empresas multinacionais, e apoiado pelas classes dominantes dos países periféricos.

Propostas para superar a situação de dependência:

- ✓ O socialismo como necessidade histórica, e como alternativa ao Capitalismo de Estado, que tende a favorecer ao capital estrangeiro.

Dos Santos:Diagnóstico:

- ✓ A industrialização da periferia, sob a égide do capital internacional, trouxe a associação do desenvolvimento ao subdesenvolvimento.
- ✓ Ausência de um setor produtor de maquinarias, equipamentos, bens intermediários e insumos básicos, isto é, ausência do setor I da economia.

Aporte teórico-metodológico:

- ✓ Descrição das formas históricas de dependência: (a) a dependência colonial; (b) a dependência financeiro-industrial; e (c) a dependência tecnológico-industrial.
- ✓ Apontamento dos limites estruturais que impedem o desenvolvimento da região latino-americana: a industrialização depende, entre outros aspectos, de: (i) de um setor exportador, gerador de divisas; (ii) das flutuações da balança de pagamentos (geralmente deficitária), (iii) do monopólio das tecnologia e das matérias-primas sintetizadas.
- ✓ Os efeitos desses limites nas estruturas produtivas: (i) estímulo para um processo de industrialização em função dos interesses do capital estrangeiro, e não dos interesses das sociedades latino-americanas; (ii) estrutura econômica dual (convivência de setores industriais de alta tecnologia e setores tradicionais agrário e/ou mineiros exportadores), (iii) necessidade de aquisição de bens de capital (maquinarias) no mercado internacional, (iv) fuga de capitais através da repatriação dos lucros das empresas estrangeiras, pagamentos de royalties e patentes, serviços da dívida externa, entre outros.

Propostas para superar a situação de dependência:

- ✓ A interiorização do setor I, que geraria uma expansão da demanda doméstica e do emprego.

Marini:

Diagnostico:

- ✓ A inserção internacional subordinada da economia latino-americana leva a uma impossibilidade de integração dessas economias entre elas mesmas. Portanto, não deve surpreender que essas economias sejam monoexportadoras, ou exportadoras de produtos primários, situação que não estimula a integração e complementaridade econômica.

Aporte teórico-metodológico:

- ✓ Explicação de como o agravamento das crises do capitalismo mundial abre espaços para a negociação e instauração de projetos de integração regional com uma visão

de superação das relações desiguais e de subordinação com os países do capitalismo avançado.

Propostas para superar a situação de dependência:

- ✓ Transição para um novo paradigma de integração, baseado em um grande projeto político e cultural, que transcende os aspectos econômicos e financeiros,
- ✓ Fortalecimento das relações Sul-Sul, entre os Estados latino-americanos, ou entre esses últimos com outras regiões periféricas do mundo.
- ✓ Os Estados e movimentos sociais adquirem um papel protagonista nesse novo paradigma de integração.

Contudo, não se pretende com a esquematização apresentada, negar, por exemplo, outras propostas que Bamberger desenvolveu ao longo de sua trajetória científica, para afastar a América Latina da sua situação de dependência, assim como tampouco se quer negar os grandes aportes teórico-metodológicos que Marini fez para o desenvolvimento da TMD (como a superexploração do trabalho e o subimperialismo). Simplesmente, se tentou classificar os argumentos apresentados nas seções anteriores deste capítulo, nos três critérios selecionados, para seu uso no desenvolvimento desta pesquisa.

CAPÍTULO III:

DEPENDÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E ENERGIA: A VENEZUELA À LUZ DA TMD.

A fim de caracterizar a condição de desenvolvimento da Venezuela à luz do arcabouço teórico deste trabalho, inicialmente dividiu-se a historiografia venezuelana nos períodos comumente encontrados na literatura, ressaltando neles três características: (i) a política petroleira (incluindo seu marco regulatório); (ii) a estratégia planejada de industrialização e (iii) o papel atribuído à indústria do gás natural. A premissa básica adotada é aquela enunciada por Souza (2014) e Bamberger (1974), a qual defende que a forma rentista baseada em exploração do petróleo, assumida pela economia venezuelana, é consequência direta da inserção do país no sistema capitalista mundial definida ao longo do século XX.

A caracterização dessa inserção, bem como da forma que prevalece no presente é efetuada a partir da observação da evolução dos índices macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB – petroleiro e não petroleiro), da situação da dívida externa, da evolução dos preços do petróleo no mercado internacional, entre outros. A análise histórica desses indicadores permitirá elucidar o processo de consolidação da Venezuela como país do Tipo B, segundo os parâmetros estabelecidos por Bamberger e Santos, conforme já exposto no capítulo II, “Referencial teórico e metodológico”, deste trabalho.

3.1. A gênese do subdesenvolvimento na Venezuela.

A Venezuela passou por vários processos políticos que produziram importantes mudanças em sua história e em sua identidade. O primeiro desses processos é aquele que se inicia em 1810, com a vocação de defesa dos interesses do rei abdicado de Espanha, Fernando VII e que, logo em seguida, em 1811, passa a ter uma vocação integracionista e de independência liderada por personagens como Francisco de Miranda e Simón Bolívar. Ambos lutadores disseminaram seus ideais de integração, complementaridade e fraternidade ao longo do continente, ainda que as disputas entre as novas repúblicas sul-americanas (por questões limítrofes e políticas, principalmente) as distanciassem cada vez mais dessa visão.

Esse processo histórico culminou com a independência, de fato, da Venezuela, em 1821. Contudo, as estruturas internas não apresentaram grandes mudanças, já que a antiga metrópole colonizadora, a Espanha, havia sido substituída pela Inglaterra, que, por sua vez, difundiu seu capital e sua influência política pela região recém independente.

Paralelamente, no início do século XX, os Estados Unidos da América (EUA) tinham conquistado a liderança das relações internacionais e comerciais hemisféricas. Cabe lembrar a declaração feita pelo presidente norte-americano James Monroe, em 1823, e sua doutrina que pregava “América para os americanos”. Dessa maneira, surgiu o primeiro pan-americanismo que foi apresentado como uma alternativa ao colonialismo europeu: português, hispânico e britânico (DOS SANTOS, 1993).

Nesse contexto, as relações internacionais estavam regidas pela divisão internacional do trabalho¹⁵, a qual operava – e ainda opera – numa distribuição de funções entre os países industrializados e os países exportadores de matérias-primas, minerais, produtos agrícolas e/ou de pecuária, as quais eram vendidas a preços baixos aos países industrializados, que, por sua vez, vendiam os produtos ou bens elaborados com essas matérias-primas a altos preços¹⁶ (MENDIBLE, 2013). Tal relação vai ser denominada por pensadores latino-americanos, na metade do século XX – como foi discutido no capítulo anterior –, como relações de dependência e subordinação entre o centro do capitalismo avançado (países industrializados) e a periferia (países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos).

De tal modo, o primeiro processo histórico, político e econômico da Venezuela, iniciado entre 1810-1811, experimentou mudanças importantes em 1914, ano em que a penetração imperialista¹⁷ toma uma nova fase. Nesse ano, num país rural e agroexportador

¹⁵ Maza Zavala (2000) define a divisão internacional do trabalho (DIT) como um conceito da economia clássica produto da obra de David Ricardo, baseada no princípio das vantagens comparativas da produção, segundo o qual, cada economia, circunscrita a fronteiras nacionais, concentra sua capacidade produtiva nas atividades que têm uma vantagem relativa mais alta, e se beneficia pelo intercâmbio real dos bens para os quais é menos favorável para sua produção. Para Maza Zavala (Ibid., p. 212) a relação de intercâmbio entre as economias centrais e as economias periféricas não obedece à lógica da demanda recíproca do conceito clássico da DIT, mas à força relativa da dominação, a qual depende, por sua vez, da dimensão da economia dominante, de seu poder monopolístico e das condições geopolíticas que atuam na relação internacional concreta. Outras referências sobre essa abordagem são Prebisch (1949) e Furtado (1986).

¹⁶ Uma explicação sobre essa dinâmica pode ser encontrada no capítulo II.

¹⁷ Para o sociológico norte-americano James Petra (2003, p. 106), o imperialismo se caracteriza pela dominação, controle, posse e exploração pelas classes dominantes de uma Nação-Estado sobre os recursos, mercados e pessoas de outra Nação-Estado. Na atualidade, um grande número de banqueiros

se produziu um descobrimento importante: o primeiro poço produtor de petróleo comercial, Zumaque-I, localizado no campo “Mene Grande” no Estado Zulia, que para aquela época, produzia 264 barris diários de óleo de 18° API (MPPPM, 2014).

3.1.1. Consolidação da “Venezuela exportadora de petróleo” (1920-1944).

Desde 1899 até 1958 (com exceção do triênio 1945-1948), a Venezuela esteve sob o controle político de ditaduras militares. Cipriano Castro (1899-1908) e Juan Vicente Gómez (1908-1935) contribuíram com a estabilização político-administrativa do país. Durante esses governos se entregaram a indivíduos venezuelanos concessões¹⁸ para a exploração de petróleo que abarcava mais de 30 milhões de hectares, o equivalente a um terço do território nacional (MAYORBE, 2005). Esses contratos não levaram em conta os interesses do Estado – proprietário dos recursos do subsolo – e foram transferidos inicialmente a empresas subsidiárias de *Royal Dutch Shell* (anglo-holandês), e depois, a partir de 1921, para a *Standard Oil Company* (norte-americana) (Ibid.).

O Ministro de Fomento – carteira encarregada para aquele momento dos assuntos de petróleo e minas – Gumercindo Torres, institui a Lei de Hidrocarbonetos de 1920, em que se estabelece a cobrança de um imposto de exploração, devendo ser considerado como participação no lucro por conceito de propriedade nacional (LÓPEZ SUÁREZ, 2012). Entretanto tal medida só prevaleceu por um ano, já que entrava em contradição com os interesses da oligarquia política liderada pelo presidente Gómez, incluindo os interesses das empresas petroleiras anglo-holandesas e norte-americanas.

Dessa maneira, a política, além da economia, passa a estar dominada pelo poder das empresas petroleiras, que preferem governos que garantam estabilidade política e social que lhes permitem trabalhar e se expandir sem obstáculos. Juan Vicente Gómez proporcionava essa estabilidade, fato que levou a sua administração a contar com o apoio das companhias

investidores, empresas multinacionais, e instituições financeiras da Europa e dos EUA controlam um vasto número de organizações econômicas que produzem, investem, comercializam e controlam os movimentos de capital e *commodities* dos países periféricos. Para uma perspectiva mais profunda sobre o tema, se recomenda as obras citadas neste trabalho dos autores da TMD aqui selecionados, assim como a tese de doutorado de Marisa Silva Amaral, “Teorias do Imperialismo e a Dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo” FEA-USP (2012); e Martha Harnecker, “Imperialismo y Dependencia” Brasil: Global Editora (1980).

¹⁸ As primeiras concessões foram outorgadas com base na Lei de Minas de 1905, que favoreceu a intervenção descontrolada de interesses estrangeiros na indústria petrolífera venezuelana (LÓPEZ SUÁREZ, 2012).

estrangeiras e os governos de seus países de origem.

Comenta Mendible (2013) sobre essa relação que, no início do século XX, as empresas norte-americanas de petróleo mostraram num primeiro momento interesse de buscar seu abastecimento do óleo no México, devido à proximidade geográfica. Entretanto, a vitória da Revolução Mexicana¹⁹ – que reclamou uma maior participação do Estado no negócio petroleiro – fez com que essas empresas buscassem o produto em outros países, aproximando-se, portanto, da Venezuela.

Embora a relação entre as companhias petroleiras internacionais e o país se construísse numa lógica de subordinação, tal relação permitiu o surgimento de um Estado petroleiro “que se sobrepõe à sociedade, já que conta com grandes ingressos que não são produto do trabalho produtivo dos venezuelanos, senão da exportação de óleo” (MENDIBLE, 2013). Já em 1920, com um aumento constante desses rendimentos e uma primeira legislação na matéria, começa a se vislumbrar um destino econômico dos lucros petroleiros para o desenvolvimento nacional e, mais importante, começa a se constituir de forma acelerada um mercado interno, como consequência dos investimentos em infraestrutura (administrativa e física), viabilidade, maior emprego, e pagamento da dívida externa (oriunda da época da Independência no século anterior). Estas condições são fundamentais para a germinação do capitalismo nacional (MOMMER, 1990).

Em 1928, uma segunda Lei de Hidrocarbonetos e demais Minerais Combustíveis, proíbe desperdiçar o gás através de sua ventilação para atmosfera, exigindo, portanto, a sua devolução às jazidas. Começava, assim, uma postura conservacionista do Estado venezuelano em relação ao gás. Contudo, algumas empresas petroleiras argumentavam que era impossível não desperdiçar uma quantidade deste recurso, por estar este associado ao petróleo, e, além disso, não tinha nenhum valor comercial dentro do país (CARO *et al.*, 2009).

Algumas empresas petroleiras concessionárias estavam conscientes do efeito positivo da injeção do gás, o que as levou a acatar a medida e, com isso, puderam instalar suas primeiras usinas de compressão em campos dos Estados de Falcón (Cumarebo) e de Monagas (Quiriquire), com capacidade de 100.000 metros cúbicos diários (m³/d) cada uma,

¹⁹ Sobre o processo da Revolução Mexicana e seu impacto na indústria petroleira mexicana, ver a López Suárez (2012).

entre 1932 e 1933 (CARO *et al.*, 2009).

Por outro lado, faz-se necessário tecer breves comentários que permitem vislumbrar a situação da economia não petroleira no período em questão. O setor agrícola tradicional (representado pela produção e exportação de café, cacau, algodão, carne, entre outros), entrou em crise a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1917), e se acentuou com a consolidação da indústria petroleira (CONTRERAS, SANTELIZ, 2013).

Entre 1917 e 1936, registra-se uma lenta evolução de um pequeno setor artesanal (oficinas de trabalho familiar) adscrito a uma economia rural latifundiária, para uma pequena e média indústria (têxtil, tabaco, cervejas, cimento, manteiga, chocolate, papel) (ARAUJO, 2010). Especificamente durante a década de 1930, o país começa a receber investimento para estabelecer indústrias, que se caracterizavam por estar pouco articuladas com os outros setores produtivos nacionais, já que importavam seus bens de capital e grande parte de seus insumos para a produção, e se beneficiavam da disponibilidade de divisas originadas pela indústria petroleira (CONTRERAS, SANTELIZ, 2013).

O início da atividade manufatureira na Venezuela se registrou a partir do ano de 1936, com Bs.²⁰ 2.296 milhões, o que equivale a uma participação do 7,4% do PIB para esse ano, mantendo um comportamento constante até 1944. Ao mesmo tempo, o setor de ‘petróleo e minas’, dinamizou o crescimento dos outros setores, inclusive do PIB nacional (Figura 1).

Assim se caracterizou a transição da Venezuela de “uma colônia do antigo império espanhol” a uma nação que começa a se inserir na dinâmica da economia internacional como país exportador de matérias-primas – principalmente de petróleo e minerais – permitindo seu ingresso no sistema capitalista mundial.

Durante esse período, consolida-se na Venezuela um sistema econômico conhecido como “economia rentista²¹”. Sabe-se que o capitalismo se caracteriza por ser um sistema que essencialmente prevê a privatização dos meios de produção, incluindo os recursos materiais e naturais. Entretanto, no capitalismo rentista existe a particularidade de que o

²⁰ O Bolívar (Bs.) é a moeda nacional.

²¹ Neste trabalho, tal conceito deve ser entendido como ‘renda da terra’ ou ‘renda do solo’, e não como simples sinônimo de ingresso ou lucro. Nesse sentido, faz-se referência a uma concepção clássica do conceito que se pode encontrar em Marx (1971 *apud* BAPTISTA, 2005), e no que se refere à análise do assunto petroleiro contemporâneo em Mommer (1990, 1988), Baptista (2005), Rodriguez Araque (2007) e Lopez Suárez (2012).

Estado, por ser detentor dos recursos naturais, recebe uma grande renda, produto da comercialização desses recursos no mercado internacional. Explica López Suárez (2012, p. 89), por exemplo:

“No México e na Venezuela, dado o grande potencial de reservas e os baixos custos, consolidou-se uma renda diferencial captada no mercado mundial, pois se trata de países que geram sua renda petrolífera principalmente nas exportações e não no consumo nacional, e sua magnitude e variação tem muito pouco a ver com o desenvolvimento do petróleo enquanto atividade produtiva.”

Nessa perspectiva, a legitimidade da renda não é dada por sua própria origem (propriedade estatal dos recursos), mas pelo seu destino, ou seja, pela contribuição que essa renda pode brindar ao benefício nacional, fornecendo recursos monetários que facilitem e acelerem o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. (MOMMER, 1990, p. 7).

Figura 1: Evolução do PIB entre 1920-1944 (Milhões de Bs. - 1984)

Fonte: Elaboração própria a partir de Clemente, Puente (2001).

3.1.2. Da reforma petroleira à nacionalização dos hidrocarbonetos (1945-1970).

A Reforma Petroleira de 1943 fez uma série de mudanças em relação à regulamentação dos hidrocarbonetos, como a unificação dos regimes de concessão no que diz respeito à duração dos contratos, aumentos dos impostos e *royalties*, além da obrigatoriedade de as empresas estrangeiras estabelecerem sua contabilidade no país, assim como a abertura para negociar novas concessões por 40 anos, com a possibilidade de

renovação por 40 anos mais (MAYORBE, 2005). Nesse mesmo marco legal, foi aprovada a Lei de Imposto sobre a Renda, que estabeleceu a soberania impositiva do Estado (inicialmente de 12%) e permitiu que governos posteriores incrementassem a participação do país nos lucros petrolíferos das empresas (RODRIGUEZ ARAQUE, 2002).

Um aspecto pioneiro na lei em questão foi a inclusão do desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, fato que exigiu que as empresas petrolíferas construíssem refinarias dentro do país num período de até cinco anos, uma vez finalizada a II-GM. A finalidade era promover o desenvolvimento econômico nacional, assim como outras formas de que os lucros do petróleo ficassem no país.

Uma segunda modificação na regulamentação fiscal ocorre em 1948, quando o presidente Romulo Gallegos, seguindo as diretrizes do Ministro de Fomento, Juan Pablo Pérez Alfonzo, promulgou a lei que estabeleceu o *Fifty-Fifty* (50-50): “se somados todos os impostos pagos pelas empresas e a tributação não atingisse 50% de seus lucros, tais empresas deveriam pagar a diferença de maneira a se alcançar essa porcentagem” (MAYORBE, 2005, p. 61).

Por outro lado, a conjuntura da II-GM estimulou as ideias de finais da década de 1930 sobre o desenvolvimento industrial. Deste modo, a mudança de um sistema de produção artesanal – baseado no trabalho familiar – para uma indústria manufatureira, própria de um sistema capitalista-urbano, foi produto de um fenômeno alheio à dinâmica econômica nacional: a guerra mundial (ARAUJO, 2010). Esse acontecimento corrobora, igualmente, o explicado por Bambirra (1974) e Santos (2011), que a conjuntura bélica internacional permitiu um período de auge de políticas desenvolvimentista nos países da região, de caráter autônomo com respeito ao capital transnacional.

A década 1940-1950 marca o início da transição à instalação de fábricas capitalistas; para isso, contou-se com o impulso financeiro do Estado, através da *Junta para el Fomento de la Producción Nacional*, e posteriormente, *La Corporación Venezolana de Fomento* (CVF), instituições que liberavam créditos para o estímulo de atividades produtivas não petrolíferas: agricultura, gado e indústria.

À CVF se juntou o capital privado nacional, principalmente comerciantes-importadores que viram estancado o comércio exterior por causa da guerra. No entanto, sobre esse processo, Araujo (Ibid.) comenta que em 1947 (no pós-guerra) a CVF cria

empresas mistas com grupos norte-americanos representados pelo Grupo Rockefeller, para a abertura aos recursos estrangeiros no processo de estímulo à economia não petroleira (basicamente maquinarias e matérias-primas elaboradas), o que reforça o caráter dependente da economia em geral.

Em definitivo, traça-se a trajetória de um processo de crescimento e de industrialização para consumo próprio, que procura fortalecer a demanda do mercado interno com recursos domésticos diante de um contexto bélico internacional.

A década de 1940 marca outras mudanças que podem ser caracterizadas pela abertura capitalista da sociedade venezuelana, criando um mercado interno mais amplo para os produtos de consumo de massa e demanda de serviços; a monetarização das relações de trabalho; e, por fim, a desocupação do campo e do fluxo das classes empobrecidas da população para as cidades, as quais se tornam moradoras de comunidades periféricas e passam a ocupar uma diversidade de trabalhos urbanos (MELCHER, 1995).

Melcher (Ibid.) explica, igualmente, que as estruturas financeiras e político-administrativas nacionais caíram sob a influência do petróleo e levaram o processo de industrialização a uma estreita interdependência com o capital estrangeiro, baseada principalmente nos investimentos na indústria petrolífera, que apresentava altos rendimentos no país.

Esses argumentos confirmam o apontado por Bambirra (1974, p. 118), conforme o que já foi considerado no capítulo II deste trabalho: o capital estrangeiro na fase da integração monopolística (pós-guerra) intensificou, nos países do Tipo B, sua participação nos setores onde já tinha controle. Portanto, nessa nova fase de expansão, essas atividades lhes permitiu perceber uma alta rentabilidade. Para a década de 1950, as empresas petroleiras estrangeiras (norte-americanas em sua maioria) registraram uma taxa de retorno para seus investimentos petroleiros na Venezuela, entre 30% e 40% conforme mostra a Tabela 2.

Em 1952, inicia-se a ditadura militar de Marco Pérez Jiménez, a qual dura até 1958. Seu governo se mostrou a favor dos interesses norte-americanos, o que ficou claro na alteração do Tratado de Reciprocidade Comercial (TRC), de 1939, entre ambos os países, no seu primeiro ano de governo (Tabela 3) (RODRÍGUEZ, ECHEVERRIA, VERA, 1972).

Tabela 2. Rentabilidade dos investimentos das empresas petroleiras estrangeiras na Venezuela, 1950-1969 (Milhões de Bs.)

Ano	Capital médio	Ativo fixo neto médio	Depreciação	Utilidades netas	% Rendimentos sobre o Capital	% Rendimentos sobre o ativo fixo-neto
1950	5872	5027	420	970	16,52	19,30
1957	8579	8013	812	2744	32,33	34,62
1965	8456	7666	965	2634	31,15	34,36
1967	7388	6810	974	2514	34,03	36,92
1968	7393	6714	937	2653	39,51	39,51
1969	7890	6974	917	2512	30,57	36,14

Fonte: Elaboração própria a partir de Rodríguez, Echeverria, Vera (1972).

Tabela 3. Comparação entre o Tratado de Reciprocidade Comercial Venezuela – EUA de 1939 e 1952.

TRC de 1939	
Interesse da Venezuela	Interesse dos EUA
- Redução do gravame que pagavam as importações petroleiras para os EUA (de 21 centavos a 10,5 centavos de US\$).	- Estabelecimento de uma quota de exportação ao petróleo venezuelano, equivalente a 5% do refinado pela indústria norte-americana em 1938.
- Desenvolver rapidamente os recursos petroleiros nacionais, assegurando um mercado para exportar.	- Aumentar e assegurar suas importações de óleo venezuelano, favorecendo os crescentes investimentos de suas empresas no país.
TRC de 1952	
Interesse da Venezuela	Interesse dos EUA
- Entrada sem restrição e com preferências alfandegárias para 21 produtos (matérias-primas como petróleo e seus derivados, ferro, cacau, café, orquídeas, etc.) no mercado estadunidense.	- Entrada sem restrição e com preferências alfandegárias para 182 produtos (desde frutas, queijo, grãos, até aviões e bens de capital) no mercado venezuelano.
- Um melhor tratamento do óleo venezuelano no mercado norte-americano, similar às vantagens que recebiam as importações do México e do Canadá.	- Desde 1948 os EUA deixaram de ser autossuficientes em matéria energética, somado a necessidades por matérias-primas para sua indústria armamentista (Guerra de Coreia).

Fonte: Elaboração própria a partir de Rodríguez, Echeverria, Vera (1972).

O primeiro destino histórico da renda petroleira é o gasto público para a criação e fortalecimento de estruturas capitalistas. Isso se viu intensificado durante a ditadura de Pérez Jiménez, o que permitiu a importação dos produtos estipulados no TRC. Como consequência, a sociedade venezuelana se habituou ao consumo, numa quantidade significativa, de bens importados, muitas vezes suntuosos, próprios do estilo de vida norte-americano (MEDINA SMITH, 2005; MOMMER, 1990; RODRÍGUEZ, ECHEVERRIA, VERA, 1972).

Deste modo, a trajetória da industrialização com fins de consumo interno muda seu curso para uma economia semiaberta: aberta para importações, mas fechada para as exportações não petroleiras (Ibid.). Para Contreras e Santaliz (2013), essa situação

evidencia o caráter artificial da indústria venezuelana: importadora, afastada da realidade e das necessidades do país e condicionada a uma “indústria real” baseada na exportação de matérias-primas, especialmente de petróleo e de seus derivados.

Diante dessa realidade, Araujo (2010) defende que, ainda que menor frente ao setor mineral e de hidrocarbonetos, o investimento estrangeiro direto²² (IED) no setor manufatureiro se desenvolveu de maneira ascendente durante a década de 1950, em especial em ramos que demandavam insumos importados do exterior, tais como as indústrias: metálica, química, e de materiais de transporte. A indústria se estabeleceu, portanto, para a elaboração de etapas finais e importava de provedores estrangeiros – geralmente das suas casas matrizes – os produtos semielaborados.

Mommer (1990) caracteriza essa década como “um primeiro momento do auge do capitalismo de Estado”, já que durante o governo de Pérez Jiménez foram fundadas as primeiras grandes empresas públicas. Entre essas empresas se destacaram a petroquímica e a siderúrgica, concebidas dentro do plano de desenvolvimento industrial do país e viabilizadas pelas grandes jazidas de recursos naturais, porém a exploração desses recursos estava nas mãos de concessionárias estrangeiras.

É justamente como consequência da criação do Instituto Venezuelano de Petroquímica (1953) que, em 1957, deu-se início à instalação do gasoduto *Anaco-Caracas-Morón*, a fim de satisfazer as necessidades da petroquímica. Este fato marca o primeiro uso do gás como matéria-prima industrial na Venezuela. Mais tarde, com a criação e as diretrizes da Corporação Venezuelana de Petróleo (CVP), o gás natural passaria igualmente a ser um insumo para as indústrias siderúrgicas (CARO *et al.*, 2009).

Esse novo destino para o gás natural no mercado interno fez com que o *Ministerio de Minas e Hidrocarburos* (MMH) criasse uma Direção de Petroquímica Nacional, para o impulso do desenvolvimento econômico nacional através do surgimento da industrialização do gás natural (PDVSA, 2005).

Conforme Úslar Pietri (1958 *apud* MOMMER, 1990), a iniciativa empresarial do Estado – sob uma ditadura – propiciou uma tendência em investir a renda petroleira, ao invés de promover a sua privatização. Esta decisão levou importantes porta-vozes do setor

²² Segundo o Banco Mundial (2015) o investimento estrangeiro direto (IED) é definido como entradas líquidas de capital feitas para obter um interesse duradouro de gestão (10% ou mais das ações com direito a voto) de uma empresa operando em uma economia que não é a economia do investidor (Ver Figura 8).

privado a criticarem essa tendência, identificando o capitalismo de Estado com a tirania, enquanto a empresa privada era identificada com a democracia. Esse tipo de discurso contribuiu com a desmoralização e posterior fim da ditadura militar.

Em 1958, após o fim do regime de Pérez Jiménez, conformou-se a coalizão política entre os partidos *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) e *Unión Republicana Democrática* (URD), em torno de um pacto político – *Pacto de Punto Fijo* – que assentou as bases da tolerância e respeito recíprocos para assegurar um mínimo de governabilidade que pudesse garantir o funcionamento do sistema em formação: a democracia (CARDOZO, 2007²³). Os governos durante a década de 1960 foram do partido AD: Rómulo Betancourt (1959-1964) e Raul Leoni (1964-1969).

Durante esse período, o sinal de esgotamento do modelo econômico imperante – uma economia semiaberta – ficou evidente através da desaceleração do crescimento econômico, apesar do ingresso contínuo da considerável renda petroleira. Começou-se a perceber o que, em palavras de Juan Pablo Pérez Alfonzo, denominou-se como “inundação econômica” ou “indigestão econômica”²⁴. Isto significa que o país mostrou dificuldades para a absorção dos grandes rendimentos petroleiros, quando os aportes fiscais desse setor se incrementaram de forma exponencial de um ano a outro, estimulando cada vez mais o aumento do gasto público, assim como as importações (Tabela 3). Esse fenômeno se intensificou na década posterior.

Para corrigir tal situação, institucionalizou-se o ideal de planejar a economia em sua totalidade, fixando metas para períodos prudenciais de quatro anos (ARAUJO, 2010).

O primeiro exemplo de planejamento, foi o *Plan de la Nación*, de 1965-1968. O plano se caracterizava pelo protagonismo outorgado ao setor empresarial privado no estímulo do modelo de industrialização (CARDOZO, 2007), contrastando com o papel marginal que esse setor teve durante a ditadura.

A concepção desenvolvimentista, nas palavras do presidente Leoni, em 1964 (*apud* CARDOZO, 2007), procura a transformação da economia petroleira em uma economia moderna, industrial e agrícola. Por tal motivo, reconhece-se o papel chave do setor público, em aliança como o setor privado, para estimular a expansão da economia venezuelana via

²³ Embora Cardozo (2007) e Caro *et al.* (2009) não formem parte de uma corrente de pensamento progressista afim à TMD, os autores permite enriquecer a caracterização que se apresenta neste capítulo.

²⁴ Para uma melhor compressão do conceito, aconselha-se a leitura de Pérez Alfonzo (2009).

produção de bens de consumo e, conseqüentemente, substituição das importações, e desenvolvimento acelerado da indústria química, petroquímica, siderúrgica e ramos mecânicos da produção massiva de bens duráveis.

O papel atribuído ao petróleo foi, uma vez mais, como financiador desse processo. Por isso, o interesse fundamental do governo em estabilizar o mercado internacional, exigir preços justos e obter uma maior participação nacional na indústria petroleira. Daí a importância de criar uma organização junto a outros países exportadores de petróleo que permitisse o controle da produção e dos preços do barril, que estavam em súbita queda naquele momento (Figura 2). Tal objetivo é atingido em 1960, na cidade de Bagdá, com a criação da Organização de Países Exportadores de Petróleo – OPEP.

Figura 2: Evolução do preço de petróleo.

Fonte: BP (2014).

A importância da defesa do mercado internacional a favor dos países da OPEP é dada pela natureza da renda petroleira: a remuneração que recebem os países exportadores, proprietários do recurso, tem sua origem nesse mercado. A renda é posteriormente distribuída no mercado nacional através do gasto público (MOMMER, 1990; BAPTISTA, 2005; RODRÍGUEZ ARAQUE, 2007; LÓPEZ SUÁREZ, 2012), motor dos grandes projetos desenvolvimentistas nos países periféricos. Portanto, o sucesso do plano nacional venezuelano dependia, em grande parte, da renda petroleira.

Durante o período em estudo, foi inquestionável a influencia de Juan Pablo Pérez Alfonzo na política petroleira nacional e internacional, uma vez que foi um dos fundadores da OPEP, além de *Ministro de Fomento* entre 1945-1948, e, em seguida, *Ministro de Minas e Hidrocarburos*, entre 1959-1964. Sua política durante esses períodos pode ser resumida nas seguintes diretrizes (MAYORBE, 2005):

- 1) Participação razoável do Estado nos lucros da indústria petroleira, o que tomou forma na legislação fiscal do setor a partir do *Fifty-Fifty* de 1948.
- 2) A criação da *Comisión Coordinadora de Conservación y Comercio de Hidrocarburos* em 1957, a qual consistia numa instituição encarregada de supervisionar as atividades das empresas petroleiras estrangeiras para, assim, evitar o esbanjamento econômico do petróleo. Foi inspirada na *Texas Railroad Commission* dos EUA, encarregada da fixação dos níveis de produção. Dessa maneira, Pérez Alfonzo esperava, além de aumentar o controle interno na indústria, inspirar os países exportadores a adotarem medidas de supervisão como essa. Tal objetivo é alcançado na década de 1980, quando a OPEP fixa quotas de produção para seus membros.
- 3) A criação da *Corporación Venezolana de Petróleo* (CVP), instrumento para estimular a participação do Estado na indústria: toda nova área que se decidisse a explorar deveria ser designada à CVP, quem decidia se o desenvolvimento dessa área seria feito por meio de exploração direta ou por contratos de serviços.
- 4) “Não mais concessões”, tese que obedecia dois motivos principais: (i) reservar ao Estado o futuro desenvolvimento das reservas; e (ii) estimular as empresas a ampliar o uso das áreas contratadas, já que se determinou que, dessas áreas, somente 6,32% estavam sendo explorados.
- 5) No que concerne ao gás natural, Pérez Alfonzo deu continuidade à política de conservação do recurso. O gás devia ser injetado durante a exploração do petróleo (gás associado), ou devolvido ao Estado para seu uso nas indústrias petroquímica e siderúrgica.

O pensamento de Pérez Alfonzo teve um impacto no planejamento das políticas energéticas que pode ser rastreado até a atualidade; aliás, suas diretrizes prepararam o terreno para a nacionalização dos hidrocarbonetos na década posterior.

Cabe destacar a evolução da indústria do gás natural nesse período. Mencionam-se os seguintes eventos (CARO *et al.*, 2009):

- ✓ Em 1951, haviam sido perfurados 176 poços de gás, dos quais 51 eram produtores, segundo fontes do MMH. Nesse mesmo ano, havia 461 km de extensão para um total de seis gasodutos.
- ✓ Em 1955, o MMH autorizou à companhia *Shell de Venezuela* a construção de um gasoduto, *La Paz-Cardón*, e em contribuição, o MMH aumentou a relação do gás/petróleo (RGP) do campo La Paz²⁵, com a condição de que o gás emitido na atmosfera não fosse superior aos 15% da produção total.
- ✓ Em setembro de 1962, o Ministro Pérez Alfonzo aprovou uma resolução que estabelecia que os volumes de gás que as concessionárias injetassem não precisavam pagar imposto de produção, dado que o recurso voltava ao Estado.
- ✓ Em 1967, o Ministro José Mayorbe recebeu do vice-presidente e gerente geral da *Philadelphia Gas Works* (PGW), a primeira proposta para Venezuela enviar gás natural liquefeito (GNL) à Filadélfia, nos EUA. O projeto indicava que o volume inicial seria de 300 MMpc/d²⁶ até 500 MMpc/d (de 8,5 MMm³/d até 14,15 MMm³/d). Entre as características principais deste projeto estão: o capital poderia ser internacional, venezuelano, ou misto; o contrato seria por 20 anos; sua viabilidade dependia de estudos mais profundos, incluindo um estudo específico sobre as reservas disponíveis.
- ✓ Em 1970, o *Ministerio de Energía y Minas* (MEM), começou uma política de formação de profissionais, fato que fez com que o MEM enviasse um grupo de jovens estudantes aos EUA para que estudassem a tecnologia do GNL.
- ✓ Também em 1970, conclui-se o gasoduto *Anaco-Puerto La Cruz*, com uma extensão de 228 km. Sua finalidade é suprir as demandas da siderúrgica do Orinoco e de outras indústrias instaladas na zona industrial de Puerto Ordaz (PDVSA, 2005).

Nesse período, percebe-se, em relação ao PIB, um crescimento das atividades manufatureiras que supera ao setor agrícola, marginalizado desde o início das atividades

²⁵ Foi justo no campo La Paz onde se começou a utilizar o conceito de relação gás/petróleo (RGP), como medida de conservação de energia das jazidas. Caso se produzisse a mais, o campo seria fechado, para assim evitar que as companhias concessionárias produzissem de forma exagerada (CARO *et al.*, 2009).

²⁶ MMpc/d: Milhões de pé cúbico diário. 1 pc (ou ft³) equivale a 0,0283 metros cúbicos (m³) (REPSOL, s/d).

petroleiras no país. O setor industrial, assim como o setor de serviços, continua acompanhando o aumento do setor ‘petrolero e mineiro’, produto dos ingressos que o Estado captou e redistribuiu ao resto da economia durante esses anos, através do gasto público (Figura 3).

Figura 3: Evolução do PIB entre 1945-1970 (Milhões de Bs. - 1984).

Fonte: Elaboração própria a partir de Clemente, Puente (2001).

3.1.3. Da nacionalização da indústria do gás e do petróleo ao esgotamento do modelo rentista (1971-1999).

Durante os anos de 1970²⁷, aconteceram dois auges do preço internacional do petróleo (Figura 2), o que permitiu aos governos dessa década²⁸ contar com um superávit fiscal, revigorando a tendência empresarial do Estado, similar à década de 1950. Este fato intensificou “a indigestão econômica” diagnosticada em décadas anteriores (Tabela 4).

²⁷ Para uma maior compreensão dos eventos da década de 1970, tanto para os países periféricos como os centrais, recomenda-se a leitura de Souza, M.N. *et al.* “Distribuição desigual da apropriação de energia: petróleo e dependência na década de 1970”. IX Congresso Brasileiro de Planejamento Energético. Florianópolis, 2014.

²⁸ Rafael Caldera (1969-1974), do partido COPEI, e Carlos Andrés Pérez (1974-1979), de AD.

Tabela 4. A indigestão econômica em números.

Ingresso Nacional e Petróleo (MM Bs.)				
Ano	Ingresso Nacional	Participação Fiscal Petroleira (PFP)	Ingresso Não Petroleiro (InP)	Relação InP/PFP
1958	18279	2999	15280	5,1
1963	23563	3225	20338	6,3
1968	34656	5313	29143	5,3
1973	60969	12418	48551	3,9
1974	93000	36000	57000	1,5
Ingresso e Gasto Público do Governo Central				
Ano	Ingressos Fiscais	Participação Fiscal Petroleira (PFP)	Outros	Gasto Efetivo
1958	4706	2999	1766	6235
1963	6596	3225	3371	5953
1968	8775	5313	3262	8885
1973	16054	12418	3636	14572
1974	43500	36000	5500	29700

Fonte: Elaboração própria a partir de Pérez Alfonzo (2009)

Para Mommer (1990), tal período pode ser caracterizado de acordo com os seguintes pontos:

- 1) Superestimação dos recursos econômicos que ingressavam, e das perspectivas de crescimento econômico. O pensamento da época era “a abundância de dinheiro resolverá”.
- 2) O Estado empreendeu de novo grandes investimentos: fundou-se a indústria do alumínio; ampliou-se a siderúrgica; construíram-se as grandes hidroelétricas e investiu-se na indústria de hidrocarbonetos.
- 3) O Estado, já com a posse da indústria petroleira, recorreu – através das empresas públicas não petroleiras – às instituições e bancos internacionais em que adquiriu empréstimos em curto prazo, a fim de financiar projetos de longo prazo. Os créditos outorgados a essas empresas tinham como garantia a renda petroleira futura.
- 4) Esse período se caracterizou por dois auges: (i) em 1973, o primeiro choque do petróleo, que estimulou tanto investimentos públicos como privados (por via de créditos nacionais), e (ii), em 1979, com o segundo choque, que apenas reativou o investimento público.
- 5) Paralelamente ao processo de endividamento público, intensificou-se a saída de capitais privados (Figura 7), processo que provocaria a crise cambial em 1983, num contexto internacional conhecido como “contrachoque do petróleo”, caracterizado

pela queda dos preços do barril.

O modelo desenvolvimentista de planejamento continua, agora nas diretrizes do V *Plan de la Nación*, relacionado com o programa de governo intitulado *La Gran Venezuela* (1974-1977). Este plano procurava o impulso das indústrias básicas, recorrendo ao endividamento externo se fosse necessário (CARDOZO, 2007).

Para Ignacio Purroy (1982 *apud* CARDOZO, 2007), o modelo de industrialização na Venezuela está baseado em etapas ou fases. Inicia na década de 1950, com o primeiro auge da renda, caracterizado por uma industrialização substitutiva com suporte numa política protecionista, centrado na satisfação do mercado doméstico. Uma vez consolidada a base industrial para a produção de bens de consumo, passa-se para a fase de industrialização para o exterior, na qual se procura a diversificação das exportações. Além disso, percebe-se que o país seria capaz de promover a industrialização básica, isto é, a produção de bens de capital – setor I da economia.

Com base nesses planos desenvolvimentistas, que visavam a independência econômica do petróleo, mas que paralelamente necessitavam da renda petroleira para impulsionar a expansão econômica, produz-se uma estratégia dual na Venezuela: por um lado, certas áreas da economia foram deixadas sob o controle do setor privado (comércio, manufatura, alimentos); por outro, os setores básicos da economia (aço, petroquímica, eletricidade) foram reservados a empresas públicas. A partir dessa década, a indústria do petróleo e gás também passou à esfera estatal.

O primeiro passo que deu o Estado venezuelano para tomar o controle da sua indústria petroleira foi em 1971, com a promulgação de duas leis, durante o governo do Dr. Rafael Caldera. A primeira delas foi a *Ley sobre Bienes afectos a Reversión en las Concesiones de Hidrocarburos*. Era o marco regulatório para o processo de devolução ao Estado das instalações das empresas petroleiras que operavam no território nacional e que possuíam concessões com aproximadamente 14 anos, ou menos, para o seu vencimento (GARCÍA, CANINO, VESSURI, 2010).

A outra lei diz respeito ao gás natural. A *Ley que Reserva al Estado la Industria del Gas Natural* foi promulgada e publicada na *Gaceta Oficial* da República nº 29.594, no dia 26 de agosto de 1971. Segundo essa lei, a indústria do gás seria planejada e exercida pelo Executivo Nacional e explorada pela CVP. Às concessionárias se exigia entregar ao Estado

o gás produzido por elas. Cabia, portanto, ao Executivo estabelecer as condições nas quais as empresas de hidrocarbonetos poderiam utilizar em suas operações o gás que se extraía associado ao petróleo. A lei, entre outros temas, começou a proibir formalmente a queima do gás (*flare gas*) (CARO *et al.*, 2009). A estratégia definida estava guiada principalmente pela conservação e controle do recurso. A lei esteve vigente até sua derrogação pela *Ley Orgánica de Hidrocarburos Gaseosos* de 1999.

O projeto de GNL que foi apresentado ao MMH em 1957 pela PGW demandou um estudo sobre as reservas de gás na Venezuela. Segundo a *Gas Developments Corporation*, encarregada pela CVP para o estudo em questão, a disponibilidade das reservas, para o momento, era de 36,4 trilhões de pés cúbicos (TPC) de gás, dos quais 93% eram associados²⁹ (CARO *et al.*, 2009).

Com a nova lei de 1971, foi impossibilitado um possível uso das reservas de gás livre para exportação, podendo liquefazer-se apenas o gás associado (artigo 5º). Até aquele momento, o gás associado servia de insumo para a indústria petroleira ao ser injetado, ou era destinado para seus usos na indústria nacional, especialmente na petroquímica e na siderúrgica.

Em 1974, foi inaugurado o *Complejo Petroquímico El Tablazo*, em Zulia, com uma capacidade de processamento de gás liquefeito do petróleo (GLP) de 4,6 MMm³. Um ano depois, ampliou-se pela primeira vez o gasoduto *Anaco-Caracas-Morón* (construído em 1957) com trecho *Morón-Barquisimeto*.

Já fora do Ministério e da vida política, Perez Alfonzo se dedicou a ser um crítico das medidas governamentais em relação aos hidrocarbonetos. Nos anos de 1970, por exemplo, denunciou o aumento da RGP, revelando “um verdadeiro desperdício” que levantava dúvidas sobre a política de injeção e conservação do gás associado. Em 1974, segundo cálculos do mesmo Perez Alfonzo (2009) por cada barril de petróleo exportado em esse ano – a preço internacional de US\$ 14,08 – se exportava também um equivalente em gás de US\$ 3,97 ou Bs. 16,25 (Figura 4). Essa era a quantidade de dinheiro que o país liquidava de gás, sobre as quantidades de cada barril de petróleo exportado (PÉREZ

²⁹ O estudo concluiu que as reservas de gás venezuelanas estavam subestimadas pela metodologia de cálculo. O gás natural *in situ* se multiplicava pelo fator de recuperação, em lugar de usar as pressões reais de cada jazida. Tampouco se incluía todo o gás livre ou não associado, porque o interesse era a produção de petróleo (CARO *et al.*, 2009).

ALFONZO, 2009).

Figura 4: Relação Gás/Petróleo (RGP) 1952-1974.

Fonte: Pérez Alfonzo (2009).

A nacionalização do petróleo, por sua vez, começou a ser discutida em 1974. O presidente Carlos Andrés Pérez instalou uma comissão presidencial para a reversão petroleira, integrada por representantes de distintos setores da sociedade venezuelana (setor público, privado, universitário, sindicatos, entre outros) com o objetivo de avaliar a possibilidade de resgatar imediatamente a indústria petroleira; estimulados por um cenário internacional de alta de preços e de aumento da PFP, produto do primeiro choque do petróleo (SEVERO, 2009).

A comissão presidencial apresentou, a finais desse mesmo ano, um projeto de lei, como resultado da sua avaliação. Contudo, o presidente Pérez alterou o projeto original (SEVERO, 2009), com o apoio do ex-presidente Betancourt (ambos do partido AD), do setor privado, das grandes empresas transnacionais e dos governos de seus países de origem – em especial dos EUA, por meio de seu Secretario de Estado na época, Henry Kissinger.

Como resultado, a lei, que num ato de soberania reservaria ao Estado de forma exclusiva as atividades envolvidas na indústria do petróleo, introduziram-se as seguintes medidas: a possibilidade de celebrar convênios de associação entre o Estado e empresas estrangeiras (artigo 5º); convênios dirigidos às áreas de comercialização e assistência tecnológica e o pagamento de indenizações às empresas petroleiras.

Foram muitas as vozes alçadas contra a Lei de Nacionalização, que finalmente foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 21 de agosto de 1975, e que entrou em vigência

no dia 01 de janeiro de 1976. García Ponce (1985 *apud* SEVERO, 2009), por exemplo, argumentou que “o artigo 5º surge como uma cláusula que assegurava a prolongação, agora em novas formas, de um velho *status* de dependência entre o Estado e os monopólios internacionais”. Do ponto de vista técnico, a Sociedade Venezuelana de Engenheiros de Petróleo denunciou que não existia a necessidade de celebrar esses convênios, já que grande parte da tecnologia utilizada na Venezuela havia sido criada pelos próprios engenheiros e técnicos venezuelanos (SEVERO, 2009).

A recém-criada PDVSA – *Petróleos de Venezuela, Sociedad Anónima*, empresa estatal que nasceu a partir da lei de 1976 para atuar na área de *upstream* e *downstream* dos hidrocarbonetos em Venezuela – aprofundou sua dependência tecnológica. As necessidades da indústria petroleira nacional passaram a ser satisfeitas por profissionais e maquinarias (*hardware, software*) trazidos de outros países, aumentando os custos de forma geral, e estabelecendo uma forma de fuga de capitais (Figura 7), através do pagamento de licenças e de patentes (Ibid.).

No que se refere à economia nacional, se, por um lado, entre 1973-1977, a Venezuela experimentou crescimento com inflação, por outro, entre 1978-1984 o país viveu uma situação de estagflação: queda do PIB somada à inflação (Ibid.) (Figura 5). Foi durante esse último período que a Venezuela atravessou a “crise da dívida externa”, em 1982 (Figura 6), e a desvalorização do Bolívar (Bs.), a moeda nacional, em 1983.

De acordo com Cardozo (2009), a política econômica dos governos de 1980, se basearam nos seguintes objetivos: diversificar a economia, aumentar a produção, liberalizar preços e aduanas para importação, e, também, redefinir as políticas de subsídios e investimentos.

Segundo Griffith-Jones e Sunkel (1990 *apud* SEVERO, 2009), os créditos internacionais – catalisadores da crise da dívida externa – possuíam uma grande desvantagem: uma taxa de juro variável. Como consequência, quando os EUA elevaram sua taxa de interesse de forma unilateral, aumentou igualmente o envio de remessas de capital, e, portanto, a fuga de capitais³⁰, desde os países periféricos (Figura 6 e Figura 7).

³⁰ Para uma leitura completa sobre a fuga de capitais (FC), a dívida externa e a IED na Venezuela, recomenda-se a leitura de Medina Smith (2004). Para entender o impacto da FC exposto nos termos deste trabalho, Medina Smith (Ibid.) explica que entre as principais consequências desse fenômeno está a erosão da base impositiva sobre riquezas e rendas, toda vez que o sistema fiscal aplicado se baseie no “princípio de

De modo que a economia latino-americana intensificou seu caráter de exportadora de capitais, conforme discutido no capítulo II, nos aportes teórico-metodológicos tomados de Dos Santos (2011).

Figura 5: Evolução do PIB entre 1971-1999 (Milhões de Bs. – 1984)

Fonte: Elaboração a partir de Clemente, Puente (2011).

Nesse cenário, no intento de conter a crise da dívida externa, o governo, em 1983, acorreu ao fundo de reserva da PDVSA, aproximadamente US\$ 5,5 bilhões, que a empresa guardava para investimentos futuros. Tais investimentos foram postergados, e, finalmente, não executados, ante a situação de um mercado petrolífero deprimido e o estabelecimento das quotas restritivas da OPEP (MOMMER, 2003).

territorialidade de origem”, em lugar do “principio da residência”; portanto, os capitais que saíssem da região latino-americana por motivo de riquezas e rendas não podiam ser gravados e, dessa forma, não gerariam renda para os países em desenvolvimento. Da mesma maneira, as reduções dos ingressos fiscais impactaram no salário real de forma negativa, já que diminuía a distribuição de renda dentro das sociedades. Impacto negativo também foi registado nas reservas internacionais, que diminuiriam substancialmente em casos em que a balança de pagamentos se mostrou deficitária, o que levou os governos a recorrerem aos bancos internacionais para equilibrar as contas. A FC limitou de forma geral a quantidade de recursos disponíveis para investimento domésticos, afetando a qualidade de vida dos cidadãos. E, por último, ainda que os governos tenham se valido dos bancos para solicitar empréstimos na época de bonança econômica (especialmente no caso venezuelano, durante os choques de petróleo), o setor privado também adquiriu dívidas durante esses anos sem nenhuma garantia. Uma vez iniciada a crise nos anos 1980, os governos da região foram pressionados pela banca internacional e os organismos multilaterais (FMI, BM) para assumir igualmente esses compromissos, o que acabou sendo feito para, assim, poder renegociar os termos de pagamentos.

Figura 6: Dívida Externa da Venezuela 1950-1999 (Milhões de US\$ - 1995)

Fonte: Medina Smith (2005).

Figura 7: Fuga de Capital na Venezuela 1950-1999 (Milhões de US\$ - 1995)

Fonte: Medina Smith (2005).

Frente a isso, a resposta da PDVSA foi uma estratégia de internacionalização. Basicamente, a empresa buscou investir seus recursos financeiros em participações em refinarias da Europa (como a Veba Oel, na Alemanha, e a Nynas, da Suécia), ou adquirindo-as por completo (como aconteceu com atual grupo CITGO localizado nos EUA). A PDVSA deu início, dessa maneira, à venda de petróleo a suas novas filiais

estrangeiras a preços de transferência com descontos, transladando, assim, uma porção importante de seus lucros fora do alcance do governo venezuelano (CARDOZO, 2007; GUEVARA, 1983 *apud* MOMMER, 2003).

Transladar lucros ao exterior através dos “preços de transferência” foi o verdadeiro motivo da internacionalização. Desde 1983 até 2001, as filiais da PDVSA nunca pagaram dividendos à casa matriz da empresa em Caracas (MOMMER, 2003).

O fracasso dos governos durante a nacionalização e posteriores a ela em criar um novo regime fiscal eficiente, que procurasse a maximização impositiva sobre PDVSA (pagamento de *royalties* e impostos sobre a renda e exportação), assim como a manutenção do quadro de executivos das empresas petroleiras estrangeiras nas novas subsidiárias da PDVSA, fez com que, conseqüentemente, a empresa reforçasse o ideal de empresa petroleira transnacional (Ibid.), ao invés de empresa petroleira de caráter público e ao serviço dos interesses da nação.

Apesar desse complexo cenário econômico, durante o último ano do governo de Jaime Lusinchi (1984-1989), efetuou-se um segundo traslado do fundo de recurso da PDVSA ao Banco Central da Venezuela (BCV), e se prosseguiu com a aquisição de empréstimos com garantia em vendas futuras de petróleo. Os governantes dessa década conseguiram negociar a dívida externa e procurar novos financiamentos à margem do Fundo Monetário Internacional (FMI), tarefa que correspondeu inevitavelmente ao próximo governo, novamente de Carlos Andrés Pérez (CARDOZO, 2007).

No que concerne ao gás natural, as reservas da região latino-americana mostraram um aumento: passando de 1,3 trilhões m³ em 1960 para 7,3 trilhões m³ em 1989, sendo 3 trilhões m³ reservas venezuelanas (MASSERON, 1990), embora existissem dúvidas sobre o potencial dessas reservas nos países mais ricos neste recurso (Venezuela, Argentina e México). Sob essa perspectiva, desde 1970, o desenvolvimento das reservas da Venezuela e do México estava atado à dinâmica da indústria petrolífera, assim como a uma insuficiente infraestrutura de transporte e distribuição por um mercado doméstico incipiente. Por outro lado, Masseron (Ibid.) reconhecia o desenvolvimento de iniciativas para reverter o desperdício do recurso nesses países, e previu um aumento no mercado regional, com a descoberta de novas reservas em países como Bolívia, Peru e Colômbia.

Durante a década de 1990 e o início da década de 2000, os países da região latino-

americana, em especial da região andina, atravessaram situações de instabilidade política. No que tange à Venezuela, durante esse período aconteceram, em 1992, duas tentativas de golpe de Estado³¹ contra o governo do presidente Carlos Andrés Pérez, quem finalizou sua administração devido a um processo de *impeachment* no ano de 1993 (VILLA, URQUIDI, 2006). Apesar da popularidade que a figura do presidente Pérez inspirava no eleitorado em 1988-89, suas decisões governamentais, em especial aquelas referentes à economia, o levaram a perder rapidamente sua legitimidade.

Em 1989, quando Pérez assume pela segunda vez a presidência, o BCV não apresentava reservas monetárias. Dessa maneira, não existiam condições para cumprir com os compromissos da dívida externa (ver Figura 6). Ante tal situação, o presidente aceitou um acordo de financiamento com o FMI e o Banco Mundial (BM), instituições que exigiram que o governo aplicasse uma série de medidas econômicas que impactaram a indústria e a economia como um todo (MELCHER, 1995; MOMMER, 2003).

O FMI pressionou o governo a tomar medidas como: desvalorizar uma vez mais o Bolívar; elevar a taxa de juro para evitar a saída de capitais; a hiperinflação - somada ao estancamento dos salários, fez com que diminuísse a capacidade de compra, especialmente da classe média consumidora dos produtos das indústrias surgidas com a política de substituição de importações – e a redução de subsídios, que levou ao aumento da gasolina. Tais medidas conformaram o quadro geral de indignação, que provocou um levante popular em fevereiro de 1989, conhecido como o *Caracazo* (Ibid.).

O Estado, totalmente incapacitado de continuar investindo nas indústrias que tinha sob seu controle, iniciou uma estratégia de “internacionalização”, com o objetivo de atrair investimento de capital estrangeiro para esses setores (Figura 8). Assim Melcher (1995, p. 66) explica:

“Bajo el lema ‘se acabó la renta petrolera’, se inició una tendencia a atraer nuevas inversiones extranjeras, en la agricultura y en algunas industrias, para aprovechar los bajos costos que resultaban de la contratación de mano de obra y servicios por la devaluación monetaria. De esta forma se pretendió crear una economía interna capaz de enfrentarse a la competencia externa. Especial apoyo fue otorgado a las industrias para la diferenciación de las exportaciones, concentrándose importantes financiamientos en la modernización de la industria petrolera, petroquímica, del hierro y aluminio, todas empresas de propiedad del Estado. Esta tendencia fue combinada con la política de “internacionalización” de estas industrias, aceptando participación de capital extranjero,

³¹ Uma dessas tentativas de golpe de Estado foi encabeçada pelo Tenente Coronel, Hugo Chávez Frías, posterior presidente da República.

o la completa adquisición de esas empresas por dicho extranjero (originario principalmente de EUA, Alemania, Bélgica, Italia).

No que diz respeito à internacionalização da indústria dos hidrocarbonetos, essa estratégia começou em 1983, com a aquisição de refinarias e outros ativos na Europa e nos EUA, numa lógica de posicionar recursos financeiros da PDVSA no exterior. Contudo, no contexto dos anos 1990, a internacionalização passaria por uma mudança: atrair o capital estrangeiro, já não só em associação para comercializar e ter acesso à tecnologia, mas também para investir nas áreas de exploração e produção dos recursos.

Figura 8: Investimento Estrangeiro Direto (IED) na Venezuela 1950-1999 (Milhões de US\$ - 1995).

Fonte: Medina Smith (2005).

Através da *Apertura petrolera*, a PDVSA defendeu uma política de competitividade perante o governo nacional: era necessário reduzir os impostos e *royalties* a fim de atrair investimentos estrangeiros. O governo aceitou tal medida e a empresa estatal, por sua vez, firmou uma série de contratos com empresas transnacionais: *Contratos de Servicios Operativos* para reativar campos marginais de óleo convencional e *Convenios de Asociaciones Estratégicas* para a produção e melhoramento dos óleos pesados e extrapesados da *Faja Petrolera del Orinoco* (FPO)³². Com esses contratos, a PDVSA criou um marco legal que beneficiava e protegia o capital privado ante o Estado (MOMMER, 2003).

³² Para uma caracterização mais profunda sobre esse tipo de contratos e suas desvantagens econômicas para o Estado venezuelano, ver *Informe de Gestión Anual 2012* de PDVSA. Igualmente, para uma melhor compreensão deste período, se recomenda a leitura de Rodríguez Araque (2007) e López Suárez (2012).

Uma vez criadas as condições para favorecer o capital privado, a PDVSA agiu de modo a diminuir a imposição fiscal para si mesma. Assim, em 1993, diante de uma conjuntura nacional de transição governamental – o governo provisional de Ramón J. Velásquez, entre 1993 e 1994 – modificou-se o Imposto Sobre a Renda e se eliminou o imposto sobre as exportações. A política de maximização fiscal do passado foi substituída por uma política de minimização (Ibid.).

Entre os recursos que a política da *Apertura* colocou à disposição do capital externo para investir nas áreas de exploração e produção, estava o gás livre *offshore*, retomando as intenções de instalar com base nessas reservas uma indústria de GNL, violando, assim, o estipulado na Lei – ainda vigente – de 1971.

Em 1993, o Congresso Nacional, seguindo o estipulado no artigo 5º da lei de Nacionalização de 1976, debateu sobre uma possível associação estratégica com o capital estrangeiro para a exploração e liquefação de gás natural livre: o Projeto *Cristóbal Colón*³³ (PCC). Este projeto representava um investimento de aproximadamente US\$ 6 bilhões, entre Lagoven (filial da PDVSA, com 33%), Shell (30%), Exxon (29%) e Mitsubishi (8%).

Para Rodríguez Araque³⁴ (2007), debater sobre a aprovação do PCC, não era um dilema que girava em torno de questões como a “abertura ou não abertura”, “inserção ou não inserção à dinâmica do mercado internacional”, já que, como exportador de petróleo, a Venezuela já fazia parte dele. A questão era definir como inserir-se nesse mercado, dadas as condições nacionais. Não se podia admitir outra prioridade que não fosse a reafirmação dos interesses e a soberania da nação.

O PCC possuía uma série de questões anticonstitucionais, como a prioridade do capital estrangeiro sobre o nacional, exceções fiscais, assim como a inclusão de uma cláusula de indenização e abertura para resolução de conflitos através de arbitragem internacional. Essas eram as principais características dos negócios da *Apertura*, que desfavoreciam o Estado, tirando dele seu caráter soberano. Além disso, colocavam a indústria nacional numa situação de desvantagem.

Como pensamento da década, ficou claro que “na visão adotada pela PDVSA, a

³³ Outras características desse projeto são tratadas no capítulo IV deste trabalho.

³⁴ Importante figura da política venezuelana. Foi deputado do Congresso Nacional (1993-1999), e Ministro de Energia e Minas/Petróleo e Energia (1999-2000), Presidente de PDVSA (2002-2004), Ministro de Relações Exteriores (2004-2006), Ministro de Economia e Finanças (2008-2010), Ministro de Energia Elétrica (2010-2012), Secretario Geral da UNASUL (2012-2014), e atual Embaixador em Cuba.

vantagem dos recursos naturais consistia em atrair investimentos – principalmente estrangeiro –, e não em construir as condições para promover o desenvolvimento nacional” (MOMMER, 2003).

No decorrer desse período, uma série de medidas foram tomadas e executadas dentro do marco da indústria do gás natural. Segundo Caro *et al.* (2009), tem-se que:

- ✓ Em 1981, fixou-se a RGP em 2800 pc/b, para as jazidas de blocos no Lago de Maracaibo.
- ✓ Um estudo de PDVSA, convocado em 1982, discutiu que: (i) o gás não era exportável nas condições do mercado internacional naquele período; (ii) que seu uso no mercado interno liberaria líquidos, como *fuel oil* e gasolina, para sua exportação; (iii) que não existiam problemas no uso do gás para recuperação secundária de poços petroleiros; e, finalmente, (iv) que era necessário conectar urgentemente os gasodutos entre o Oriente e Ocidente do país, para resolver os problemas de déficit de gás natural em Ocidente. Por último, a prioridade do futuro desenvolvimento da indústria seria: (i) Gás associado em terra, (ii) Gás não associado rico em terra, (iii) Gás não associado pobre em terra e, (iv) Gás não associado *offshore*.
- ✓ A necessidade de interconectar os extremos do país possibilitou, em 1984, a aprovação do Projeto *Nurgas*, para a construção e ampliação do sistema de gasodutos Oriente-Ocidente. Iniciado em 1987 e culminado em 1991, com 2210 km desde Anaco até Altigracia, o sistema apresentava uma capacidade de transporte de 27,4 MMm³ de gás, o qual era facilitado graças à instalação de um sistema de compressão.
- ✓ Em 1988, aprovou-se o projeto de Gás Natural par Veículos (GNV), desenvolvido pela filial Corpoven, com prioridade ao transporte público. Tal projeto foi iniciado na Zona Metropolitana de Caracas em 1989, sendo estendido, em 1992, a outras grandes cidades do país. Nesse período, foram instalados 150 postos de serviço (abastecimento e conversão). No entanto, duas questões limitaram o sucesso desse programa: a lentidão na ampliação da rede de distribuição para o recurso chegar aos pontos de fornecimento do gás e, mais importante, sua incapacidade de competir com o preço da gasolina, que, devido ao seu baixo valor, não estimulava a substituição pelo gás natural.

- ✓ A partir de 1988, assinou-se entre o MEM e a Maraven, filial da PDVSA, o convênio para o pagamento de royalties de 16,66% dos hidrocarbonetos líquidos produzidos do gás. Conforme dita a Lei de Hidrocarbonetos, estabeleceu-se que o pagamento fosse em dinheiro. Assim, os hidrocarbonetos líquidos derivados do gás, a saber, etano, propano, butanos, propano-butano, pentano, gasolina natural e naftas, passavam a ser medidos em graus API para determinar seu valor mercantil correspondente, desde 11,3° API para o etano e propano; 20,6° API para o propano-butano; 20,6° API para butanos, e 30° API para gasolina natural, pentano, e naftas.
- ✓ Em junho de 1992, o presidente Pérez criou uma comissão presidencial para que apresentasse soluções ao problema de segurança e fornecimento na rede de distribuição de gás da cidade de Maracaibo, Estado Zulia – primeira cidade do país em contar com esse tipo de rede. Como resultado, apresentou-se o “Projeto Rede de Gás de Maracaibo” – REGMA. O projeto recebeu financiamento do PNUD e assessoramento técnico da empresa *Gaz de France* e Maraven.
- ✓ No mesmo ano, o problema de escassez de gás para satisfazer as demandas do Ocidente do país se fizeram muito evidentes. A PDVSA elaborou um sistema de hierarquização para o fornecimento do gás nessa região. Assim, as prioridades ficaram estabelecidas na seguinte ordem: (i) operações de produção, (ii) usinas de hidrogênio das refinarias de Cardón e Amuay, (iii) gás para fins doméstico, (iv) a indústria petroquímica (primeiro para processamento e somente depois para uso como combustível), (v) o setor elétrico, (vi) injeção em jazidas, (vii) outros usos de gás nas refinarias e, finalmente, (viii) gás para outras indústrias. A tarefa de supervisão foi outorgada à recém-criada Coordenação do Sistema de Gás Ocidente, assumida primeiro por Corpoven e, depois, por Maraven.

No dia primeiro de janeiro de 1998, a *PDVSA Gas*, empresa filial de PDVSA integrada à divisão de Manufaturas e Mercado, iniciou suas operações. Sua responsabilidade é impulsionar o negócio do gás natural no país. Por tal motivo, enfocou seu trabalho no desenvolvimento das atividades de processamento, transporte e distribuição (junto a outras empresas), promovendo uma integração harmônica dos equipamentos e técnicas de trabalho entre a divisão do Ocidente e a divisão do Oriente (PDVSA, 2005).

3.2. Período da Quinta República: O Estado reitor da economia.

A distribuição do rendimento petrolífero e sua transformação em capital dependem das características do Estado (MERCHEL, 1995) e, ainda mais importante, dependem das características do governo nacional.

Durante as décadas de 1950 até 1970, o Estado teve um papel promotor no crescimento econômico e na distribuição da renda petrolífera, num período caracterizado pela abundância de recursos. Porém, nas décadas posteriores, 1980 e 1990, a queda dos preços no mercado petrolífero internacional fez com que apenas os grupos sociais próximos à PDVSA e ao Estado se beneficiassem da renda petrolífera (BARROS, 2006).

Na eleição de 1998, ano em que os preços internacionais do petróleo atingiram seu mais baixo patamar desde o choque de 1979 (Figura 2), a alternância de poder entre os partidos do pacto de *Punto Fijo* acabou. O militar e ex líder do Golpe de 1992, Hugo Chávez Frías, assumiu o poder (Ibid.).

Chávez percebeu imediatamente que precisava tanto do controle da indústria petrolífera para viabilizar seu projeto político como atuar em prol da recuperação dos preços do petróleo, deprimidos durante os anos noventa (Figura 2). Segundo Villa e Urquidí (2006), isso levou o novo presidente a assumir duas frentes de ação:

- ✓ Uma externa, direcionada à recuperação dos preços do petróleo e da capacidade negociadora da OPEP. Foi por esse motivo que Chávez realizou uma viagem por países-chave do Oriente Médio no segundo semestre de 2000. Promoveu, ainda, uma estratégia de coalizão na defesa do preço do petróleo com outros países-chave não membros da OPEP, como a Rússia e a Noruega.
- ✓ E outra frente interna, com a qual se lutou para restituir ao Estado sua capacidade reguladora sobre a indústria petrolífera, que tinha sido enfraquecida desde o início da internacionalização e da *Apertura* dessa indústria. Essas políticas, sob o lema de “petróleo e inserção global”, davam autonomia à estatal PDVSA para que ela se gerenciasse, sem a fiscalização de órgãos oficiais do Estado nem a do governo nacional. O resultado foi uma extrema independência da PDVSA, o que levou Chávez a afirmar, no início de seu governo, que havia surgido “um Estado dentro do Estado”.

O processo de recuperação do controle da indústria – controle que, na verdade, o governo nacional nunca teve, mesmo depois da Nacionalização, em 1976 – foi iniciado com a aprovação da uma nova Constituição em 1999³⁵: a Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV).

A CRBV (2006) estabelece um marco legal claro e sólido em matéria de hidrocarbonetos. Como exemplo, se destacam os seguintes pontos: a reafirmação da soberania do Estado sobre as jazidas de petróleo, gás e qualquer outro mineral ou recurso natural (artigo 12º); a proibição da privatização da PDVSA, reservando ao Estado venezuelano a totalidade das ações da empresa (artigo 303º); a outorga ao Poder Público Nacional do regime e administração da carga impositiva fiscal das atividades ligadas aos hidrocarbonetos (artigo 156.16) e, o artigo 302º, que se cita à continuação:

“El Estado se reserva, mediante la ley orgánica respectiva, y por razones de conveniencia nacional, la actividad petrolera y otras industrias, explotaciones, servicios y bienes de interés público y de carácter estratégico. El Estado promoverá la manufactura nacional de materias primas provenientes de la explotación de los recursos naturales no renovables, con el fin de asimilar, crear e innovar tecnologías, generar empleo y crecimiento económico, y crear riqueza y bienestar para el pueblo.” (CRBV, 2006, p.125).

Ressaltam-se, nesse último artigo, duas questões: o controle e administração por parte do Estado das atividades e indústrias primárias (através de Lei orgânica) – as quais foram estimuladas como atividade econômica no país desde que a Venezuela se inseriu na dinâmica da economia internacional como exportadora de matéria-prima bruta –; e o estímulo à industrialização das diferentes atividades ligadas à cadeia de valor dessas matérias-primas. Embora o gás natural não apareça mencionado textualmente, ele fez parte das estratégias que o governo nacional desenvolveu nesse sentido.

Conforme o estabelecido no artigo 302º da Constituição, através da *ley habilitante*, o presidente decretou a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos (LOH) em 2001³⁶. Entre os aspectos mais relevantes está: (i) a desvinculação de PDVSA com as tarefas de planejamento e execução da política petroleira nacional, assumindo apenas seu caráter de empresa; (ii) o reestímulo à industrialização dos hidrocarbonetos para melhorar a cesta de

³⁵ A CRBV dá início a uma nova era política no país denominada como a V República – a IV foi a época do Pacto de *Punto Fijo* regida pela Constituição de 1961 – e estabelece entre outros aspectos, “uma nova concepção de cidadania social sob a égide da corresponsabilidade entre Estado e cidadão” (BARROS, 2006), que transcende os postulados da democracia representativa para uma democracia participativa.

³⁶ Para uma análise crítica dessa lei, recomenda-se a leitura de Rodriguez Araque (2002).

exportação venezuelana; (iii) a separação contábil das diferentes atividades das empresas petrolíferas públicas, para evidenciar quais atividades estavam apresentando lucros ou prejuízos para a nação (tal medida permitiu dismantelar as transferências de lucro da PDVSA ao exterior através do processo de internacionalização dos anos 1980), entre outras mudanças (RODRIGUEZ ARAQUE, 2002).

No que diz respeito ao gás, previamente à LOH de 2001, em setembro de 1999³⁷ foi decretada a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos Gasosos (LOHG), para a regulação das atividades ligadas a esse recurso (Tabela 4).

A essa altura, faz-se pertinente expor uma diferença fundamental entre as regulamentações mencionadas: a LOH, e a LOHG. A estratégia traçada para o desenvolvimento de ambos os hidrocarbonetos na Venezuela está marcada pela recuperação do controle do Estado, competência que havia sido enfraquecida durante a época da *Apertura*. Por tal motivo, a LOH institui que caso se estabelecesse alguma parceria com o capital estrangeiro para a realização de atividades *upstream*, a mesma deveria ser feita com uma participação majoritária do Estado: 50%+1 das ações (artigo 22º), de modo que as diretrizes dessas atividades serão aquelas assinaladas pelo Estado através de seus órgãos reguladores e não pelas empresas multinacionais.

Contudo, a LOHG não prevê tal medida. Vários dos seus artigos, em especial o artigo 2º, deixam claro que as atividades *upstream* e *downstream* podem ser feitas por pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras, com ou sem a participação do Estado. Se bem a lei em seu capítulo I determina que as diretrizes para o desenvolvimento dessas atividades serão ditadas pelo Estado através dos órgãos correspondentes, na opinião de Jorge Luis Sánchez³⁸ (2014) – presidente do *Ente Nacional del Gas* (ENAGAS) –, essa diferença é prova de que a LOHG é uma herança do antigo modelo político, prévio à chegada do presidente Chávez, e, portanto, precisa de uma atualização que permita sua evolução em direção às novas estratégias de governo nacional. Essa discussão é retomada no capítulo IV deste trabalho.

³⁷ O Presidente Chávez, em função de sua atribuição conferida pela Lei Orgânica que autoriza o Presidente da República a Ditar Medidas Econômicas e Financeiras Requeridas pelo Interesse Público (de Gazeta Oficial da República nº 36.687 de 26-04-1999), ditou, em Conselho de Ministros, o Decreto com Alto Valor e Força de Lei, *Ley Organica de los Hidrocarburos Gaseosos* (Gazeta Oficial da República nº 36.793 do dia 23 de setembro de 1999).

³⁸ Ver apêndice VII.1.

Apesar disso, o marco legal criado – CRBV, LOH, LOHG, junto a outras leis em áreas vitais da vida nacional – permitiu que o governo apresentasse, através do Ministério de Planejamento e Desenvolvimento, as linhas gerais do *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación* 2001-2007, baseado em cinco princípios – político, econômico, social, territorial e internacional. Este plano propôs soluções para problemas estruturais, como a disforme concentração da renda, a má utilização das terras agrícolas, as distorções da demanda e ofertas internas, a excessiva dependência aos ingressos petroleiros, entre outros (SEVERO, 2009b).

A ruptura do presidente Chávez com a política tradicional venezuelana não é marcada apenas pela mudança de Constituição e a estrutura política, mas também por concretizar uma mudança estrutural em relação ao capital estrangeiro que tradicionalmente atuava no país, especificamente na indústria energética, recuperando uma perspectiva de Estado regulador, e mais, de Estado planejador da economia e desenvolvimento nacional.

Desse modo, o processo foi iniciado com a promulgação da CRBV e das leis orgânica petroleira e do gás – LOH e LOHG – e culminou com a migração dos Convênios Operativos e da Associação Estratégica (assinados durante *Apertura petrolera*) a Empresas Mistas. Por meio desse processo, atingiu-se uma verdadeira nacionalização da indústria venezuelana, através de um sólido marco regulatório que não permite ao capital externo interferir nessa indústria sem respeitar as regras do Estado, planejador da economia nacional.

Em 2006, prévio a um período de transição e negociações em 2005, a *Asamblea Nacional* – Poder Legislativo venezuelano – publicou na *Gazeta Oficial* n° 38.410 os termos e condições para a criação e funcionamento das empresas mistas³⁹. Ao total, foram estabelecidas 21 empresas deste tipo, que tiveram direitos oficiais segundo a LOH para desenvolver as atividades primárias (PDVSA, 2010).

Em comparação com os compromissos assinados na época da *Apertura*, esse novo esquema de negócios e empresas assegura ao Estado a maioria das ações (artigo 22° da LOH) e garante ao Estado a remuneração por explorar os seus recursos (os *royalties* que nos convênios anteriores não estavam contemplados). Além dessas medidas, o mais

³⁹ Para uma descrição do processo de migração as Empresas Mistas, é recomendada a leitura de López Suárez (2012) e de PDVSA (2010; 2012).

importante, as Empresas mistas garantem que a indústria petroleira se desenvolva segundo a política desenhada pelo Estado através do *Ministerio de Energia y Petróleo* (MEP), em apoio da CRBV, as leis, e o plano de desenvolvimento nacional, e não seguindo os interesses das empresas petroleiras, que tinham levado à privatização de mais de 500 mil barris diários, atentando contra a soberania nacional e as quotas da OPEP (Ibid.).

É diante desse marco de recuperação total da indústria e renda petroleira que novos planos de investimentos são apresentados ao país. Assim, em setembro de 2007 anunciou-se a *Revolución Gasífera* ou Revolução do Gás. Esse plano de investimento não só tem como objetivo ampliar o uso e massificação do gás a nível nacional, mas também recuperar os danos causados a essa indústria no fim de 2002, através do *paro petrolero*.

Com a finalidade de dar fim prematuro à gestão do presidente Chávez, no dia 2 de dezembro de 2002, um grupo de trabalhadores e gerentes da indústria petroleira anunciaram uma greve, que significou uma paralisação quase total das atividades. O impacto sobre a indústria do gás, caracterizada por sua associação com o petróleo, foi inevitável.

A PDVSA Gás se viu afetada, em especial nas grandes áreas da filial: operacional, comercial e administrativa. Do ponto de vista do abastecimento ao mercado nacional, diminuiu a disponibilidade de gás metano e de GLP, afetando seus consumidores finais. Instalações como a Usina de Refrigeração San Joaquín, reduziu sua capacidade em 50%, diminuindo, portanto, o abastecimento ao *Complejo Criogénico de Oriente Jose*, centro responsável pela produção de GNL (PDVSA, 2005).

A empresa do gás se viu na obrigação de estabelecer uma hierarquização de abastecimento, priorizando os consumidores do setor doméstico, comercial, elétrico, e as empresas básicas da região Orinoco/Guayana (siderúrgica e alumínio). Contudo, isso não impediu o descumprimento de contratos de serviços com outros usuários (Ibid.).

Como consequência, a produção de gás diminuiu para 24,24 MMm³ enquanto a produção e vendas de GNL foram reduzidas a 43 e 57 mil barris diários, respectivamente (subitem 4.3.2) (Ibid.).

Além da perda de produção dos diferentes produtos, a PDVSA se viu afetada pela perda de pessoal profissional. O presidente Chávez alegou que, por motivos de “traição à pátria”, os trabalhadores e quadros gerenciais, assim como a alta diretiva da empresa que contribuíram com a paralisação, deviam ser despedidos. Novos profissionais foram

contratados e novas autoridades foram designadas. Desta forma, o presidente começou a ter o controle da indústria petroleira nacional e também da renda que esta produzia, como resultado de suas vendas no exterior.

Uma caracterização sobre a indústria do gás natural na Venezuela, desde inícios do século XXI até os dias atuais, assim como de indicadores macroeconômicos e sociais, são abordados no capítulo IV deste trabalho.

Tabela 5. Aspectos relevantes da LOHG de 1999

Exposição de Motivos	
Necessidade de unificar em uma lei as questões referentes aos hidrocarbonetos gasosos (HG), que estavam vigentes até esse momento em diferentes leis, decretos e sentenças do Tribunal Supremo de Justiça.	
Capítulo I: Disposições Fundamentais	
Artigo 1º	Declara a propriedade do Estado sob as jazidas de HG no território nacional, no mar territorial, na zona marítima contígua e na plataforma continental.
Artigo 2º	As atividades de exploração e produção das jazidas de HG (associado e não associado), assim como seu processamento, industrialização, transporte, distribuição, comércio interior e exterior, serão feitos segundo essa lei, e podem ser exercidas pelo Estado ou por entes de sua propriedade, por pessoas privadas – nacionais ou estrangeiras – com ou sem a participação do Estado.
Artigo 3º	Estabelece que as atividades/projetos relativas aos HG tenham como objetivo o Desenvolvimento Nacional . Assim, estabelece como prioridades para o uso dos HG: como combustível doméstico, para geração de termoelectricidade, como insumo da indústria petroquímica ou outros importantes processos industriais, inclusive como matéria-prima do metanol e etanol, substitutos da gasolina na combustão interna.
Artigo 4º	As atividades mencionadas nessa lei, assim como as obras de infraestrutura que sejam requeridas para seu desenvolvimento, são declaradas de utilidade pública.
Artigo 5º	As atividades relacionadas direta ou indiretamente com o transporte e distribuição de HG destinados ao consumo coletivo, constituem um serviço público.
Capítulo II. Disposições Gerais	
Artigo 6º	O Executivo Nacional, através do MEM, exercerá a competência nacional em relação aos HG, portanto, pode planejar, inspecionar, e fiscalizar todas as atividades previstas nessa lei.
Artigo 9º	Uma mesma pessoa não pode exercer nem controlar simultaneamente, numa mesma região, duas ou mais atividades de produção, transporte ou distribuição. Salvo que a viabilidade de um determinado projeto assim o determine.
Artigo 12º	O MEM está incumbido para determinar os preços dos HG desde os centros de produção e processamento, seguindo o princípio de equidade. Igualmente, o MEM deverá estabelecer as tarifas que se aplicarão aos consumidores finais, com base ao recomendado pelo Ente Nacional do Gás (ENAGAS).
Artigo 15º	As atividades mencionadas nessa lei devem ser feitas conforme as normas de segurança, higiene, e proteção ambiental que lhes forem aplicáveis, assim como as melhores práticas científicas e técnicas que assegurem um uso racional e eficiente do recurso.
Capítulo III. Sobre a Unificação de Jazidas	
Artigos 20º e 21º	Estabelecem-se os procedimentos para uma possível unificação de jazidas com a finalidade de favorecer as atividades de exploração. Inclui os procedimentos a seguir caso o jazidas seja limítrofe com outro país (p.ex. com Trinidad e Tobago).

Capítulo IV. Sobre a realização de atividades com HG não associados	
Artigos 22° e 23°	Reafirma o estabelecido no Artigo 2°. Aqueles interessados em fazer as atividades ligadas à indústria do gás natural (IGN) deveram vincular suas propostas e projetos seguindo as prioridades da Nação.
Capítulo V. Sobre as Licenças de Exploração e Produção de HG não associados	
Artigo 24°	Explica os procedimentos para a solicitação das licenças, assim como as condições das mesmas. Sua vigência será de 35 anos, com possibilidade de prorrogação por 30 anos mais. Duas cláusulas devem ser inseridas no contrato, segundo o numeral 6: a) as instalações, uma vez finalizada a licença, serão entregues ao Estado sem nenhuma indenização ; e, b) de existir controvérsias, as mesmas serão resolvidas por Tribunais nacionais , proibindo a possibilidade de acudir a instituições ou Tribunais internacionais.
Capítulo VI. Sobre as Permissões para as atividades distintas a exploração e produção	
Artigo 27°	São outorgadas para aqueles que desejam desenvolver as atividades distintas à exploração e produção de HG associados ou não associados, seguindo os procedimentos do artigo 24, salvo algumas exceções.
Capítulo VII. Sobre a industrialização dos HG	
Artigo 30° e 31°	Podem ser desenvolvidas seguindo as diretrizes do artigo 2°. O Executivo Nacional indicará as prioridades que os projetos de industrialização devem seguir.
Artigo 32°	O Executivo Nacional dará prioridades aos projetos de industrialização que estimulem a formação de capital nacional, uma maior agregação de valor aos insumos processados, e cujos produtos sejam competitivos no mercado exterior.
Capítulo VIII. Do Régime de royalties e impostos	
Artigo 34°	Dos volumes de HG extraídos de qualquer jazida e não injetados (o gás associado), o Estado tem direito a uma participação de 20% como <i>royalties</i> . O mesmo pode ser pago em dinheiro ou com o próprio produto.
Artigo 35°	As empresas exploradoras de HG devem pagar pelos HG que forem consumidos por elas como combustível.
Capítulo IX. Sobre o ENAGAS	
Artigo 36°	Cria-se o ENAGAS com autonomia funcional, adscrito ao MEM, para promover o desenvolvimento do setor, e com competência em todas as fases da IGN relacionadas com as atividades de transporte e distribuição.
Artigo 37°	Atribuições do ENAGAS.
Capítulo X. Sobre as Empresas Estatais	
Artigo 43°	Indica a possibilidade de criar empresas de exclusiva propriedade do Estado.
Artigo 44°	Abre a possibilidade de estabelecer empresas de capital misto (em associação com capital privado), e explica o procedimento legal que se deve seguir para tal fim.

Fonte: Elaboração própria a partir da LOHG (1999).

3.3. Balanço do Desenvolvimento da IGN.

De acordo com o que foi exposto neste capítulo, pode-se sintetizar o desenvolvimento da indústria do gás na Venezuela nos seguintes grandes períodos⁴⁰:

1. No início da indústria petroleira, mais especificamente a partir de 1920 e até 1944, o gás natural foi considerado um subproduto do petróleo sem quase nenhuma importância econômica e industrial, portanto, foi por anos, emitido ou ventilado para a atmosfera e/ou queimado, embora nesse período já se vislumbrasse uma incipiente política de conservação do recurso.
2. Uma significativa mudança ocorreu entre os anos 1945 e 1976, caracterizada por um maior aproveitamento do gás natural, principalmente com a injeção nas jazidas a fim de aumentar o fator de recuperação do campo. Outra destinação importante se deu com o aproveitamento no setor industrial (como insumo e matéria-prima) e residencial. Iniciou-se a produção de condensado de gás natural em pequenos volumes, como resultado da promulgação da Lei que Reserva ao Estado a Indústria do Gás Natural em 1971, cuja finalidade era justamente a defesa, conservação, e industrialização deste hidrocarboneto. Ainda assim, uma quantidade considerável continuava sendo ventilada na atmosfera e queimada. Nesse período foi criada a *Corporación Venezolana de Petróleo* (CVP).
3. Desde 1977 aos dias atuais, observa-se uma sólida evolução na utilização do gás em diversos setores e finalidades, que procura reduzir qualquer forma de desperdício, em consonância com a política de conservação ambiental e uso racional do gás. Assim, tal recurso começou a ser usado em volumes representativos no setor siderúrgico, elétrico e de alumínio, possibilitando a criação da rede nacional de gasodutos, que conecta importantes cidades industriais e residenciais como Maracaibo, Caracas, Puerto Ordaz e Puerto La Cruz (PDVSA, 2009). Atualmente, importantes projetos de redes de gasodutos estão em execução para levar gás diretamente ao grande número de lares venezuelanos. A partir de 1998, destacam-se a criação de PDVSA Gás e PDVSA Gás Comunal, como filiais de PDVSA, e a

⁴⁰ Essa divisão temporal é também compartilhada por PDVSA (2009).

aprovação da LOHG (1999), a qual, através do artigo 22º, outorgou licenças a terceiros - entes privados nacionais ou estrangeiros - para realizar todas as atividades ligadas à indústria do gás natural não associado e seguindo os princípios de interesse nacional, eficiência e preservação ambiental, contemplados no artigo 3º dessa lei, que também criou o ENAGAS. Em 2006 anunciaram-se importantes planos de expansão da indústria de hidrocarbonetos, destacando-se a Revolução do Gás (ver capítulo IV).

A Figura 9 ilustra as considerações acima através da evolução dos principais fins do gás: consumido (*consumo*), emitido (*arrojado*) e injetado (*inyección*).

Figura 9: Histórico da produção e destinos do gás natural na Venezuela 1918-2010.

Fonte: PDVSA Gas (2010).

CAPITULO IV:

A SITUAÇÃO DO MERCADO DE GÁS NATURAL NA VENEZUELA E PERSPECTIVAS A PARTIR DO PERÍODO CHÁVEZ

O paradoxo venezuelano – economia rentista e dependente – está relacionado com dois condicionantes:

“El condicionante de un país que recibe un plusvalor internacional que supera con creces la productividad nacional y, por lo tanto, le confiere una capacidad de compra superior al que le otorga el ingreso derivado de su propio esfuerzo productivo, lo cual no le permite administrar con criterios de inversión la abundancia petrolera.” (ALVAREZ, 2009, p. 203)

E, outro,

“el condicionante de la producción real de bienes y servicios derivados de la ausencia de una fuerte industria de maquinarias, equipos y tecnología (sector I) que impulse la formación de patrimonio productivo nacional y promueva el desarrollo de los demás sectores de la economía, sobre todo los sectores primordiales para el desarrollo del sector productor de bienes de consumo esencial (sector II). Es decir, el desarrollo de la industria básica (petroquímica, siderúrgica, energía, tecnología) como sustento para la producción de bienes esenciales.” (Ibid.).

Assim, como argumenta Dos Santos no seu diagnóstico e propostas para o desenvolvimento das economias da região, uma economia com um setor I pouco desenvolvido, ou pouco articulado com as necessidades nacionais, dificilmente estimulará o desenvolvimento de cadeias produtivas nacionais.

Para Alvarez (Ibid.) o discurso presidencial de 2008 foi marcado por importantes indicadores de que a economia venezuelana continua aprofundando seu paradoxo, legado de modelos implantados no século XX:

“Las exportaciones totales [en 2008] se ubicaron en US\$ 99.923 millones, lo que representa 47,1% del PIB y corresponde al valor más alto desde 1970 (cerca al máximo 46,1% alcanzado en 1974). A su vez la participación de las exportaciones petroleras dentro de ese total se elevó a 93% y la composición institucional en el sector público y privado fue de 95,2% y 4,8% respectivamente” (CHÁVEZ, 2008 *apud* ALVAREZ, 2009, p. 204).

Isto se traduziu em que, para esse ano, por cada US\$ 100 que ingressaram na economia venezuelana, US\$ 93 tinham como fonte a exportação de petróleo, e não a exportação de bens e serviços produto do esforço produtivo nacional (ALVAREZ, 2009).

A participação dos hidrocarbonetos no rendimento econômico venezuelano, para a década 2002-2012, pode ser apreciada na Tabela 6. A participação porcentual das

exportações petroleiras no total das exportações do país passou de 74,2% em 2002-2003, para 84,% em 2010-2012. Assim mesmo, a renda petroleira continua ocupando um peso fundamental – um quarto – no PIB total, atingindo um 26,3% para 2010-2012, embora no período 2004-2009 tal valor foi mais alto devido aos preços do mercado internacional de petróleo (Figura 2).

Tabela 6: Participação fiscal de indicadores do setor de hidrocarbonetos na economia nacional, 2000-2012
(Porcentagem).

	1	2	3	4	5	6
2002-2003	18,1	74,2	27,1	10,3	48,0	38,2
2004-2009	13,6	82,4	35,5	12,4	47,8	35,0
2010-2012	11,2	84,4	26,3	10,3	41,5	39,2

Descrição:

1. Participação do PIB-Hidrocarbonetos no PIB Total.
2. Participação das Exportações de Hidrocarbonetos no Total das Exportações.
3. Participação da Renda dos Hidrocarbonetos no PIB Total.
4. Participação da Receita Fiscal dos Hidrocarbonetos no PIB Total.
5. Participação da Receita Fiscal dos Hidrocarbonetos na Receita Total do Governo.
6. Participação da Receita Fiscal dos Hidrocarbonetos no Rendimento da Economia Nacional.

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPAL (2013).

Embora a CEPAL use a palavra “hidrocarbonetos”, juntando petróleo e gás natural, a realidade do gás venezuelano deve ser entendida de forma mais detalhada. A Venezuela não exporta gás natural, de fato o país importa gás de outros países da região latino-americana (Colômbia), situação que se observa na Figura 10. Portanto, o petróleo continua sendo o motor da economia nacional, e quase a única fonte de divisas internacionais no país, e os dados da Tabela 6 devem ser entendidos nessa perspectiva. Diferente do petróleo, o gás natural é produzido e consumido, em sua totalidade, no território nacional.

Figura 10: Balanço do comércio de gás natural regional e com o mundo (para países selecionados de América Latina e o Caribe), 2005, 2011, 2012 (Bilhões de pc/d).

Fonte: CEPAL (2013).

Para caracterizar a realidade e potencial da indústria do gás venezuelano, foi aproveitado o arcabouço analítico e os critérios desenvolvidos no “Programa de Massificação do Uso do Gás Natural” (PMUGN) no Brasil da Petrobras (2004). O PMUGN contempla sinergias importantes com a visão proposta pelos cientistas da TMD, isto é, expansão e estímulo à economia nacional através da massificação do uso de um recurso natural – que nos países periféricos seria dedicado para exportação – expandindo as condições que favorecem seu uso nos setores industrial, doméstico, comercial, energético; criando a sua vez fontes de empregos, infraestrutura, e melhorias materiais e estruturais na qualidade de vida da população venezuelana.

Tal asseveração consegue suporte na motivação do programa (PMUGN, 2004), ao dizer que, a colocação planejada no mercado brasileiro das reservas de gás natural, à época, recém-descobertas, em harmonia com as importações desde a Bolívia, estimularia o desenvolvimento do país, “criando um ambiente cooperativo entre a IGN e outras cadeias produtivas e agentes econômicos e sociais, além de fortalecer, fomentar a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, e a expansão da indústria nacional de bens e serviços”.

É importante destacar, que no referente ao período histórico, ou corte temporal em estudo, este se concentrou entre os anos 1994 e 2011, com algumas exceções, que segundo

a fonte, permitiram ter acesso a dados dos anos 2000-2012, assim como de dados mais recentes (2012-2015).

Os primeiros parâmetros abordados, seguindo o PMUGN, são as reservas e a logística geográfica – transporte e distribuição – do gás natural no país. Segue-se um breve estudo dos agentes envolvidos nas atividades da cadeia de valor do gás, assim como dos principais projetos de expansão da indústria no território nacional e sua manifestação na política exterior (tanto diplomática como energética), que busca aprofundar a integração regional com base nesse recurso.

Contudo, antes das análises específicas da IGN, faz-se necessário explicar os aspectos geográficos e demográficos da Venezuela para ter um panorama claro do objeto em estudo.

4.1. Aspectos geográficos, demográficos e sociais da Venezuela.

A República Bolivariana de Venezuela é um Estado Federal, e sua organização político-territorial está expressa no artigo 16º da Constituição República Bolivariana de Venezuela (CRBV), o qual estabelece que: “*con el fin de organizar políticamente la República, se divida en los Estados, el Distrito Capital, las dependencias federales y el de los territorios federales*”. O país está conformado, portanto, por 23 Estados, um Distrito Capital (localizado no Município Libertador, que corresponde à cidade de Caracas), 306 ilhas⁴¹ localizadas no Mar Caribe e que conformam as Dependências Federais (INE, 2013a) (Figura 11).

O país tem uma área de 916.445 km², localizado ao extremo norte da América do Sul, na região intertropical, perto da linha do Equador. A fronteira terrestre ocidental tem uma extensão de 2.300 km com a República de Colômbia; a fronteira sul apresenta uma extensão de 2.850 km em comum com a República Federativa do Brasil, e no extremo oriental, o país possui uma situação de reclamação territorial com a República Cooperativa de Guiana, por uma área de selva de 159.000 km², rica em biodiversidade, recursos naturais, rios, e acesso ao oceano Atlântico (LÓPEZ MARTÍNES, 1999).

⁴¹ Inclui: “235 islas y 71 islotes y cayos” (INE, 2013).

Figura 11: Divisão político-administrativa da Venezuela.

Fonte: Elaboração própria a partir de INE (2015).

Na frente marítima, o país conta com uma área total de 700.000 km², que o leva a ter fronteiras com 14 países, entre eles: Estados insulares do Mar Caribe, da Europa e os EUA (através dos territórios de ultramar, ou estados associados) (LÓPEZ MARTÍNEZ, 1999).

O país tem-se identificado, em função da sua posição geográfica, como um país latino-americano, sul-americano, andino, caribenho, e amazônico. Segundo sua relação com o sistema econômico internacional, como um país do terceiro mundo (definição que foi popular nas décadas de 1960 e 1970), em desenvolvimento e petroleiro (CARDOZO, 2007; LÓPEZ MARTÍNEZ, 1999). Essas identificações têm uma importância fundamental na hora de definir a política exterior e regional, assim como diferentes políticas internas (de fronteira, infraestrutura, energia, entre outras).

Segundo o último Censo Nacional de População e Moradia de 2011 e projeções estatísticas realizadas a partir dele, o país possui uma população de 30.620.404 habitantes para fevereiro de 2015 (INE, 2015), distribuída conforme a Figura 12. Os pontos negros representam as localidades onde existe maior densidade de população, e, portanto, onde se

registraram aumentos importantes de habitantes em comparação com o censo nacional de 2001 (INE, 2013b).

Entre os dados demográficos do censo 2011, se ressaltam: (i) a população urbana representa o 88,8% da população nacional, sendo o restante 11,2% rural; (ii) o número total de domicílios contabilizados e pesquisados atingiu a quantidade de 6.929.868, (iii) os domicílios não pobre representava o 67% do total, os pobre o 21,64% e os pobres em situação extrema o 11,36%; já para 2011 a situação passou a ser: não pobres, 75,43%; pobres, 17,6%; e pobres em situação extrema 6,97% (INE, 2013b)⁴².

Figura 12: Áreas mais povoadas da Venezuela.

Fonte: INE (2013b).

Na revisão de indicadores sociais, se destacaram: O índice de desenvolvimento humano (IDH), O Coeficiente Gini, e porcentagem da população que permanece em pobreza. Assim, se percebeu que a população venezuelana tem atingido um IDH de 0,764 em 2013, o que se traduz em um IDH Alto, segundo os critérios do próprio PNUD (organismo encarregado de sua elaboração, como se mencionou no capítulo II). Já para os

⁴² Essa classificação de pobreza foi adaptada seguindo as diretrizes da CEPAL na década de 1970, a qual procura medir a pobreza estrutural, em base a presença ou ausência de uma série de serviços e infraestrutura das moradias (INE, 2013b).

anos 1980 e 1990, o IDH foi 0,639 e 0,644, respectivamente, representando um desempenho Médio (INE, 2014).

Por sua vez, a evolução do Coeficiente de Gini merece especial destaque. O coeficiente, que tem como objetivo medir a distribuição do ingresso em um país, tomando valores desde 0 (perfeita igualdade) a 1 (perfeita desigualdade), indica que, na sociedade venezuelana tem existido, desde o começo do governo do presidente Chávez, uma diminuição do Gini, de 0,4693 em 1999 para 0,3902 em 2011 (INE, 2011). Essa mudança positiva do indicador é resultado de uma política social guiada por um dos objetivos estratégico do governo: atingir a “suprema felicidade social” (subitem 4.4.1).

Contudo, uma parcela importante da população permanece na taxa de incidência da pobreza; segundo dados do BM (2015), para o 2012 o 25,4% da população estava nesta situação. Embora, já esse dado representa uma evolução positiva quando é contrastado com os anos anteriores: em 2011 chegou a estar em 31,6%; 32,% em 2010; 31,8% em 2009; e 32,6% em 2008.

4.2. Oferta de Gás Natural na Venezuela

O aumento das reservas de gás no período 2008-2013 foi de 10,6%, enquanto o aumento das reservas petrolíferas foi de 42,24% (Tabela 7). Esta diferença se deve à incorporação das reservas da FPO (área bege da Figura 14) às reservas de petróleo⁴³. Essa inclusão se traduziu em um aumento concomitante da produção de gás, uma vez que as empresas mistas da FPO começaram sua produção no segmento do gás (Tabela 8).

A evolução das reservas, assim como sua localização no território nacional são apresentadas nas Figuras 13 e 14, respectivamente.

⁴³ As reservas da FPO foram consideradas anteriormente como recursos betuminosos, sua mudança para reservas de petróleo aconteceu como consequência da migração dos antigos contratos da *Apertura petrolera*, para as empresas mistas, conforme se explicou no capítulo III.

Tabela 7: Reservas provadas de Hidrocarbonetos da Venezuela, 2008-2013.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Reservas Provadas (RP) MMb						
Condensado	1788	1844	1977	2647	2618	2384
Leve	9867	10390	10229	10157	10390	10331
Mediano	11333	10822	10437	9650	9786	9742
Pesado	17724	17852	17630	17733	17805	17597
Extra-pesado	131611	170265	256228	257384	257136	258299
Total de petróleo	172323	211173	296501	297571	297735	298353
Gás Natural (MMMm ³)	4984,2	5065,3	5524,5	5528,4	5561,7	5581,0
Gás Natural (MMtpe)	4248,6	4317,7	4709,2	4712,5	4741,0	4757,3
Total (MMtpe)	28373,8	33881,96	46219,32	46372,48	46423,86	46526,8
Reservas Provadas Desenvolvidas (RPD) MMb						
Condensado	346	399	400	674	639	615
Leve	2221	2209	2099	1932	1891	1829
Mediano	3431	2875	2474	2237	2071	1911
Pesado	4631	4822	4666	4464	4321	4621
Extra-pesado	5669	4749	4608	4345	4053	3984
Total de petróleo	16298	15054	14248	13652	12975	12960
Gás Natural (MMMm ³)	1095,4	1038,7	1027,4	1053,9	1111,5	1108,2
Gás Natural (MMtpe)	933,7	885,4	875,8	898,4	947,5	944,6
Total (MMtpe)	3215,4	2992,9	2870,6	2809,7	2764,0	2759,0
% Total RPD vs. Total RP						
Petróleo	9	7	5	5	4	4
Gás Natural	22	21	19	19	20	20

Fonte: Elaboração própria a partir de PDVSA (2012, 2013).

Figura 13: Evolução das reservas provadas de gás - 1994-2011.

Fonte: Elaboração própria a partir de PODE (2003, 2009-2010, 2011).

A evolução das reservas venezuelanas foi historicamente determinada pela ocorrência e uso deste recurso em associação com o petróleo. Mais especificamente, 85% das reservas são constituídas de gás associado. Somente 18% das reservas estão em jazidas de gás livre ou não associados, sendo os campos *offshore* os de maior potencialidade (Figura 14). As mesmas empresas de petróleo se destacam no segmento *upstream* da IGN

na Venezuela, dadas as sinergias tecnológicas existentes entre as atividades de exploração e produção dos dois produtos (PINTO JUNIOR, 2007) (Tabela 8).

Figura 14: Reservas provadas e sua distribuição no território nacional.⁴⁴

Fonte: PDVSA Gas (2012).

Tabela 8: Produção e disponibilidade de Gás Natural (MMm³), 2012 e 2013.

Produtores de GN (MMm ³)	2012	2013
Gas Guarico	1,78	1,76
Quiriquire Gas	5,15	4,90
Ypengas	2,80	3,14
Licencias	9,77	9,80
Dir. Executiva Oriente	s/d	4,79
Dir. Executiva Occidente	s/d	2,80
Dir. Executiva FPO	s/d	13,51
Empresas Mistas	23,39	21,10
Anaco	22,46	22,51
San Tomé	1,42	0,74
Sipororo	0,88	0,82
PDVSA Gas	24,75	24,07
Dir. Executiva Oriente	s/d	127,94
Dir. Executiva Occidente	s/d	19,03
Dir. Executiva FPO	s/d	7,48
PDVSA Petróleo (E&P)	149,54	154,44
Total de Produção Nacional	207,45	209,40
Importação da Colômbia	5,30	5,75
Total Disponível	212,75	215,15

Fonte: Elaboração própria a partir de PDVSA (2012, 2013).

⁴⁴ 1 pc (ft³) = 0,0283 m³. Por sua parte, 1 m³ = 35,3107 pc (REPSOL, s/d).

A infraestrutura de transporte e distribuição (Figura 15) se expandiu de 3.856,6 km em 2003, com um volume transportado de 18.219.940 Mm³/ano; para 4.551,1 km em 2011, transportando 38.071.303 Mm³/ano⁴⁵ (PODE, 2003, 2011) (Tabela 9).

Tabela 9: Principais gasodutos para 2003 e 2011.

Trecho	Extensão (Km)		Volume (Mm ³)	
	2003	2011	2003	2011
Costa Oeste	270,5		1173000	
Casigua (*) - La Fria	75,5			
Ulé – Amuay	473,1	230	1227480	41319
Estación Ballena- Terminal Bajo Grande		223		2115606
Morón - Rio Seco		279,9		2149795
Total Occidente	819,1	750,9	2400480	4306720
Anaco (*) – Barquisimeto	2208,3	2304,1	7183280	7277000
Anaco - Puerto Ordaz	555,3	614,6	4082580	3184000
Anaco - Puerto La Cruz	258,1	370,1	4289290	6884000
Total Oriente	3021,7	3288,8	15555150	17345000
San Genaro de Boconoito- Obispo		44,1		324081
Total Centro Sul		44,1		324081
La Toscana (*) – Maturín	13,3	12,9	72350	62022
Guario - Cadafe Anaco	2,5	3,2	103360	631089
Entregas diretas Oriente			88600	
Estación UM-2 - Estación Mamo		101,9		64250
Orocual – Jusepín		24,3		446094
Quiriquire (QE-2) – Jusepín		52		2148635
Estación Principal Morichal (EPM-1) - Estación de Válvulas		32		886220
Centro de Operaciones Muscar - Estación de Válvulas (Anaco)		115		4124487
Planta de Extracción Sta. Barbara - Aguasay Planta-5 ^a		65,5		6215397
Estación San Joaquín - Buena Vista		19,3		631090
EPM-1 - PDVSA – navegas		21,2		231914
Planta Compresora Orinoco (PCO) - PDVSA – mavegas		20		654304
Total Outros	15,8	467,3	264310	16095502
Total Venezuela	3856,6	4551,1	18219940	38071303

Fonte: Elaboração própria a partir de PODE (2003, 2011). Nota: os valores de 2011, extensão e volume, são incrementais e não cumulativos.

Segundo estatísticas do censo nacional de 2011, 1.127.908 domicílios a nível nacional⁴⁶ recebem gás natural canalizado, isto é, por redes de distribuição. Esses domicílios estão localizados em diferentes municípios, entre o Distrito Capital e os estados Anzoátegui, Aragua, Barias, Bolívar, Carabobo, Cojedes, Falcón, Guárico, Lara, Mérida, Miranda, Monagas, Sucre, Táchira, Trujillo, Vargas e Zulia (INE, 2011). Dentro de esse

⁴⁵ A extensão total (nacional) dos oleodutos passou de 4201,3 km (2003), para 5742,8 km (2011). (PODE, 2003, 2011).

⁴⁶ Comenta o PMUGN (2004) que 74% dos domicílios urbanos colombianos são servidos pela rede de distribuição, equivalendo A 58% consumidores efetivos. Esse é uma experiência que é importante levar em conta, pelas similitudes geográficas e culturais entre a Colômbia e a Venezuela.

universo, a PDVSA Gas é responsável pelo faturamento de 282.579 usuários, dos quais 268.340 são do Distrito Capital e Miranda (PDVSA, 2013) (Figura 15).

Essa quantidade de domicílios atendidos pela rede de distribuição representa, dentro dos 6.929.868 registrados em 2011, 16,27%. Portanto, os domicílios que ainda não contam com o serviço de gás residencial canalizado são 5.802.060, ou 83,72%.

Figura 15: Infraestrutura de transporte e distribuição.

Fonte: Elaboração própria a partir de PDVSA (2013).

4.3. Visão geral da produção e consumo de gás natural na Venezuela

O gás natural produzido diariamente na Venezuela tem como destino inicial o consumo na indústria petroleira. O gás, geralmente associado à produção de óleo, é injetado ou emitido na atmosfera. A soma das parcelas injetada e emitida atingiu um volume de 39.111 Mm³ em 2011, correspondente a 53,73% da produção total. O restante, 46,62%, divide-se em transformação em outros produtos, uso como combustível⁴⁷, vendas no mercado interno e perdas (PODE, 2003, 2011). A figura 16 mostra o histórico dos volumes de cada parcela entre 1994 e 2011.

⁴⁷ Refere-se ao gás usado pelas empresas operadoras dos campos, para a geração de energia em suas operações de produção e refino (PODE, 2011).

Figura 16: Destinação do gás natural produzido (MMm³), 1994-2011.

Fonte: PODE (2003, 2011).

O gás natural pode ser usado dentro das atividades *upstream* do petróleo, como, (i) um sistema de elevação artificial do óleo que permite reduzir sua densidade e facilitar sua extração (*gas-lift*), ou, (ii) como um sistema de suporte secundário da produção, que, através da injeção do gás, busca suplementar a recuperação mantendo a pressão do reservatório. A injeção do gás também pode ser um método de destinação adequada, quando a legislação ambiental não permite a queima, ou como um meio para seu armazenamento e futura utilização, enquanto não existe um mercado demandante de maior proporção (PMUGN, 2004; JAHN *et al.*, 2012).

Para Sánchez (2014) o gás natural representa, no caso venezuelano, a opção mais barata para manter a pressão dos reservatórios de petróleo e, portanto, a produção petroleira em níveis rentáveis. Outras opções para esse fim, como a injeção de nitrogênio, de água, de vapor d'água, inclusive de dióxido de carbono, representaria investimentos adicionais que podem encarecer os custos de produção do petróleo.

4.3.1. Uso do gás natural no mercado interno

As vendas de gás natural para o mercado interno representaram mais de 30% do volume total de gás produzido, entre os anos 1994 e 1999. Desde 2004, o patamar se mantém oscilando entre 27% e 28% da produção total. Segundo PODE (2013), esta produção é majoritariamente consumida pelos setores elétrico, petroquímico, siderúrgico (alumínio), cimento, doméstico, consumo próprio da indústria (incluindo os usos em

refinarias, plantas de processamento, fracionamento e produção de líquidos do gás natural) e outros (Figura 17).

Figura 17: Consumo de gás natural por setores, 1994-2011.

Fonte: Elaboração própria a partir de PODE (2003, 2011).

4.3.2. Líquidos de gás natural – produção e uso

A produção de líquidos do gás natural (LGN) representa uma atividade importante e de alto potencial de expansão, já que os LGN estão incluídos na cesta de produtos que a PDVSA exporta. Portanto, são parte chave dos planos de investimento da indústria dos hidrocarbonetos na Venezuela (Tabelas 10 e 11). Mas antes de abordar em números a realidade dessa atividade, é necessário esclarecer os processos prévios ao seu desenvolvimento.

Para preparar o gás natural para sua comercialização, ele é enviado para unidades de processamento, onde são retirados alguns contaminantes e outros componentes que possam causar dificuldades e deterioração da infraestrutura de transporte e distribuição. Porém, o mais importante do processamento do gás nestas unidades é adaptar o recurso segundo as exigências específicas das normas técnicas (no caso venezuelano, definidas pelo ENAGAS) do mercado que vai ser satisfeito (seja interno ou externo).

Quando o gás é rico em etano, propano, butano e hidrocarbonetos mais pesados, e existe um mercado local (principalmente petroquímica) e internacional para esses produtos

(Figura 20), é economicamente viável recuperar esses componentes condensáveis (JAHN *et al.*, 2012; PINTO JUNIOR, 2007).

Para maximizar a recuperação desses componentes individualmente e na forma de líquidos, o gás é processado em uma planta de fracionamento. Uma vez dentro, o gás passa através de uma série de colunas de fracionamento, nas quais líquidos são aquecidos no fundo e parcialmente vaporizados, e gases são resfriados e condensados no seu topo. Componentes mais leves são retificados para o topo (etano, propano, butano), e produtos mais pesados são retirados pelo fundo da torre⁴⁸ (gasolina natural) (JAHN *et al.*, 2012).

As atividades de extração e fracionamento de LGN são dirigidas por PVDSA Gas, contando com instalações no Ocidente e Oriente do país. O Ocidente possui uma capacidade de extração de 38,09 MMm³ e capacidade de fracionamento de 68Mb/d; em quanto que o Oriente tem capacidade de extração de 94,86 MMm³ e de fracionamento de 200 Mb/d, destacando-se nesse último, o “Complexo José Antonio Anzoátegui”, localizado no Estado de Anzoátegui (Figura 18) (PDVSA, 2013).

A produção LGN tem diminuído em quase 50 Mb/d, comparando a produção total entre 1998 e 2011 (Figura 19). Inclusive, a produção de 2011 consegue ser menor que a produção dos anos 2002 e 2003, no contexto da greve petroleira nacional. O ano de 2012, fechou com uma produção média de 144 Mb/d. A distribuição das vendas dos líquidos no mercado nacional, tem se comportado conforme mostra a Figura 20.

Segundo Sena (2013) baseado em cenários da Agencia Internacional de Energia de 2012, a participação dos LGN na matriz energética mundial, apresentam uma perspectiva de incremento, passando de 12% em 2011, para 16% em 2020, e 29% em 2035; esse tipo de argumentos permite evidenciar o potencial estratégico que possui a produção desses líquidos para a Venezuela.

⁴⁸ A mistura de propano e butano forma o gás liquefeito de petróleo (GLP), usado como combustível para aquecimento e cocção, e também como substituto de gases contaminantes que foram muito usados na indústria, como os clorofluorcarbonetos (CFCs), entre outros usos. Sua geração está ligada à refinação do petróleo, mas também importantes volumes podem ser recuperados a partir do gás (Ibid.).

Figura 18: Infraestrutura de Extração e Fracionamento de LGN em 2012.

Fonte: PDVSA (2013).

Figura 19: Produção de LGN (b/d), 1998-2011.

Fonte: PODE (2003, 2011).

Figura 20: Distribuição das vendas de LGN, 1999-2011.

Fonte: Elaboração própria a partir de PODE (2003, 2011). Notas: (i) Inclui o GLP de refinaria comercializado por PDVSA Gas, (ii) O consumo de PDVSA para o ano 2011, está incluído no setor Industrial, doméstico, manufatureiro.

4.4. A expansão da Indústria de Gás Natural na Venezuela – a visão a partir de Chávez

No capítulo III, se explicou como a economia venezuelana foi se tornando uma economia planejada, em função da expansão de outras atividades econômicas (não petroleiras) e da distribuição para o resto da sociedade dos benefícios da renda petroleira. Contudo, durante os anos 1980 e 1990 – marcados por crises econômicas e políticas – a frágil tendência desses investimentos chegou a seu fim, com a adoção das diretrizes neoliberais emanadas de Washington, através dos organismos de financiamento multilaterais: o FMI e o BM.

A chegada de Hugo Chávez à presidência venezuelana faz uma mudança radical dessa tendência. Exemplo disso foi a paralisação de projetos que caminhavam para uma privatização da indústria dos hidrocarbonetos.

Para o novo governo, de caráter progressista, nacionalista e integracionista, o petróleo recobrava seu papel financiador do desenvolvimento, só que dentro de um projeto nacional, que procurava através de grandes objetivos estratégicos, satisfazer as necessidades da população venezuelana, sendo essas: saúde, educação, alimentação, lazer, entre outras, assim como investir em novas atividades econômicas, com o objetivo de “semear” finalmente os ingressos petroleiros.

Portanto, o gás natural, depois de anos de tratamento como subproduto da indústria petroleira, recobra um papel dinâmico no novo planejamento nacional. Ao gás lhe foi reconhecido seu potencial como fonte para a geração de energia elétrica e como combustível para veículos (substituindo o consumo de líquidos), como matéria-prima e insumo para atividades industriais e como recurso que garante o conforto dos domicílios venezuelanos (para cocção, calefação ou resfriamento do ambiente). Não menos importante, a política exterior venezuelana, marcada durante anos pela “diplomacia petroleira”, aproveita o impulso do gás como base de novos projetos de integração regional.

Para entender esse papel estratégico da IGN, é necessário verificar como funciona o marco legal que sustenta o novo modelo de planejamento nacional; assim como mencionar, os planos em matéria de hidrocarbonetos (com especial atenção no gás) que têm sido esquematizados nos últimos quinze anos.

4.4.1. Os projetos para o desenvolvimento e investimento nacional

A CRBV institucionalizou, através de seu artigo 187º, numeral 8º, que os objetivos gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (doravante, PDESN), devem ser discutidos e aprovados pela Assembleia Nacional (Poder Legislativo Nacional) no primeiro trimestre, do primeiro ano do período constitucional (período governamental). Assim, desde a aprovação e vigência da Constituição de 1999, têm existido os seguintes PDESN:

1. *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación, 2001 – 2007*. Baseado em cinco equilíbrios (objetivos) fundamentais e estratégicos, a saber: o equilíbrio econômico, que procura a autossustentabilidade econômica, a diversificação produtiva e a eliminação da dualidade entre as atividades petroleiras com o resto da economia nacional; o equilíbrio social, que procura aprofundar o desenvolvimento humano e superar as desigualdades sociais; assim como os equilíbrios político; territorial e internacional.
2. *Proyecto Nacional Simón Bolívar: Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación, 2007-2013*. Baseado em sete grandes linhas (objetivos): (i) Nova ética socialista; (ii) Suprema felicidade social; (iii) Democracia protagonista; (iv) Modelo produtivo socialista; (v) Nova geopolítica nacional; (vi) Venezuela, potencia energética mundial; (vii) Nova geopolítica internacional.
3. *Plan de la Patria: Segundo Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación, 2013-2019*. Foi apresentado pelo presidente Chávez quando inscreveu sua candidatura no Conselho Nacional Eleitoral, no dia 11 de junho de 2012. O atual presidente, Nicolás Maduro, manteve esse plano como o plano reitor do seu governo. Está baseado em cinco grandes objetivos (chamados de históricos): (i) Defender, expandir e consolidar o a independência nacional; (ii) Continuar a construção do *Socialismo del siglo XXI*, mantendo a suprema felicidade social como prioridade; (iii) Converter a Venezuela num país potencia em matéria social, econômica e política, dentro da *Patria Grande* da América Latina; (iv) Contribuir com o desenvolvimento de uma nova geopolítica internacional, baseada num sistema multipolar; (v) Preservar a vida do planeta e da espécie humana (Anexo).

Explica Díaz (2003) que o PDESN é o instrumento fundamental para organizar o funcionamento do Estado venezuelano, em função de materializar os objetivos e princípios da CRBV. A partir de 2001, foi estabelecida a arquitetura institucional do Sistema Nacional de Planejamento, sendo o PDESN o documento central, operacional e de maior importância depois da própria constituição. Por tal motivo, todas as instituições que pertencem à administração pública, centralizadas e descentralizadas, têm obrigação de seguir as diretrizes do plano. Só, o setor privado é livre para assumir ou não, as orientações do PDESN.

No referente aos planos de investimento em hidrocarbonetos e, em especial, de gás natural, são identificados os seguintes:

1. *Plan Siembra Petrolera* (PSP). É um plano estratégico, que abarca um horizonte de investimentos desde 2005 até 2030. Estabelece as diretrizes da política petroleira, entre as quais se ressaltam: (i) promover o desenvolvimento socioeconômico nacional, através de um novo modelo econômico mais justo, equilibrado e sustentável; (ii) impulsionar o processo de integração energética com América Latina e o Caribe, simultaneamente à criação de um sistema internacional multipolar que estimule e beneficie aos países em desenvolvimento e sirva de contrapeso ao sistema unipolar atual; (iii) defender a articulação das políticas petrolíferas da OPEP (PDVSA, 2006).

O primeiro programa de investimentos foi traçado para ser executado entre os anos 2006 e 2012. Em 2012, um segundo programa foi divulgado e planejado para o período 2013-2019, com um investimento total de US\$ 256.518,00 milhões. Destes, US\$ 23.207,00 milhões correspondem ao setor de gás (PDVSA, 2013).

2. *Revolución Gasífera*. Macroprojeto anunciado em 2007 para estimular a massificação do uso do gás natural no país. Prevê, entre outros objetivos, aumentar a produção nacional de gás de 198,2 MMm³/d, naquele ano, para 311,5 MMm³/d em 2011. Compreende 10 grandes projetos descritos na Tabela 10 (MINCI, 2007).

Para 2012, os projetos gerais associados à indústria do gás são: (i) desenvolvimento do cinturão de gás venezuelano: o Projeto Mariscal Sucre (CIGMA) e o Projeto Cardón IV (Rafael Urdaneta), ambos localizados nas costas venezuelanas (projetos *offshore*); (ii)

ampliação do sistema nacional de transporte e distribuição; (iii) novas plantas de extração e fracionamentos de LGN; (iv) gaseificação nacional para abastecer os lares e o comércio com gás metano canalizado; (v) aumento da atual capacidade de compressão (baixa e média pressão) na FPO e em outras regiões produtoras (PDVSA, 2013) (Tabela 11).

Tabela 10. Os 10 projetos da *Revolución Gasífera* anunciado em 2007.

Projeto	Localização	Características principais
1. <i>Gas Anaco</i>	Estado Anzoátegui.	Industrialização do gás, com a construção de uma planta de compressão e fracionamento com capacidade para processar 2840 MMpc/d de gás, e produzir 40 Mb/d de óleos leves. Seu objetivo é abastecer o mercado interno.
2. <i>Complejo Criogénico de Occidente (CCO)</i>	Região Norte ocidente do país.	Completa a construção de uma planta criogênica com a capacidade de 950 MMpc/d de gás e produzir 62 Mb/d de etano para a petroquímica nacional, e instalação de redes de dutos e facilidades de para interconectar ao CCO com as instalações existentes.
3. <i>Gasoductos Internacionales</i>	Interconexão Colômbia – Venezuela.	Construção de um primeiro gasoduto internacional (o gasoduto Antonio Ricaurte) entre o Campo Ballenas de Colômbia até Costa Ocidental do Lago de Maracaibo em Zulia, Venezuela, com uma extensão de 216 km, e um diâmetro de 36". Prevê sua futura ampliação para os países andinos ou Panamá.
4. <i>Complejo Industrial Mariscal de Ayacucho (CIGMA)</i>	Güiria, Estado Sucre.	Complexo industrial que permitiria trazer o gás dos campos orientais <i>offshore</i> por dutos submarinos para seu processamento (LGN) e posterior distribuição no mercado nacional, em especial para a petroquímica. Também se avaliou a possibilidade de abastecer o projeto Grande Gasoduto do Sul.
5. <i>Gasoducto Eje Norte- Llanero</i>	Desde os Estados Anzoátegui, até Táchira.	Construir um gasoduto de aproximadamente 300 km de extensão, assim como as plantas de compressão necessárias para transportar o gás desde Anaco até o Estado Táchira, passando pelo Eixo <i>Norte Llanero</i> para satisfazer a demanda da região centro-ocidental e norte-ocidental do país.
6. <i>Interconexión Centro-Occidente (ICC)</i>	Desde os Estados Anzoátegui, até Falcón.	Procura aumentar o abastecimento de gás desde Oriente para o Ocidente, especificamente a Península de Paraguaná, interconectando o Sistema <i>Anaco-Barquisimeto</i> com o Sistema <i>Ulé-Amuay</i> , através de 300 km de gasodutos e três plantas compressoras com capacidade aprox. de 520 MMPCD.
7. <i>Autogas</i>	Alcance nacional.	Busca a substituir o consumo de combustíveis líquidos – gasolina e diesel – por gás natural veicular (GNV).
8. <i>Electrificación Nacional</i>	Alcance nacional.	Procura fortalecer a “revolução energética” através da produção de gás para pequenas e grandes usinas termelétricas.
9. <i>Bombonas Comunes</i>	Alcance nacional.	Instalação de plantas de abastecimento de botijões de GLP oferecidos pelo Governo Nacional, para substituir o sistema de distribuição privado que fornece às comunidades pobres, para depois passar a logística das empresas às mesmas comunidades beneficiadas.
10. <i>Gasificación de Ciudades</i>	Alcance nacional.	Trata da integração de cidades ao sistema de transporte e distribuição nacional, através de dutos de “polietileno de alta densidade”, com a finalidade de estimular e ampliar o uso do gás em residências e comércios. Sua meta final prevê a incorporação de 3.260.000 residências e 30mil comércios, gerando 120mil empregos, e 150 empresas de propriedade social, para 2016.

3. Fonte: Elaboração própria a partir de MINCI (2007), ENAGAS (2007).

Em linhas gerais (baseado nos dados da Tabela 10), os projetos da *revolución gasífera* alterariam a indústria do gás natural da seguinte forma: (i) 4.310 MMpc/d⁴⁹ de gás

⁴⁹ Isso equivale a 122 MMm³/d, que somados com os 198,2 MMm³/d, produzidos em 2007, superaria a metra planejada para 2011, com 320 MMm³/d disponíveis para o mercado interno.

seriam disponibilizados ao mercado interno; (ii) 816 km de gasodutos seriam somados à malha de gasoduto nacional; (iii) a disponibilidade LGN aumentaria em 102 Mb/d; (iv) a quantidade de consumidores abastecido com rede distribuição aumentaria em 3.260.000 residências e 30.000 comércios; gerando com esse investimento 120.000 empregos, e 150 empresas de propriedade social.

A Tabela 10 não revela todos os detalhes técnicos de cada um dos projetos. Porém, um balanço deles para 2015 (ver Tabela 11) permite avaliar que nem todos conseguiram ser materializados. Por exemplo, comenta Sánchez (2014) que o Complexo Criogênico do Ocidente (Tabela 10.2) foi cancelado pelas características das reservas de gás da região: quantidade insuficiente e com alto conteúdo de contaminantes que inviabilizavam o projeto. Da mesma forma, outros projetos tiveram alterações nas suas metas, assim como no horizonte de finalização das obras.

Tabela 11. Projetos da indústria do gás em execução, para 2013.

Projeto e Localização	Objetivo e características	Avance das obras
Projetos da <i>Revolución Gasífera</i> e novos		
<i>Gas Anaco – Estado Anzoátegui.</i>	(Ver Tabela 10.1) A capacidade de processamento e compressão se modificou para um volume de 2.559 MMpc/d, e produção de LGN se estabeleceu em 35 Mb/d. Sua finalização será em 2016.	O projeto em geral registrou um avanço físico de 78,29%; e possui uma capacidade instalada (em funcionamento) de 932 MMpc/d.
<i>Gas San Tomé – Estado Anzoátegui.</i>	Ampliação do potencial de produção, através de plantas compressoras com capacidade de 550 MMpc/d, e a construção de um gasoduto de 180 km. Seu horizonte de finalização está planejado para 2018.	Em 2013, o projeto atingiu 16,62% de suas metas físicas. Sua capacidade instalada funcionando é de 20 MMpc/d.
<i>IV Tren San Joaquín – Estado Anzoátegui.</i>	Planta de extração de LGN, que amplia a capacidade de processamento em 1.000 MMpc/d, e de recobro de 50 Mb/d, e entrega de 890 MMpc/d de gás para os sistemas de transporte do mercado nacional. Espera-se sua finalização em 2015.	O avanço das suas obras de 40 % em 2013. Entrega 19,6 MW ao sistema elétrico nacional.
<i>Piritall I – Estado Monagas</i>	Planta de extração que permite o processamento de 1.000 MMpc/d na área norte do estado, para aproveitar o gás que foi injetado nos poços da região, com capacidade de recobro de propanos, gerando 42 Mb/d de LGN para as indústrias, petroleira e petroquímica. Espera-se sua finalização em 2015.	Em 2013 o avanço físico atingiu 8,5% das obras.
<i>Aumento da Capacidad de Fraccionamiento de Jose – Estado Anzoátegui</i>	Instalação de uma nova planta de fracionamento de 50 Mb/d de LGN, para abastecer o complexo Jose, além de oferecer serviços industriais, facilidades de transporte e armazenamento de LGN. Espera-se sua finalização em 2015.	Em 2013 a obra estava em 29,1%.
<i>Planta de Extracción Soto</i>	Procura aumentar a produção e disponibilidade de gás de Anaco e San Tomé, em 200 MMpc/d de gás, que permitem recuperar 15 Mb/d de LGN. Sua finalização estava projetada para 2012.	Em 2013 o projeto atingiu um avanço geral de 77,38%.
<i>Manejo y Disposición de dióxido de carbono – CO₂</i>	O projeto responde aos parâmetros estabelecidos na normativa técnica nacional COVENIN 3568, em vigência desde 2013. Sua finalidade é o aproveitamento do CO ₂ em processos de	Com data de finalização em 2015, em 2013 apresentou um avanço geral de 8,83%.

	recuperação secundários, ou para seu armazenamento em campos esgotados. Sua capacidade será de 242 MMpc/d.	
<i>Gasoducto Norte-Oriente “José Francisco Bermúdez” (SINORGAS) Estados Sucre, Nueva Esparta, Anzoátegui e Monagas</i>	Infraestrutura que permitirá transportar gás, produzidos nos campos orientais <i>offshore</i> , até os centros de consumo em território continental e insular, com a finalidade de satisfazer as demandas do mercado interno: refinarias, setor industrial e doméstico. Sua extensão será de 158 km, com capacidade de 180 MMpc/d. Espera-se sua finalização em 2015.	Na sua fase de construção, apresentou no ano 2013 um avanço geral de 92,94%.
<i>Interconexión Centro-Occidente (ICO)</i>	(/Ver Tabela 10. 6) Os setores consumidores que se beneficiarão são: o Centro Refinador de Paraguaná, a petroquímica, indústrias e o sistema eléctrico nacional. Atualmente disponibiliza 400 MMpc/d ao sistema Anaco-Barquisimeto.	Na sua fase de construção, apresentou em 2013, um avanço acumulado de 90,6%.
<i>Gasificación de Ciudades</i>	(Ver Tabela 10. 10) A instalação de redes de distribuição de gás para os setores residencial e comercial, que permite aumentar a qualidade de vida das famílias, assim como liberação de GLP para exportação.	Foram gasificadas 102.109 residências no território nacional. 23.000 delas estão em Caracas.
Projetos de manutenção e ampliação		
<i>Rehabilitación de Tuberías Nivel nacional.</i>	Otimização do sistema de transporte e distribuição, por meio da construção e substituição de gasodutos (entre 12’’ e 36’’), para um total de 768 km no território nacional.	Apresentou em 2013 um avanço geral de 10,56%, sendo instalados dutos novos entre 26’’ e 30’’.
<i>Ampliación del Sistema de Transporte Bajo Grande Ulé-Amuay (Región occidental)</i>	Ampliar a capacidade de transporte para 620 MMpc/d, para cumprir com os compromissos de abastecimento com o mercado nacional e internacional. Prevê-se a recepção através deste gasoduto do gás proveniente dos campos ocidentais <i>offshore</i> .	Apresenta para 2013 um avanço físico acumulado de 37,5% das obras, com dutos já instalados de 3 km (26’’).
<i>Ampliación del Sistema de Transporte Anaco – Pto La Cruz, e do sistema Anaco – Puerto Ordaz.</i>	Prevê a infraestrutura de transporte de gás necessária para satisfazer demandas futuras, com a finalidade de promover o desenvolvimento dos setores industrial, elétrico, petroleiro e petroquímico segundo o plano PSP 2005-2030.	Avanço geral de 96% em 2013. Alguns ramais (dutos) do sistema já estão operação.
<i>Ampliación del Sistema de Transporte Anaco-Barquisimeto</i>	Aumentar a capacidade de transporte, assim como a confiabilidade e flexibilidade operacional, garantindo o abastecimento atual e futuro para Caracas, Litoral Central, e outras cidades até Barquisimeto.	Apresento um avanço geral de 45,65% em 2013. Onde se destacam a instalação de um gasoduto de 55 km e 20’’.
Fornecimentos temporais ao setor elétrico		
<i>Termoeléctrica La Raisa</i>	Garantir a infraestrutura necessária (desde a estação de PDVSA Gas mais perto) para assegurar o abastecimento de futuras e atuais termelétricas.	Culminados 20 km de dutos de 20’’ em 2013, fornecendo 40 MMpc/d.
<i>Termoeléctrica El Sitio</i>		Culminado um ramal de 1,7 km e de 10’’ em 2013.
<i>Termoeléctrica Ezequiel Zamora</i>		Culminados 2,6 km de dutos de 16’’ em 2013.
<i>Termoeléctrica La Cabrera</i>		Culminados 3,5 km de dutos de 16’’ em 2013, fornecendo 103,4 MMpc/d.

Fonte: Elaboração própria a partir de PDVSA Gas (2010) e PDVSA (2012, 2013).

No referente aos projetos para o desenvolvimento do Cinturão de gás natural *offshore* (Figura 21), a PDVSA registra os seguintes:

1. *Projeto “Mariscal Sucre”*. Estipula a perfuração de 34 poços e a instalação de duas plataformas de exploração e produção nas costas orientais venezuelanas, na

Península de Paria, perto dos Estados Sucre e Nueva Esparta. A finalidade do projeto é disponibilizar ao mercado interno as reservas de gás livre dos campos *Dragón, Patao, Mejillones* e *Río Caribe*, aumentando a produção e disponibilidade de gás, para o CIGMA (Tabela 10.4). Têm como objetivos de produção 34 MMm³/d de gás e 28 Mb/d; e aportar ao mercado nacional 8,5 MMm³/d. Estão em desenvolvimento instalação de 563 km de gasodutos submarinos, assim como de infraestrutura e viabilidade portuária, projetos que buscam estimular o desenvolvimento endógeno. Suas obras iniciaram em 2007, espera-se sua culminação em 2020 (PDVSA, 2012).

Este projeto foi originalmente chamado (na década de 1990) como *Cristóbal Colón*, e foi o projeto insígnia, na área do gás, dos contratos negociados no marco da política da *Apertura petrolera*, por tal motivo seu objetivo principal era a instalação de unidades de liquefação de gás para sua exportação na forma de GNL⁵⁰ (CARO *et al.*, 2009).

2. *Projeto Plataforma Deltana*. Este grande campo foi descoberto em fevereiro de 1983. Atualmente, é um projeto que procura desenvolver a exploração e produção de uma área de 9.441 km², com reservas de gás livre localizado na fronteira entre a Venezuela e Trinidad e Tobago. Esse projeto se desdobra em outros, segundo a quantidade dos poços (quatro) e é feito em conjunto com a nação caribenha e empresas internacionais petroleiras. A Venezuela está representada pela Corporação Venezuelana de Petróleo (CVP), filial da PDVSA. Conforme os procedimentos da LOHG e seu regramento, as licenças para explorar e produzir os blocos foram outorgadas em 2003 (Blocos 2 e 4) e 2004 (Blocos 1 e 5) (PDVSA, 2012; CARO *et al.*, 2009) (Figura 21).
3. *Projeto “Rafael Urdaneta”*. A finalidade deste projeto é quantificar, explorar e produzir as jazidas de gás livre localizadas nas costas dos Estados Zulia e Falcón, na região ocidental do país. Numa primeira fase, a produção estará destinada a satisfazer as demandas de gás para essa região, com prioridade para o Centro

⁵⁰ Gás natural liquefeito é uma das formas de transporte de gás natural (as outras são os gasodutos e o gás natural comprimido) na qual o gás é condensado por resfriamento (entre -120 °C e -170 °C) e comprimido (até 60 atm/ 870lb/pol²). Quando o gás estiver condensado, a pressão é reduzida para facilitar sua armazenagem e expedição por navios especializados, chamados metaneiros (JAHN *et al.*, 2012).

Refinador de Paraguaná, ao norte do Estado Falcón. Espera-se com o desenvolvimento deste projeto incrementar as reservas nacionais de gás livre em 23 Trilhões de pé cubico (0,65 Trilhões de m³). (Ibid.).

As licenças para o desenvolvimento deste projeto foram outorgadas em duas fases. Na fase A, para as empresas Gazprom e Chevron, e na fase B, para as empresas Vinccler Oil and Gas, Repsol-YPF (hoje Repsol), ENI e Petrobras-Teikoku. Em todos esses consórcios, a PDVSA participa, porém, sem maioria acionária (CARO *et al.*, 2009) (Figura 21).

4. *Projetos de GNL*. Tinha como objetivo promover investimentos para a instalação da infraestrutura necessária para os processos de liquefação, armazenagem e embarque para a exportação de GNL da região oriental: Blocos 2 da Plataforma Deltana e Blocos *Dragón - Patao* em Mariscal Sucre. Nesse último, o projeto contava com a participação de PDVSA (60%), Shell (30%) e Mitsubishi (8%). Prevvia-se satisfazer a demanda de gás natural de Europa, Argentina, Cuba, Brasil e de países asiáticos (PDVSA, 2012). Contudo, os projetos foram suspensos pelo MPPPM em 2011.

Figura 21: Localização e empresas participantes nos projetos de E&P de gás *offshore*, para o 31-12-2010.

Fonte: PDVSA Gas (2012).

Em linhas gerais, com base também nos dados disponíveis na Tabela 11 e nos projetos acima sobre o cinturão do gás *offshore*, pode-se afirmar que a IGN venezuelana está sendo ampliada nos seguintes aspectos:

- ✓ Aumento da disponibilidade de gás ao mercado interno em 138 MMm³/d.
- ✓ Aumento a produção de LGN em 220 Mb/d.
- ✓ Ampliação da extensão da malha de gasoduto nacional em 603,8 km, e a substituição (novos dutos) de 768 km, com a finalidade de otimizar o sistema terrestre nacional. No que respeita aos gasodutos *offshore*, a sua ampliação é de 563 km, só no projeto *Mariscal Sucre*.
- ✓ A gasificação das cidades (ampliação da rede de distribuição) atingiu a 102.109 residências (meta sumamente discreta em comparação com o projeto da revolução do gás da Tabela 10, que considerava mais de três milhões de residências e 30 mil comércios).

Quando os planos apresentados na Tabela 11 estiverem prontos, a produção diária nacional aumentará, no mínimo, para 347,4 MMm³; superando assim a meta planejada pelo plano original da revolução do gás⁵¹.

4.4.2. Os projetos de integração energética regional

Os três PDESN assim como o PSP, têm entre seus objetivos principais promover e consolidar um sistema internacional multipolar, isto é, propor alternativas políticas à agenda internacional unilateral dos EUA e seus aliados políticos.

Por tal motivo, como foi abordado no capítulo II, subitem 2.3.3, o governo venezuelano tem proposto iniciativas para a integração regional como a ALBA. No que tange ao setor energético: Petroamerica, proposta que se desdobra em Petrocaribe, Petroandina e Petrosur; assim como os projetos Grande Gasoduto do Sul (GGS) e o Gasoduto *Transcaribeño* (VANBIERVLIET, 2014).

Essa estratégia, além de promover a proximidade entre os países latino-americanos e caribenhos, numa lógica de cooperação Sul-Sul, procura ampliar a colocação da produção dos hidrocarbonetos venezuelanos, com vistas a diversificar os mercados. Por tal motivo,

⁵¹ 347,4 = 209,4 + 138 quer dizer, a somatória da produção nacional de 2013 (Tabela 8) mais o volume de gás que será disponibilizado quando os planos da Tabela 11 estiverem finalizados.

tem se concretizado a participação de empresas petroleiras de países da região, e de países emergentes (como a China e a Índia) no processo de quantificação, certificação e E&P das reservas de petróleo e gás da FPO, do cinturão do gás, e outras áreas produtivas da Venezuela.

4.4.2.1. Gasodutos internacionais

- a. Gasoducto *Transcaribeño*, trecho *Antonio Ricaurte*. (Tabela 10.3 e Figura 22) O gasoduto, que também é chamado de *Transguajiro*, está em operação desde maio de 2007, e possui uma extensão de 224,4 km e um diâmetro de 26'', dos quais, 88,5 km atravessam território colombiano e 135,9 km território venezuelano. Tem uma capacidade de 150 MMpc/d, equivalente a 4,24 MMm³/d (PDVSA, 2005).

O gasoduto tem sido projetado em duas fases. A primeira fase, e o gasoduto *Ballena – Maracaibo*, pelo qual é fornecido a Venezuela, 4,24 MMm³/d para abastecer às Termoelétricas Termozulia e Urdaneta, substituindo 17 Mb/d de diesel, equivalente a US\$ 40 milhões por mês a preço internacional. Espera-se que Venezuela abasteça o mercado colombiano com a mesma quantidade de gás, projetando ampliação desse gasoduto até América Central. As fases dois e três são as futuras interconexões entre Ulé e a sistema interconectado Oriente – Ocidente (ICO), assim como uma interconexão *offshore* entre o Centro Refinador de Paraguaná (CRP), seguindo a fronteira com Colômbia até o trecho Antonio Ricaurte (Ibid.)

Entre as vantagens sociais da instalação desse gasoduto, se destaca a geração de 2.717 empregos diretos, e 8151 indiretos, beneficiando de forma direta a uma população de 533.440 pessoas. A sua instalação exigiu um investimento social estimado em US\$ 15,79 milhões para projetos na área de educação, saúde, infraestrutura de transporte, serviços básicos (água e gás), cultura, esporte e recreação, postos de atendimento social, alimentícia e assistência social. No referente à promoção do desenvolvimento endógeno, se instalaram sete centros comunitários de criação e reprodução de gado caprino e ovino, assim como um

centro agrícola, que demandaram um investimento total de Bs. 14.300 milhões (US\$ 2.270 milhões aproximadamente) (PDVSA, 2005).

Esse gasoduto faz parte dos planos da revolução do gás (Tabela 10.3); é um dos projetos feito dentro do prazo planejado.

Figura 22. Gasoduto *Transcaribeño*. Infraestrutura atual e futura.

Fonte: PDVSA (2005).

- b. Projeto Grande Gasoduto do Sul (GGS). O projeto foi apresentado em 2006, estimulado, em princípio, por uma preocupação por abastecimento energético, que poderia se traduziria numa crise energética para três países da região: Venezuela, Brasil e Argentina, devido à diminuição das reservas argentinas de gás, assim como as perspectivas de aumento da demanda brasileira por esse recurso (COSTA, PADULA, 2008). Ante tal avaliação, a Venezuela se apresentava como potencial fornecedor, contando com o 65% das reservas da região (naquele momento, 146 TCF). Para Costa e Padula (Ibid.), um volume importante de gás também podia ser fornecido a Chile, Uruguai, ampliando o gasoduto até os países andinos, aproveitando as reservas de Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, e criando um “anel energético regional”.

A obra tardaria dez anos para ser finalizada, percorrendo 9.283 km, dos quais 600 km seriam seu trecho principal desde a cidade de Puerto Ordaz em Venezuela, até Buenos Aires, Argentina. Através da sua construção, o GGS teria a capacidade de gerar 520.000 empregos (temporais) por ano até sua finalização,

além dos empregos permanentes para dentro da(s) empresa(s) de transporte que se criaria para sua operação (Ibid.). Esperavam-se também outros impactos socioeconômicos, como estimular a industrialização das cidades abastecidas e atravessadas pelo gasoduto, assim como a diminuição do desmatamento, já que com a disponibilidade de um energético como o gás, comunidades do norte e nordeste do Brasil não se veriam na necessidade de consumir biomassa ou floresta (SÁNCHEZ, 2014).

Por outro lado, o projeto do GGS também foi estimulado pela situação política que atravessava Bolívia, responsável por abastecer o mercado do sudeste brasileiro, e a Argentina. Antes da chegada de Evo Morales à presidência do país andino em 2006, a governança era insustentável, uma vez que o modelo primário-exportador também mostrava seus limites. Por tal motivo, o governo de Morales nacionalizou a indústria do gás, com base nas exigências do povo boliviano manifestada no referendo de 2004 sobre o futuro dessa indústria.

Contudo, uma vez estabilizada a situação interna boliviana, agora com o governo progressista, com afinidade política com as propostas do governo venezuelano sobre a integração regional (VALENCIA, 2010), e, considerando às descobertas de novos recursos petrolíferos e de gás *offshore* no Brasil, fizeram com que o projeto fosse revisado e inclusive engavetado, ante uma nova situação política regional⁵² (VANBIERVLIET, 2014).

Costa e Padula (2008) enumeraram entre os desafios para a concretização do gasoduto, a resistência e instabilidade política que predominam na região.

4.4.2.2. Organismos setoriais internacionais

- a. Organização dos Países Exportadores e Produtores de Gás da América do Sul (doravante, OPEGASUR, de acordo com suas iniciais em espanhol).

⁵² Explica Vanbiervliet (2014) que embora a Venezuela e o Brasil tivessem relações bilaterais muito próximas durante a presidência de Chávez e de Lula, respectivamente; a partir de 2006, ambos os países começam a se disputar a liderança regional em organismos como a UNASUL. O Brasil tinha uma visão mais pragmática, que favorecia a integração regional sob a óptica comercial, e a Venezuela, por sua vez, promulgava uma integração política. Isso fez com que o governo brasileiro “neutralizasse” várias propostas venezuelanas, como a criação do Banco do Sul, da Organização do Tratado do Atlântico Sul, e inclusive do GGS.

Continuando os argumentos do subitem anterior, a Bolívia presidida por Morales, junto à Venezuela e a Argentina, estabeleceram em 2007 a criação de uma organização ou grupo de países produtores e exportadores de gás natural da América do Sul, OPEGASUR, com a finalidade de impulsionar projetos para a expansão da indústria do gás entre os países membros, como por exemplo, o Gasoduto do Nordeste argentino, no qual a PDVSA tem uma participação junto à empresa energética argentina, ENARSA (ODDONE, GRANATO, 2013). Espera-se a integração de outros países da região, como Trinidad e Tobago e Peru.

- b. Fórum de Países Exportadores de Gás (GECF, de acordo com suas siglas em inglês). A GECF tem como missão e objetivo servir de suporte para seus países membros, na defesa de seus direitos soberanos sobre seus recursos de gás natural, assim como de planejar de forma independente, eficiente, e em respeito do ambiente, os projetos para o desenvolvimento desses recursos, em função do benefício da população dos países partes (GECF, 2014). A Venezuela faz parte deste organismo, junto à Bolívia e Trinidad e Tobago.

4.5. Agentes que operam dentro da cadeia da IGN

O PMUGN (2004) dedica um capítulo ao estudo da cadeia de valor do gás, e seus agentes envolvidos nas diferentes atividades. Com a finalidade de identificar os segmentos com mais possibilidades de expansão e investimento na Venezuela, foi feito o mesmo estudo, identificando-se os seguintes agentes:

- a. Agentes envolvidos nas atividades *upstream* e *downstream*

Para visualizar os atores que estão envolvidos na fase de produção⁵³ (*upstream*), se faz uso dos dados disponíveis sobre produção diária do gás na Venezuela (Figura 23).

As indústrias petroleiras e do gás caminham juntas durante esta etapa. Por isto, a PDVSA Petróleo (na Figura 23 corresponde a “EyP”), assim como as suas Empresas

⁵³ A produção, etapa que inclui as fases de exploração, desenvolvimento e produção das jazidas, assim como a fase de processamento do gás natural (PMUGN, 2002)

Mistas (especialmente da FPO), são responsáveis pela produção de 81% do gás disponibilizado diariamente no país (gás associado). No que se refere ao gás não associado, ou livre, a produção está dividida entre a PDVSA Gas, as *Licencias* em terra (*onshore*) outorgadas em 2001⁵⁴, e as empresas mistas da CVP⁵⁵ (*offshore*) responsáveis por 16% da produção. OS 3% Restantes são gás importado da Colômbia, através da empresa estatal Ecopetrol e Da Chevron. Assim, a produção corresponde À PDVSA Petróleo e Às Empresas Mistas (maiores produtoras de gás no país), seguida por PDVSA Gas, e Às *Licencias* de E&P de gás não associado *onshore* e *offshore* (Figura 23).

Figura 23: Produção de gás diária em Venezuela, 2013 (Porcentagem).

Fonte: PDVSA (2013).

Dentro das atividades *downstream*, o processamento do gás natural, isto é compressão e fracionamento, é responsabilidade exclusiva da PDVSA Gas. A comercialização dos derivados dessas atividades (metano, etano, butano, propano, gasolina

⁵⁴ Outorgadas entre 2001 e 2002, correspondem a áreas localizadas em terra (Figura 14).

⁵⁵ Corresponde aos projetos que se desenvolvem nas costas venezuelanas (*offshore*), discutidos no subitem 4.3.1. A CVP (atual filial da PDVSA, criada por Pérez Alfonzo na década de 1960) é o braço operativo da PDVSA no concernente aos negócios que se planejam e realizam com outras empresas, sejam de capital privado nacional ou estrangeiro. Por tal razão é a representante dentro dos convênios com as empresas multinacionais petroleiras nos campos *offshore* de gás livre. Por outro lado, a CVP também tem como missão promover e executar os projetos de desenvolvimento socioeconômico e endógeno propostos pela estatal petroleira venezuelana, em trabalho conjunto com bancos de fomento nacional, como o *Banco del Tesoro*, e o *Banco de Desarrollo Economico y Social de Venezuel* (BANDES) (PDVSA, 2005).

natural, e nafta residual) é realizada de forma conjunta entre a PDVSA Gas e a PDVSA Gas Comunal⁵⁶. Já a comercialização de LGN no mercado exterior, é feita por PDVSA Petróleo, em representação da PDVSA Gas.

A operação dos gasodutos de transporte de gás metano é competência exclusiva também da PDVSA Gas. A distribuição já não aparece com clareza se é uma atividade igualmente exclusiva da filial; mas, contrastando o Informe de Gestão de PVDSA de 2013, com os dados do INE, se percebe que no país existe um número maior de domicílios (1.127.908) conectados a redes de distribuição, do que aparece no informe em questão (282.579).

b. Agentes que definem as políticas para o setor

Entre os agentes envolvidos na definição das políticas para o setor de hidrocarbonetos, assim, como na fixação de preços e tarifas, conforme indica a CRBV, e as LOH e LOHG (Tabela 5), está o Executivo Nacional através do Ministério do Poder Popular para Petróleo e Mineração (MPPPM), e o Ente Nacional do Gás (ENAGAS), o qual tem competências similares a uma agencia reguladora, como a Agencia Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no Brasil.

Contudo, as leis mencionadas também dão atribuições similares aos municípios, mais especificamente, no referente à prestação do serviço de distribuição de gás doméstico. Para evitar confusões, e estimular o investimento nas atividades de distribuição, foi promulgada a Lei de Harmonização e Coordenação das Competências dos Poderes Públicos Nacionais e Municipais para a prestação dos serviços de Distribuição de Gás com fins doméstico e de Eletricidade, nº 37.319, do dia 07 de novembro de 2001.

Dentro das políticas deste setor, a legislação para a proteção ambiental merece uma observação especial. Essa missão está contemplada nos instrumentos legais já mencionados (CRBV, LOH, LOHG). Assim, se tem que a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos Gasosos (LOHG) de 1999, em seu artigo 3º, exige-se o uso intensivo e eficiente dos hidrocarbonetos

⁵⁶ Filial de PDVSA criada em 2007 com a promulgação da revolução do gás (Tabela G.9). Tem como objetivo garantir a demanda nacional por GLP, nos sectores residencial, comercial e industrial, assim como de promover a comercialização internacional desse energético. Ainda que controle desde 2008 o 100% da distribuição do produtos nas fontes de abastecimento, atinge de forma direta ao 56% do mercado nacional, sendo o restante 44% abastecido por empresas privadas através de contratos de serviços (PDVSA, 2009, 2010).

gasosos, como combustível e matéria-prima para diferentes atividades, as quais devem realizar-se atendendo a defesa e uso racional do recurso, e a conservação, proteção e preservação do ambiente.

Por sua parte, o Regulamento da Lei Orgânica de Hidrocarbonetos Gasosos do ano 2000, mostra importantes medidas em prol do meio ambiente. Em seu artigo 10, determina que as pessoas envolvidas nesta indústria, informem ao Ministério de Petróleo e Mineração (MPPPM), sobre qualquer acidente que se relacionem a ditas atividades, e que possam afetar a segurança das instalações, pessoas, bens e o ambiente. O artigo 15 exorta o uso de praticas eficiente (já sejam nacionais ou internacionais) relacionado ao armazenamento, transporte e distribuição do gás natural, para assim garantir segurança, higiene e proteção do meio ambiente. Por ultimo o artigo 44º prevê que ao terminar uma licença de produção, o MENPET indicará quais instalações deveram o não deveram ser removidas da área, para assegurar igualmente a conservação, proteção e preservação do ambiente.

Por outro lado, destaca-se o Decreto nº 1257 sobre “normas para avaliação de atividades susceptíveis de degradar o ambiente” de 1996. O objetivo principal da norma é inserir a questão ambiental nas avaliações do ciclo de vida de um projeto, isto é, desde seu planejamento, desenvolvimento, e abandono; exigindo, além disso, a execução de planos de vigilância e controle ambiental, assim como a obrigação de apresentar uma avaliação de impacto ambiental para a exploração e produção de hidrocarbonetos refinarias, plantas de melhoramento de óleo cru, oleodutos e gasodutos, e qualquer outro tipo de infraestrutura associada a essas atividades (ZAMORA, RAMOS, 2010).

Entre outros decretos para destacar, está o Decreto nº 638 referente a “normas sobre a qualidade do ar e controle da contaminação atmosférica” de 1995, o qual tem como finalidade estabelecer o limite de contaminantes no ar, proveniente de emissões de fontes fixas e móveis capazes de gerar emissões de gases e particulados (artigo 1º). Dentro das fontes fixas que incluiu este decreto, está às atividades ligadas a produção de petróleo e gás natural (artigo 9º). Gases produto da indústria dos combustíveis fósseis, como os óxidos de nitrogênio (NO_x), dióxido de enxofre (SO₂), sulfeto de hidrogênio (H₂S), monóxido de carbono (CO), compostos orgânicos voláteis (COV), e CH₄, emissões típicas de instalações da indústria petroleira ou do gás (produto das emissões e queima), não são contemplados no âmbito desta normativa, o que faz débil e insuficiente o seu alcance. Tampouco faz

referencia a planos de monitoramento desse tipo de emissões, nem à processos de autorizações para o início de essas atividades (ZAMORA, RAMOS, 2010).

Contudo, se observa a ausência de um ente com competência para vigiar, autorizar e outorgar licenciamentos e permissões para desenvolver atividades que possam atingir o equilíbrio dos ecossistemas naturais.

c. Agentes consumidores ou demandantes

Por sua vez, os consumidores finais (Figura 17) estão classificados nos segmentos: elétrico, petroquímica, siderúrgica e alumínio, cimento, residencial, indústria petroleira e do gás, e outros. Destacam-se entre eles, a própria indústria dos hidrocarbonetos (PDVSA e as suas filiais e refinarias, assim como as Empresas Mistas), Elétrico (Setor sob o controle da operadora estatal Corpoelec⁵⁷), Petroquímica (atividade igualmente nas mãos do Estado, onde se destaca a corporação Pequiven⁵⁸), Siderúrgico e alumínio (atividades primárias desenvolvidas pela *Corporación Venezolana de Guayana*, adjunta ao Ministério do Poder Popular de Indústrias), cimento⁵⁹ (atualmente a *Corporación Socialista del Cemento* possui a maior participação no mercado, adjunta também ao Ministério de Indústrias), residencial, e outros, como o uso do gás natural veicular, representam um setor consumidor marginal.

d. Agentes de financiamento

A simples vista, os ingressos provenientes da exportação de petróleo são os fundos financiadores dos projetos estratégicos na Venezuela, tais como: construção de

⁵⁷ Corpoelec ou *Corporación Eléctrica Nacional, S.A.*, foi criada em 2007, por meio do decreto presidencial com força de lei nº 5330, Lei Orgânica de Reorganização do Setor Elétrico, para a realização das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de potencia e energia elétrica. Seu capital é de caráter social e público, sendo o 75% da República, através do Ministério com competência na área; e o restante 25% é da PDVSA. O decreto-lei estabeleceu um prazo de três anos a partir da sua publicação, para que as empresas regionais (umas de capital misto, outras privado) se fusonassem com a nova empresa operadora. Essas empresas eram: *Energía Eléctrica de Venezuela S.A.*, (ENELVEN); *Empresa Nacional de Generación C.A.*, (ENAGEN); *Compañía de Administración y Fomento Eléctrico S.A.* (CADAPE); *CVG Electrificación del Caroní C.A.*, (CVG-EDELCA); *Energía Eléctrica de la Costa Oriental del Lago C.A.*, (ENELCO); *Energía Eléctrica de Barquisimeto S.A.* (ENELBAR), e, *Sistema Eléctrico del Estado Nueva Esparta C.A.* (SENECA).

⁵⁸ A sua criação foi relatada no capítulo III, no marco das políticas de investimento durante a ditadura militar de Pérez Jimenez na década de 1950.

⁵⁹ Em 1994, a empresa nacional Vencemos, entre outras empresas de cimento, foram adquiridas pelo capital estrangeiro no marco das privatizações das empresas estatais. Em 2008, o governo nacional, na procura por aprofundar um novo modelo produtivo nacional, agora socialista, reorganizou a indústria do cimento através de sua nacionalização. Até esse momento a indústria estava dominada pelas multinacionais Holcim, Lafarge e Cemex. Em 2009 foi criada a *Corporación Socialista de Cemento*, a qual tem como missão as atividades de produção, venda e comercialização do cimento, pedras, peças estruturais, assim como a exploração de canteiras e jazidas de matérias primas para essa indústria. (INVECEM, 2014).

infraestrutura (civil, viabilidade, etc.), energia, desenvolvimento mineiro e agrícola, assim como impulsionar o desenvolvimento social e econômico nacional. Contudo, é importante conhecer os mecanismos criados para a distribuição da renda, em especial, para financiar outras atividades econômicas.

Sendo assim, entre as principais fontes de financiamento nacionais, está o *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN), criado a partir da modificação da Lei de Reforma Parcial do Banco Central da Venezuela (BCV), nº 38.232 de 2005, com o objetivo de aproveitar de forma eficiente os ingressos petroleiros canalizados diretamente de PDVSA, e indiretamente, por meio do comportamento das Reservas Internacionais administradas pelo BCV (MPPP, 2013).

De igual forma, com a finalidade de promover o intercambio comercial, estimular investimentos, e ampliar a cooperação entre ambas as nações, em novembro de 2007 se concretizou o *Fondo de Financiamiento Conjunto Chino-Venezolano* (FCCV)⁶⁰ (Ibid.). A importância do FCCV para a expansão de atividades estratégicas dentro da economia venezuelana, está evidenciado no *Plan de la Patria, Segundo Plan Socialista* (Anexo 1), nesse plano o fundo aparece como a fonte de financiamento principal de vários projetos em matéria energética, vários dedicados à IGN.

Outras agentes de financiamento, que segundo dados do Ministério de Planejamento (2013) têm sido usados pelo governo nacional, são: a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de Brasil.

e. Associações empresariais

Entre as associações que reúnem as empresas privadas e públicas, diretamente relacionadas à indústria do gás, está em destaque a Associação Venezuelana de Produtores de Gás (AVPG), fundada em 1984, como uma organização privada sem fins de lucrativos, inicialmente criada com o apoio de PDVSA. Desde o início de suas atividades, possui relações institucionais com a Associação de Produtores de Gás (APG), com sede em Tulsa,

⁶⁰ O fundo nasceu de um empréstado do Banco de Desenvolvimento de China ao *Banco de Desenvolvimento Económico e Social de Venezuela* (BANDES), por uma quantidade de US\$ 4.000 milhões, e um aporte de US\$ 2.000 provenientes do FONDEN (Ibid.). Desde sua criação, o fundo sino-venezuelano constitui um dos, se não for o mais importante, fonte de financiamento para grandes empreendimentos, mas ante um mercado petroleiro deprimido, desde finais de 2014, e inícios de 2015.

Oklahoma nos EUA, representado o “capítulo venezuelano” de essa associação norte-americana (AVPG, 2013).

Entre as suas estratégias se podem ressaltar, a intenção por ter uma liderança dentro da IGN do país; promover a segurança industrial e ambiental de todas as atividades relacionadas com a cadeia de valor do gás; promover a abertura de oportunidades de investimento ao setor privado, e aprofundar as relações com a APG dos EUA (Ibid.).

Conta com a participação de 70 membros, entre empresas do Estado, como PDVSA e algumas das suas filiais (incluindo PDVSA Gas); empresas multinacionais e suas filias no país, empresas privadas e universidades nacionais.

Num sentido mais amplo, está a *Federación Venezolana de Cámaras de Comercio y Producción* (FEDECAMARAS), fundada em 1944, com o objetivo de defender e promover a livre empresa e livre iniciativa, baseados no desenvolvimento e diversificação da economia nacional.

f. Agentes indutores de tecnologia

Neste segmento, o PMUGN explica que o estímulo para o desenvolvimento tecnológico corresponde às universidades, centros de tecnologia, e fundações especializadas na área de hidrocarbonetos.

Deste modo, segundo o Ministério do Poder Popular de Educação Universitária, Ciência e Tecnologia (MPPECT), em sua publicação *Libro de Oportunidades de Estudios Universitarios 2014*, (que tem como objetivo informar as oportunidades de estudos de graduação no país) registrou dentro da área de “Engenharia, Arquitetura e Tecnologia” dois cursos relacionados ao gás.

O primeiro deles, “tecnologia de gás”, é oferecido por duas instituições, a saber: o *Instituto Universitario de Tecnología de Administración Industrial* (IUTA), através de seis *campi* em diferentes cidades; e a *Universidad Bolivariana de Venezuela*⁶¹ (UBV) em seu campus na cidade de Maracaibo (Zulia).

⁶¹ A UBV é uma universidade criada por Decreto presidencial em 2003. Possui atualmente a maior quantidade de alunos de graduação matriculados no país, tendo formado a mais de 270 mil profissionais, desde a sua fundação até 2014. Na sua seção sobre o programa de formação em gás, informa que a preparação nessa área está baseada na formação de profissionais de exploração, produção e extração de gás natural, com compromisso social, vinculado às necessidades locais e nacionais. (UBV, S/D).

Já o segundo curso, “engenharia de gás”, é oferecido por: a UBV, nos estados Zulia e Monagas; a *Universidad Nacional Experimental Rafael Maria Baralt* também em Zulia. e a *Universidad Nacional Experimental Politécnica de la Fuerza Armada Nacional* (UNEFA) através de cinco *campi* localizados em diferentes estados.

Outros cursos afins, como a engenharia de petróleo, processos de refinação de petróleo, química industrial, processos químicos, são cursos oferecidos em universidades públicas de longa trajetória histórica e acadêmica. Portanto, é importante deixar em evidencia o caráter novo dos cursos relacionados ao gás, uma vez que esses cursos são oferecidos por universidades públicas (com exceção do IUTA) que foram criadas ou ampliadas (em números de vagas e cursos) a partir do governo do presidente Chávez (ex. UBV, UNEFA).

Por outro lado, como centros de tecnologia, destacam-se, o *Instituto de Tecnologia Venezolana para el Petróleo* (Intevep), o qual é a filial de pesquisa e desenvolvimento de PDVSA, e realiza importantes projetos dessa natureza em instalações da IGN, como nos campos e plataformas *offshore*, nas plantas de extração e fracionamento de Anaco, entre outros.

4.6. Consumo de hidrocarbonetos líquidos vs. Gás natural.

A produção petroleira nacional, segundo as fontes oficiais do MPPPM para 2002 e 2011, atingiu a quantidade 3.269.000 b/d em 2005, sendo a máxima registrada, e, 2.810.000 b/d em 2003, seu momento mais baixo. Contudo, a exportação de petróleo acaba sendo menor à produção total, como consequência do consumo interno de hidrocarbonetos líquidos⁶² (doravante, líquidos). Em 2011, a demanda por líquidos chegou a 668 Mb/d (Tabela 11).

Essa demanda se dedica à produção de uma série de produtos refinados, entre os quais, se destacam a gasolina, o diesel e o GLP. No período em observação, a gasolina tem aumentado de 2002 para 2011 em 49,78 Mb/d, enquanto que o diesel, em 73,41 Mb/d. Já o GLP apresenta uma demanda mais variável, entre os 78 e 82 Mb/d, com exceção dos anos 2003 e 2004, quando a produção se viu afetada pela greve petroleira. (Tabela 12).

⁶² Inclui os diferentes tipos de óleo (leve, mediano, pesados e extrapesados), assim como os LGN.

Para Sánchez (2014), o diesel e a gasolina são “queimados e desperdiçados” no país, (seja para satisfazer a demanda das termelétricas no caso do diesel, ou para satisfazer os motores de combustão interna, para a gasolina), toda vez que esses refinados são vendidos no mercado nacional entre os US\$ 7,00 e US\$8,00, enquanto o mercado internacional oferece uma melhor remuneração.

O preço dos principais derivados do petróleo não tem sofrido mudanças nos últimos dez anos (OLADE, 2012). Por exemplo, para o período 2010-2014, o BM (2015) indica que o subsidio a gasolina na Venezuela fez com que os consumidores finais pagassem US\$ 0,02 por litro, enquanto os consumidores finais de diesel pagaram US\$ 0,01 por litro. Em moeda nacional, em 2011, quando a taxa de câmbio era US\$ 1 = Bs. 4,30, o litro de gasolina pago pelos consumidores foi de Bs. 0,086, e o litro de diesel, Bs. 0,043. Já em 2014, com uma relação de US\$ 1 = Bs. 6,30, os litros registraram um preço de Bs. 0,126 e Bs. 0.063, respectivamente.

Tabela 12: Indicadores sobre os hidrocarbonetos líquidos.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
(1)										
Produção	2994	2810	3143	3269	3245	3143	3254	3004	2968	2984
Consumo nacional	567	477	498	523	562	578	603	632	632	668
Exportação	2746	2449	2734	2864	2835	2695	2675	2460	2315	2340
(2)										
Cesta de mercado interno	6,8	5,5	6,6	7,1	7,1	7,29	8,39	7,21	3,67	7,23
Preço de custo	12,29	11,34	12,66	13,1	14,05	17,42	25,49	22,26	22,48	23,85
Cesta de exportação	21,99	23,29	32,58	45,74	55,54	64,74	86,49	57,01	72,18	100,11
(3)										
Gasolina	243,33	216,66	202,12	243,19	258,15	274,36	289,18	291,93	279,16	293,11
Diesel	105,14	98,24	131,66	122,93	131,68	136,59	149,76	155,91	168,97	178,55
GLP	80,46	42,96	46,89	78,12	79,81	78,66	79,97	79,88	82,02	78,59

(1) Hidrocarbonetos Líquidos (Mb/d)

(2) Preços de Hidrocarbonetos líquidos (US\$/Bs.)

(3) Consumo nacional de Refinados (Mb/d) (Produtos selecionados pelo pesquisador). Esses refinados são parte do segmento de “Consumo nacional” no grupo (1). *Fonte:* Elaboração própria a partir de PODE (2011)

Segundo a LOH, o consumidor só paga um imposto pelos líquidos consumidos, o “imposto geral ao consumo de petróleo e derivados”, que é calculado cada ano dentro da Lei de Orçamento Nacional, entre a faixa de 30% e 50% do preço final. A LOH também estabelece (artigo 60) que as atividades de abastecimento, armazenagem, transporte, distribuição e faturamento dos derivados dos hidrocarbonetos, destinados ao consumo interno, são declaradas serviços públicos, e a fixação dos seus preços (competência do MPPPM) deve garantir a rentabilidade dessas atividades. Ao mesmo tempo, o artigo 18.4 da Lei do Valor Agregado, indica que a venda dos combustíveis derivados dos hidrocarbonetos está isento desse imposto (OLADE, 2012). A partir desse quadro legal se contempla uma carga impositiva muito pequena, que longe de estimular um consumo racional dos líquidos, só estimulam seu constante consumo.

Numa breve apreciação econômica, baseados nos cálculos da Tabela 12 se observa que em 2011, a Venezuela deixou de perceber US\$ 66.873.480,00, quantidade que foi maior em anos posteriores, já que, segundo dados da BP (2014), em 2012 e 2013, a demanda nacional de líquidos foi de 712 e 777 Mb/d, respectivamente.

Contudo, quando são comparados os preços da gasolina e o diesel, com o preço que tem que pagar o consumidor final pelo gás, esses últimos se apresentam mais altos. Isso faz com que a transição para o gás seja pouco atrativa. Dessa forma, também se desestimula ao setor privado a investir nas diferentes atividades produtivas do gás, como está estabelecido na LOGH.

Tabela 13. Preços do gás ao consumidor final.

Relação Preço/Unidade Física	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Bs./m ³	0,03	0,02	0,06	0,08	0,08	0,09	0,12	0,08	0,1	0,13
US\$/MMBTU	0,63	0,73	0,83	1,07	1,02	1,17	1,56	1,1	0,69	0,86

Fonte: Elaboração própria a partir de PODE (2011)

Importantes propostas são apresentadas pela OLADE (2012) para estimular o uso racional de líquidos, assim como para retirar, de forma paulatina, o subsidio enraizado na sociedade, como a venezuelana.

Uma valorização correta de ambos os recursos, assim como uma ampliação da distribuição de kits de reconversão veicular (de carros de motor de combustão para carros

híbridos com capacidade de consumir GNV) deve ser encarado de forma séria, já que ditos planos são de “longa data”, em palavras de Sánchez (2014). Porém, o gás ainda não é um substituto da gasolina, o qual pode evidenciar-se por sua participação marginal dentro do segmento dos consumidores (Figura 17).

Contudo, o presidente Nicolás Maduro durante a mensagem presidencial anual em janeiro de 2015, anunciou a necessidade de ajustar o preço da gasolina no mercado interno venezuelano, com a finalidade de contribuir com um maior equilíbrio nas contas nacionais, impactadas por uma ampla gama de subsídios. Espera-se o início de um debate nacional para chegar a uma solução sobre o futuro preço desse combustível.

CAPÍTULO V:

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A presente pesquisa teve como o objetivo analisar, com base na Teoria Marxista da Dependência, a capacidade da indústria do gás natural da Venezuela para promover, ou engendrar, uma ruptura com as relações de subordinação do país com a dinâmica econômica mundial. Essa superação permitiria atingir o desenvolvimento, entendido não só sob uma perspectiva economicista, senão também, sob uma perspectiva social e política, segundo os parâmetros estabelecidos pela TMD.

Assim, o potencial que possui a indústria do gás na Venezuela nesse sentido, foi detectado após a promulgação de um conjunto de projetos de investimentos na área, que visam por sua ampliação de forma separada do ritmo da indústria petrolífera. Conhecer esses projetos, suas metas de produção e distribuição e sua relação com outras atividades econômicas, dentro e/ou fora da cadeia do gás, era uma tarefa fundamental para determinar o potencial indutor do desenvolvimento, e espera-se ser uma das contribuições desta pesquisa.

Contudo, não é possível superar a dependência, sem entender como se chegou até esse tipo de relação (centro-periferia). Daí a importância da análise histórica apresentada no capítulo III, que permitiu elucidar o processo que contribuiu para o subdesenvolvimento do país, processo que guarda especial relação com os subsídios teórico-metodológicos selecionados a partir de Bambirra e Dos Santos, como foi determinado em um dos objetivos específicos deste trabalho.

Umas das primeiras questões que se evidenciaram durante essa análise foi à descrição das formas históricas de dependência de Dos Santos. A partir dos primeiros anos republicanos do país no século XIX, a Venezuela se consolidou como país dependente, dentro da lógica “financeiro-industrial”, que teve como consequência a entrada dos capitais estrangeiros na economia nacional, uma vez descobertas as importantes jazidas de petróleo. Isto significou, em outras palavras, a consolidação da divisão internacional do trabalho que à Venezuela foi designada, isto é: exportadora de energia na forma de matéria-prima: petróleo.

Esta forma, ou tipo de relação centro-periferia proposta por Dos Santos, guarda relação com a tipologia sugerida por Bambirra, e mais, com as características que ela deu aos países como a Venezuela (Tipo B), o que significa que, durante esse período – financeiro-industrial – o país não só percebeu uma entrada de capitais estrangeiros, como também não iniciou um processo de industrialização autóctone capaz de dar resposta às necessidades internas do país. Necessidades que se traduziam em aumento da demanda, uma vez que a distribuição do ingresso petrolero permitira a expansão do consumo nacional.

Já na década de 1940, a tipologia de Bambirra, assim como a fase posterior de Dos Santos, a dependência “tecnológico-industrial”, ficaram evidentes: o capital estrangeiro, sob a forma de investimentos diretos, começa a investir no conjunto das economias regionais e, no caso especial da Venezuela, além de procurar novos nichos econômicos, aprofundou seu controle sob a indústria petrolera, dado o caráter de alta rentabilidade que a mesma lhe oferece.

Contudo, o país conseguiu impor, toda vez que o capitalismo esteve em situações de crise ou desfavoráveis (no período de guerra e pós-guerra, e no começo da década de 1970), a consolidação de estruturas internas favoráveis aos seus próprios interesses, como leis impositivas para as atividades petroleras e estruturas internacionais progressistas, como a criação da OPEP. Isto evidencia por sua vez, o subsídio teórico-metodológico de Marini, ao afirmar que as crises do sistema capitalista abrem oportunidades para os países periféricos formular uma política regional integracionista, e de superação das relações desiguais e de subordinação com os países do capitalismo avançado.

Por outro lado, ainda que o país nacionalizasse as indústrias do gás e do petróleo na década de 1970, como um ato de conquistar a soberania nacional sobre esses recursos, o caráter dependente apareceu uma vez mais, com a inclusão na Lei de Nacionalização de uma janela que permitiu a associação com o capital estrangeiro para o assessoramento nas áreas de comercialização e de tecnologia. Começa assim o pagamento por esses serviços e, portanto, a fuga de capitais, tal como se discutiu no capítulo III.

Até esse momento, no que se refere à indústria do gás, a mesma já tinha consolidado seu caráter complementar na produção petrolera. Embora a política de conservação do recurso iniciasse de forma incipiente antes de 1944, tendo, depois, tomado forma legal e

institucional com a criação da CVP, das indústrias petroquímicas e das indústrias básicas de Guayana, o gás continuava sendo injetado nos poços, emitido, ou queimado.

Só na década de 1990, no contexto dos processos de *Apertura* e implantação das indústrias nacionais, o gás (não associado e *offshore*) é abordado frente à sociedade venezuelana como outro recurso que, além do petróleo, possuía potencial para negócios internacionais. Em 1999 é aprovada e promulgada uma lei específica para os hidrocarbonetos gasosos, a qual abriu possibilidades ao capital privado, nacional ou transnacional, para investir e expandir as atividades produtivas conexas ao recurso.

Entretendo, esta pesquisa partiu do suposto de que, qualquer tipo de expansão da indústria do gás forma parte de um “projeto nacional” que procura a diversificação da economia e a conquista do desenvolvimento, aqui entendido nos termos expostos pela TMD. Por essa razão, se deu especial trato aos atuais projetos formulados pelo governo nacional, com a finalidade de aborda-los desde uma postura crítica.

Através de novos instrumentos legais, apoiados em uma nova constituição nacional, as atividades dos hidrocarbonetos voltam a estar na mão do Estado. Estado que recupera o seu caráter desenvolvimentista, similar às décadas de auge de 1950, 1960 e 1970. Só que desta vez, enfocará seu interesse no mercado nacional – com especial atenção no bem-estar social – e nas relações com outros países, destacando-se os países emergentes e em desenvolvimento.

A contribuição da indústria do gás para o objetivo nacional de atingir “a suprema felicidade social” está na sua capacidade de gerar investimentos em infraestrutura, formação de profissionais, criação de empregos, serviço doméstico para melhorar a qualidade de vida das famílias, investimento sociais e endógenos nas áreas impactadas pelos empreendimentos, e incentivando o uso eficiente dele e outros recursos. Todos esses aspectos estão incluídos no atual projeto de desenvolvimento econômico e social da nação, assim como nos projetos que conformaram a revolução do gás anunciada em 2007.

Desde a perspectiva da política exterior, e especificamente, regional; o atual governo entendeu, em palavras de Marini, que os projetos essencialmente nacionais são insuficientes. Desse modo, se reconhece a importância de desenhar uma expansão da indústria do gás em cooperação e complementaridade com os países da região latino-americana e caribenha. Embora alguns desses projetos não se tenham materializado (como

o GGS), entre outros motivos, pela falta de articulação estratégica e concreta com outras nações produtoras e exportadoras de gás e petróleo do continente. Outro obstáculo é a pouca maturidade dos campos *offshore*, que sendo campos de gás não associado à produção petroleira, apresentam mais versatilidade no desenho e no ritmo da produção e, portanto, grande potencial para alavancar a expansão da indústria do gás para o mercado interno e externo.

Comenta Sánchez (2014) que a expansão da indústria do gás da Venezuela deve partir do entendimento do custo de oportunidade que apresenta essa expansão, já que uma vez ampliada essa indústria, seu impacto sobre outras atividades econômicas, geraria aumento do PIB em nível nacional, assim como aumentaria o número de pessoas empregadas, segurança social, entre outros benefícios.

Na mesma linha, Souza (2014) vislumbra que uma mudança na lógica com que a Venezuela usa seus recursos naturais, isto é, ampliando seu uso dentro das fronteiras nacionais, para estimular atividades industriais, melhorar a vida dos cidadãos, significa uma ruptura com clássica tarefa designada a esse país desde a DIT, exportação de matéria-prima bruta.

Segundo Pinto Junior (2007), a maturidade do mercado de gás é influenciada por diferentes atributos, sendo os principais: (i) o tempo de desenvolvimento da indústria; (ii) a demanda de gás pelos segmentos residencial e comercial, (iii) a extensão relativa da rede de transporte e distribuição.

Assim, se pode confirmar que a penetração do gás no setor doméstico atinge atualmente ao 16,27% dos domicílios venezuelanos, segundo o último censo (2011). Já dados próprios do setor comercial não estavam disponíveis no período em que se realizou esta pesquisa.

É importante que seja planejada a expansão da infraestrutura de transporte e distribuição através da demanda de insumos de origem nacional; assim, seria estimulada uma maior articulação entre as indústrias nacionais, fazendo com que, o crescimento das indústrias básicas e do sector produtor de equipamentos, maquinarias, e outros bens para a produção, estejam em harmonia com as necessidades nacionais. Esse quando representa uma das formas mais eficazes de atravessar o umbral da dependência para Dos Santos.

Como ficou evidente na análise descritiva dos agentes envolvidos na cadeia produtiva do gás, o Estado está presente, e de forma muito marcada, em todas essas atividades. A postura não é de criticar essa realidade, mas de advertir que é necessário criar canais de comunicação permanente entre os diferentes agentes, onde se definam ações concretas, e se avaliem constantemente os resultados que se estariam atingindo.

A eficiência na concretização dos projetos segundo o tempo planejado é fundamental, uma vez que as características físico-químicas dos poços estão em constante mudança, segundo o explicado por Jorge Luis Sánchez, presidente do ENAGAS, instituição que se apresenta com alto potencial de liderar a articulação entre os agentes.

Entretanto, para atingir todo este potencial, o Estado venezuelano terá um grande desafio, uma vez que está presente em todas as atividades da cadeia produtiva do gás. Além disso, domina igualmente os grandes setores consumidores (elétrico, petroquímico, siderúrgico, alumínio, cimento), ou seja, deverá ser ainda mais eficaz no desenvolvimento dos projetos de ampliação, uma vez que terá que assegurar a expansão da capacidade produtiva dos setores consumidores.

Entretanto, entende-se que algumas considerações precisam ser aprofundadas para assim determinar em função de dados e cálculos concretos, qual é o impacto no aumento do PIB nacional de um incremento da indústria do gás natural da Venezuela, assim, saber, qual é a capacidade concreta do gás de substituir a demanda nacional de líquidos, cuja liberalização poderiam se traduzir em mais produtos para exportação.

Todavia, essas futuras análises precisariam ser feitas sob a guia ou com o apoio da TMD, toda vez que, justificativas simplesmente economicistas – como aconteceu na década de 1990 – não têm resolvido os desafios associados ao subdesenvolvimento em países como a Venezuela, e outros da região América Latina. Por tal motivo, espera-se que a operacionalização das categorias da dependência feita neste trabalho, seja útil a futuras pesquisas que possam ser desenvolvidas ao respeito do tema.

VI. REFERÊNCIAS

ARAUJO, O. Caracterización histórica de la industrialización de Venezuela. **Suplemento de la Revista BCV**, v. XXIV, n. 1, 2010. p. 35-56.

ALVAREZ, V. Venezuela: **¿Hacia dónde va el modelo productivo?** Caracas: Centro Internacional Miranda. 2009. 275 p.

BAMBIRRA, V. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Ciudad de México: Siglo XXI. 1974. 180 p.

BANCO MUNDIAL – BM. **Indicadores**: Precio del diésel para el usuario (US\$ por litro). 2015.

_____. **Indicadores**: Precio de la gasolina para el usuario (US\$ por litro). 2015.

_____. **Serie específica de datos**. 2015.

_____. **Venezuela. Datos**. 2015.

BAPTISTA, A. El capitalismo rentístico: elementos cuantitativos de la economía venezolana. **CDC**, Caracas, v. 22, n. 60, 2005.

BARROS, P. S. Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 2, n. 5, 2006. p. 209-237.

BRITISH PETROLEUM. BP. **Oil Prices**. 2014.

_____. **Statistical Review of World Energy 2014**. 2014.

CARDOZO, E. **Cuatro escritos, cuatro momentos**: la política exterior venezolana en la segunda mitad del siglo XX. Caracas: Editorial CEC, SA. Universidad Metropolitana. 2007. 190 p.

CARO, R. A, et al. **La Industria del Gas Natural en Venezuela**. Academia Nacional de Ingeniera y el Habitat. Publicación n. 3. Caracas, 2009. Disponível em: <http://www.acading.org.ve/info/publicaciones/libros/pubdocs/LA_INDUSTRIA_DEL_GAS_NATURAL_EN_VENEZUELA.pdf> Acesso em junho de 2012.

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia**. A contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Edusp. 2010. 264 p.

CLEMENTE L., PUENTE, A. **Choques externos y volatilidad en Venezuela**. Caracas: Corporación Andina de Fomento (CAF). 2001.

CONTRERAS, J., SANTELIZ, A. La necesidad de la industrialización en Venezuela. Banco Central de Venezuela, **Serie Documentos de Trabajo**, nº 145, agosto, 2013.

COSTA, D.; PADULA, R. La Geopolítica de la energía, el gaseoducto del Sur y la integración energética sudamericana. n. 041. **Argentine Center of International Studies**. 2008.

DÍAZ, B. La universidad y el plan de la Nación 2001-2007. **Academia**, v. 2, n. 3, p. 1-6, 2003.

DOS SANTOS, T. **A Teoria da dependência**. balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira. 2000. 175 p.

_____. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável**. As novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. Petrópolis: Vozes. 1993. 144 p.

_____. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho. 2011. 577 p.

FURTADO, C. **Teoria e politica do desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2ª Edição, 1986, 240 p.

GAS EXPORTING COUNTRIES FORUM – GECF. **About us**: mission. 2014.

GARCÍA, G.; CANINO, M.V.; VESSURI, H. Leyes Petroleras en Venezuela como expresión de la ideología política-económica del país: análisis crítico del discurso ideológico de la prensa nacional, 1999-2002. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS SOCIALES DE LA CIENCIA Y TECNOLOGÍA, 8., 2010, Buenos Aires. **Anais**. Buenos Aires, 2010.

HURTADO, J. **Metodología de la investigación**. Guía para la comprensión holística de la ciencia. Caracas: Quirón, Ediciones. 4ª Ed. 2010. 1327 p.

JAHN, F. et al. **Introdução à exploração e produção de hidrocarbonetos**. Série Engenharia de Petróleo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LÓPEZ MARTÍNEZ, R. A. **Venezuela y sus fronteras**. 1999. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/1999/01/08/opi_art_003> Acesso em: jan. 2015.

LÓPEZ SUÁREZ, L. P. **Renda petrolífera**: geração e apropriação nos modelos de organização da indústria brasileira. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Energia – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo Programa de Pós-graduação em Energia, 2012.

MARINI, R. M. Desenvolvimento e Dependência. 1992a. In: Ruy Mauro Marini; Transpadini, R.; Stedile, J. (Orgs.). **Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 292 p.

_____. Memórias. 1992ª. In: Ruy Mauro Marini; Transpadini, R.; Stedile, J. (Orgs.) **Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 292 p.

_____. Sobre o Estado na América Latina. 1991. In: Ruy Mauro Marini; Transpadini, R.; Stedile, J. (Orgs.). **Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 292 p.

_____. **Dos momentos en la integración latinoamericana**. 1993. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/021_integracion_es.htm> Acesso em: jul. 2014.

MARTINS, C. Theotonio Dos Santos: introducción a la vida y obra de un intelectual planetario. In: Francisco López Segrera (Ed.). **Los retos de la globalización**: ensayos en homenaje a Theotonio Dos Santos. Caracas: UNESCO. 1998.

MAYORBE, E. **Juan Pablo Pérez Alfonzo**. Biblioteca Biográfica Venezolana. Caracas: Editorial Arte. 2005. 143 p.

MAZA ZAVALA, D. F. **Metodología macroeconómica**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamérica. 2000. 403 p.

MEDINA SMITH, E. **La fuga de capitales en Venezuela 1950-1999**. Banco Central de Venezuela. Colección Premio Ernesto Peltzer, n° 16. 2005. 235 p.

MELCHER, D. La industrialización en Venezuela. **Economía**, v. 10, 1995. p. 57-89. Disponible em: <<ftp://iies.faces.ula.ve/Pdf/Revista10/Rev10Melcher.pdf>> Acesso em: maio 2013.

MENDIBLE, A. Venezuela: su tránsito elíptico en el destino histórico sudamericano y el rol moderado del Brasil en el presente. In: DO CARMO et al. (Orgs.). **Relações Internacionais. Olhares Cruzados**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2013. 239-278 p.

MERCEDES, S.S. **Análise comparativa dos serviços públicos de eletricidade e saneamento básico no Brasil** – ajustes liberais e desenvolvimento. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Energia – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, 2002.

MOMMER, B. **Renta petrolera y distribución de ingreso**. Venezuela 1920-1989. 1990. _____ **Petróleo Subversivo**. 2003. Disponible em: <<http://www.pdvsa.com/interface.sp/database/fichero/article/524/1.PDF>> Acesso em: jul. 2014.

ODDONE, C; GRANATO, L. Los nuevos proyectos de integración regional vigentes en América Latina: la Alternativa Bolivariana para Nuestra América y la Comunidad Sudamericana de Naciones. **Revista Tendencias**, v. 8, n. 1, 2013.

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA DE ENERGIA – OLADE. **Políticas de Subsidio a los combustibles en América Latina**: el precio del GLP. 2012.

PALAZUELOS, E. (Org.). **El petróleo y el gas en la geoestrategia mundial**. Madrid: Editorial AKAL. 2008. 558 p.

PÉREZ ALFONZO, J. P. **Hundiéndonos en el excremento del diablo**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana. 2009. 355 p.

PETRAS, J. **Imperialismo y resistencia popular**: la gran confrontación del siglo XXI. Mérida: Ediciones Cooperativa Despertar Digital. 2003. 230 p.

PETROBRAS. **Programa de Massificação do Uso do Gás Natural no Brasil**. 2004.

PETRÓLEOS DE VENEZUELA SOCIEDAD ANÓNIMA – PDVSA. **Filiales**. 2005a.
_____. **Gasoducto Transcaribeño**. Tramo Antonio Ricaurte. 2005b. Disponível em:
<<http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/mapas/gasoducto.tpl.html>>
Acesso em: ago. 2014.

_____. **Informe de Gestión Anual 2006**.

_____. **Informe de Gestión Anual 2009**.

_____. **Informe de Gestión Anual 2010**.

_____. **Informe de Gestión Anual 2012**.

_____. **Informe de Gestión Anual 2013**.

_____. **PDVSA Gas**: reseña histórica. 2005a.

_____. PDVSA Gas. **Venezuela potencia gasífera**. impacto del gas en el desarrollo nacional. 2010. Disponível em: < <http://www.venezuelagas.net/documents/Sargas-2011-03.pdf> > Acesso em: jun. 2013.

PINTO JUNIOR, H. Q. (Org.) **Economia da Energia**. fundamentos econômicos, evolução histórica, e organização industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PRADO, F. Vânia Bambirra e o marxismo crítico latino-americano. **REBELA**, Vol. 1, nº 1, Juno 2011.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y alguno de sus principales problemas**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 1949, 64 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Conceitos: **O que é Desenvolvimento Humano**, 2012.

REPSOL, **Tabla de conversiones y glosario de términos**. s/d. Disponível em: <http://www.repsol.com/imagenes/es_gl/tabla%20de%20conversiones%20y%20glosario_tcm10-394029.pdf> Acesso em: out. 2014.

RODRÍGUEZ ARAQUE, A. La Reforma Petrolera venezolana de 2001, **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 8, n. 2, mayo-ago., 2002, p. 189-200.

RODRÍGUEZ, H., ECHEVERRÍA, P., VERA, J. V. El tratado modificado de reciprocidad comercial entre Venezuela y los Estados Unidos. **Estudios Internacionales**, 1972, p. 91-102. Disponível em: <<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/REI/article/viewFile/17697/19634>> Acesso em ago. 2014.

SAMPAIO JR., P. Origem e desdobramento da crise da teoria do desenvolvimento em América Latina. **Economia Paulista**. Vol. 13, nº 1-2, p. 196-202, Jan-Jun. 1999.

SÁNCHEZ, J.L. **Entrevista** [elaboração própria]. 2014. (Ver Apêndice VII.1)

SAUER, I.L.; AMADO, N.A.; MERCEDES, S.S. **Energia, recursos minerais e desenvolvimento**. AEPET 50 anos pelo Brasil, Petrobrás, e seu corpo técnico. 1ª Ed. Rio de Janeiro: AEPET, 2011, v. 1, p. 382-387.

SEABRA, R. O Capitalismo dependente latino-americano 40 anos depois. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, nº 2. Maio/Agosto 2013.

SENA, M. F. **Retorno Sobre Investimento Energético (EROI) da cadeia produtiva do petróleo extrapesado venezuelano**. Tese (doutorado) - Programa de Planejamento Energético, UFRJ-COPPE, 2013.

SEVERO, L. W. **Economía venezolana (1899-2008)**: la lucha por el petróleo y la emancipación. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2009.

_____. Sembrando el petróleo: la economía venezolana 1999-2008. **Suplemento Desde Abajo**. Febrero – Marzo 2009.

SOUZA, N. A.; SILVA, L. A teoria da dependência e as novas formas de integração na América Latina: o caso da ALBA. In: CONGRESO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGÍA 'CRISIS Y EMERGENCIAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA', 29. ; CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 29., 2013, Santiago do Chile: **Acta Científica**. ALAS, 2013. v. 1.

SOUZA, N. A. Progresso técnico, indústria de base e trabalho. In: RIBEIRO, F.; SILVA, M.; MARQUES, A. (Orgs.). Trabalho, técnica e mundo: perspectivas e debates. Universidade do Minho: Edições Húmus, 2012.

_____. **Entrevista** [elaboração própria] 2014.

VANBIERVLIET, S. El proyecto regional bolivariano y las consecuencias de la muerte de Hugo Chávez para América Latina. **Agenda Internacional**, v. 20, n. 31, p. 9-30, 2014.

VENEZUELA. ASAMBLEA NACIONAL. **Plan de la Patria**: segundo plan socialista de desarrollo económico y social de la nación, 2013-2019. 2013. Disponível online em <http://www.asambleanacional.gob.ve/uploads/botones/bot_90998c61a54764da3be94c3715079a7e74416eba.pdf> Acesso em: maio 2014.

_____. Ente Nacional del Gas – ENAGAS. **ENTREGAS**, publicación trimestral, 2007.

_____. Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual (**IAEDPG**). **Fundamentos Filosóficos de la Nueva Integración del Sur**. Caracas: Ediciones del IAEDPG, 2007.

_____. Industria Venezolana de Cemento. **Quienes somos**. 2014.

_____. Instituto Nacional de Estadísticas – INE. **Síntesis estadística de pobreza e índice de desigualdad. 1er Semestre 1997 – 1er Semestre 2011.** 2011

_____. **Viviendas con servicios de gas directo, según entidad federal, municipios y parroquias, Censo 2011.** 2011. Disponible em: <http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=95&Itemid=26> Acesso em: jun. 2014.

VENEZUELA. ASAMBLEA NACIONAL. **División político territorial de la República Bolivariana de Venezuela, con fines estadísticos.** 2013a.

_____. **Dinámica demográfica y pobreza, censo 2011.** 2013b.

_____. **Índice de desarrollo humano, 1980-2013.** 2014.

_____. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información – MINCI. Dirección de Comunicaciones Presidenciales. **Aló Presidente**, programa 294, n. 98. 19 de Septiembre de 2007.

_____. Ministerio del Poder Popular para la Educación Superior, Ciencia y Tecnología – MPPECT. **Libro de oportunidades de estudios Universitarios 2014.** 2014. Disponible on-line em: <<http://loeu.opsu.gob.ve/vistas/index.php#3>> Acesso em: dez. 2014.

_____. Ministerio del Poder Popular para Petróleo y Minería – MPPPM. **Petróleo y otros datos estadísticos (PODE) 2003.** Caracas, 2003.

_____. **Petróleo y otros datos estadísticos (PODE) 2009-2010.** Caracas, 2010.

_____. **Petróleo y otros datos estadísticos (PODE) 2011.** Caracas, 2013.

_____. Ministerio del Poder Popular de Planificación – MPPP. **Presupuesto y Memoria y Cuenta, 2010-2013.** Caracas, 2013

_____. Universidad Bolivariana de Venezuela – UBV. **Programa de formación de grado en Gas. s/d.** Disponible em: <<http://www.ubv.edu.ve/pfg-gas>> Acesso em jan. 2015.

VENEZUELAN GAS PROCESSORS ASSOCIATION – AVPG. **History, mission & Strategic**. 2013. Disponível em: < <http://www.venezuelagas.net/>> Acesso em: jan. 2013.

ZAMORA, A.; RAMOS, J. Las actividades de la industria petrolera y el marco ambiental legal en Venezuela. Una visión crítica de su efectividad. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 51, n. 1, 2010. p. 115-144.

VII. APÊNDICE

A. Entrevista a Jorge Luis Sánchez.

A seguir, apresenta-se a transcrição (original em espanhol) da entrevista realizada ao presidente do *Ente Nacional del Gas* – ENAGAS⁶³, Jorge Luis Sánchez, no dia 28 de julho de 2014 na cidade de Caracas.

Ao longo da entrevista, discutiram-se temas referentes à indústria do gás natural na Venezuela, como: (i) aspectos históricos e atuais da indústria do gás e petróleo, (ii) usos do gás, (iii) transporte e distribuição de gás, (iv) principais projetos de investimento e ampliação da indústria do gás, (v) a política de preços e tarifas, (vi) custo de oportunidade do desenvolvimento do gás, (vii) projetos de integração energética regional, entre outros temas.

JL: Entrevistado – Jorge Luis Sánchez.

P: Entrevistador – Pablo José Carrizalez Nava.

P: Estoy usando como marco teórico referencial en mi investigación, la Teoría Marxista de la Dependencia, que busca romper relaciones de subordinación con los países centrales-hegemónico. Bajo ese paradigma, es que investigo el desarrollo de la industria del gas natural en Venezuela. Podría por favor, explicarme los aspectos más relevantes de esa industria actualmente.

JL: Efectivamente Venezuela tiene inmensas reservas de gas, actualmente tenemos 194 TCF⁶⁴, de las cuales aproximadamente 83% es gas asociado a la producción de petróleo, tenemos entonces el siguiente panorama: muchas reservas asociadas a la capacidad de producción de la Industria de Petróleo (IP).

También hay un importante factor que es el siguiente: parte de ese gas producido es utilizado en la propia producción de petróleo, porque cualquier yacimiento viene siendo una composición de petróleo, agua, y gas; y dependiendo de la relación gas/petróleo, se puede considerar un yacimiento de gas libre, o de petróleo con gas asociado.

¿Qué ocurre con los yacimientos de petróleo? Ellos tienen una presión natural dentro del yacimiento, que viene dada por el gas asociado que está comprimido, y las temperaturas y volumen

⁶³ O Ente Nacional do Gás (como seria sua tradução) é, de acordo com a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos Gasosos de 1999, um organismo descentralizado, com autonomia funcional, administrativa e técnica, adjunto ao Ministério do Poder Popular do Petróleo e Mineração da Venezuela. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento da indústria do gás em todo o território nacional. O ENAGAS também tem competência de regulador, similar a Agencia Nacional de Petróleo, Gás Natural, e Biocombustíveis (ANP) do Brasil.

⁶⁴ Trilhões de pés cúbicos.

que hay ahí dentro, generan unos niveles de presión. Con el tiempo los niveles de presión se van perdiendo, entonces empieza perder presión el yacimiento, y empieza a caer o declinar la producción del petróleo.

¿Cómo se mantendría esa tasa de recobro? Hay que tratar de mantener la misma presión original del yacimiento. Existen varias formas para mantener la presión, dependiendo de las características específicas de cada yacimiento. Una de ellas tiene que ver con la inyección del gas natural, otra pudiera ser la inyección de nitrógeno, agua, o vapor; todas ellas permiten mantener la tasa de recobro. ¿Cuál sería en el caso venezolano la más barata? La inyección de gas. Hacer cualquier otra inyección implica hacer una inversión adicional, tendrías que tener fuentes alternas de agua en cantidades suficientes, y tener un bombeo con presión suficiente, lo cual implica consumo mayor de energía. Si vas por la opción de nitrógeno, también hay que hacer inversiones importantes. También, otra opción posible es la inyección de CO₂ (Dióxido de carbono). Pero esos dos componentes aumentan los niveles de contaminación, por lo que, tendría que hacerse una inversión para ir retirando esos contaminantes. Por eso en el caso particular de Venezuela, hay un altísimo volumen, casi el 78% del gas que se produce, se destina para la propia IP.

P: ¿Qué otros destinos tiene ese gas natural que consume la IP, además de la inyección?

JL: Además de la inyección, se le suministra también a la petroquímica, a las refinerías, y también como energético para la generación eléctrica para la propia IP.

Lo demás, un 22-23% restante aprox., se entrega al mercado interno. Te doy porcentajes porque en este momento no recuerdo las cifras exactas.

Tenemos entonces más o menos eso, alrededor de 2300 - 2400 MMPC⁶⁵ que se destina para el mercado interno, es decir, para la generación de energía eléctrica, para la industria siderúrgica, la industria de aluminio, la industria de cemento, la industria del vidrio, la industria química; los sectores de manufactura (producción de cal p. ex.), el sector petroquímico (fertilizantes, resinas, etc.).

Otro dato importante tiene que ver con que el gas tiene tres usos fundamentales:

- 1.- Como materia prima, básicamente tiene que ver con la industria química, y petroquímica.
- 2.- Otra, tiene que ver con el gas como insumo. Por ejemplo, en la industria siderúrgica se utiliza el gas como un insumo para la reducción de metales,
- 3.- y la otra tiene que ver como fuente primaria, para la generación de energía eléctrica, generación de calor, generación de vapor.

Generalmente cuando la gente habla de Desarrollo Social desde el punto de vista del gas, casi siempre tiende a verlo con el tema del consumo residencial. Gas para cocción, para calentadores, para secadoras, para aires acondicionados, es decir, para darle confort al ambiente. En mi criterio, me parece que eso es lo menos importante del gas.

Si uno tuviera alternativas distintas, el gas a mi juicio debería usarse fundamental para apalancar el Desarrollo Económico del país. Es más, te doy un dato bien importante: el gas tiene un mayor impacto sobre el PIB que el petróleo. El petróleo nos produce divisas, lo que nos permite importar de todo, eso ha sido digamos “el dolor de cabeza” de los últimos 70-80 años, en la medida en que hemos venido produciendo petróleo dentro de todo este reacomodo mundial que se vivió a raíz de la

⁶⁵ Milhões de pés cúbicos.

Segunda Guerra Mundial, a nosotros nos fueron asignando una tarea que fue la producción de energía, la producción de petróleo; cada día se generaba mayor dependencia con respecto a la renta. De hecho hay un dato también importante: se generaron alrededor de cuatro (4) devaluaciones del Dólar, y Venezuela no devaluó en su momento la moneda nacional (el Bolívar, Bs.), ese es uno de los aspectos importantes para entender porque el Bolívar se fue apreciando en el tiempo con respecto al Dólar estadounidense; y bueno, se fue haciendo mucho más barato importar que producir en el país. Fue creciendo una inflación interna con relación a la economía mundial que dependía del Dólar; y la gran mayoría de los países, casi todos, en su momento, cuando se devaluó el Dólar, devaluaron su moneda. Entonces esa es una enfermedad que tenemos nosotros, desde aproximadamente el año 38, y se fue acumulando alrededor de las distintas devaluaciones que se han venido generando. Entonces básicamente el petróleo nos permite eso: producir divisas.

Ciertamente la IP también tiene algunos derivados: de ahí se produce la gasolina, el diesel, el *fuel-oil*, el *jet-oil*, se producen lubricantes, una gran cantidad de cosas muchos de ellas no las producimos en el país, nuestros niveles de refinación no dan para una gran cantidad (de todos estos derivados) porque evidente nuestro papel asignado fue precisamente el de la producción de energía, fundamentalmente a través de la producción de petróleo, entonces con esas divisas importamos de todo.

[...]⁶⁶

¿Qué ocurre con el gas? El gas impacta, a diferencia del petróleo, una gran cantidad de sectores de la economía. Como te comentaba anteriormente:

- el gas es utilizado como materia prima, como insumo, como energía, en el sector petroquímico, eléctrico, cemento, siderúrgico, aluminio, vidrio,
- en la industria turística, porque cuando tienes hoteles abastecidos con gas, puedes al mismo tiempo generar vapores para agua caliente, aire acondicionado, y eso es más barato que la electricidad.
- También permite, en el caso de lugares donde existe grandes reservas de agua salada y no de agua dulce, como en el caso de la Isla de Margarita, tener plantas desalinizadoras y potabilizadoras de agua.
- Permite la conservación de alimentos, sirve para la industria agroalimentaria, para la industria metalmecánica,

En suma, te impacta distintos sectores de la económica. En la medida en que nosotros desarrollemos nuestras reservas, y con la instrucción del Plan de la Patria, un legado del Presidente Chávez, donde dejó el desarrollo de una gran cantidad de fábricas y empresas, de tractores por ejemplo, donde es necesario la generación de energía, pero también es necesario la fundición – de chatarra –, industria de la cerámica, te impacta la infraestructura por lo tanto...

P: Así se evita la importación de tantos productos...

JL: Exactamente. (*Explicación con el mapa*) Fíjate lo siguiente, estos son nuestros sistemas de transporte que tenemos actualmente: (*las líneas verdes continuas*) que va desde Anaco hasta Puerto Ordaz, posteriormente tenemos desde Anaco hacia la zona de Puerto La Cruz, Anaco a Altagracia; de Altagracia para el sistema de Distrito Capital; de Altagracia a Barquisimeto; y está el sistema de

⁶⁶ “[...]”: Momentos da gravação que não puderam ser transcritos por interferências, ruídos, etc.; assim como argumentos que não respondiam ao interesse do entrevistador.

interconexión de Oriente con el Occidente, y la zona de Falcón hasta llegar a... Si observas es el Eje Centro-Norte Costero.

Pero en todo el país, a pesar que es donde tenemos las grandes reservas de gas importantes, fíjate: en la zona del Guárico, en Cojedes, Anzoátegui y Monagas – es en el sur de estos estados donde están las reservas de gas – no hay un desarrollo. Tenemos un problema con el desarrollo territorial. Nuestras grandes reservas para la producción de alimentos, donde tenemos hierro en la Zona Sur, no se ha desarrollado, es decir, nosotros tenemos que desarrollar esas zonas, y eso también lo dejó plasmado el comandante Chávez en el I Plan Socialista, que es el desarrollo de los Ejes:

- Centro-Norte Llanero, donde están todas estas regiones intermedias del país. Fíjate, si nosotros pasamos por ahí nos encontramos con una gran cantidad de ciudades intermedias importantes como Valle de la Pascua, Chaguaramos. Aquí hay proyectos importantes de producción agrícola. San Carlos, Turmero, la parte sur de Aragua, Carabobo y Cojedes. Todos esos Estados (regiones intermedias) no tienen gas natural, ahora es que se están desarrollando los gasoductos,
- Orinoco-Apure, que tampoco (tiene gas natural), a pesar de que la FPO, que es la reserva de petróleo más importante del mundo, ahora es cuando se están haciendo los proyectos para el desarrollo de todos los gasoductos que se requieren para todo lo que tiene que ver con el suministro de gas a toda esa zona, y parte de Apure. Nuestras reservas de agua están ahí, sin energía evidentemente no hay desarrollo. Como podrás ver, sólo tenemos energía eléctrica en todo lo que es, digamos la zona sur del país en el Eje Centro-Norte Llanero y en el Eje Orinoco-Apure, no tenemos suministro de gas.

Evidentemente si no tienes energía, si no tienes servicios, nunca vas a tener desarrollo. Hay que hacer todas las inversiones necesarias en infraestructura, no sólo para producir el gas, que se están adelantando proyectos importantes en la Plataforma Deltana (PD), en la Mariscal Sucre, en la Rafael Urdaneta (PRU). Para este año deben incorporarse 150 MMPC de la PRU, y también 300 MMPC correspondientes de la PD. Nosotros para el 2018 deberíamos estar incorporando aproximadamente unos 1300 MMPC, pero tenemos un problema: que el crecimiento de la infraestructura no lleva el mismo ritmo de los proyectos. Tenemos un déficit importante en lo referente al desarrollo de esa infraestructura para el aprovechamiento.

Por supuesto, una vez que tienes la energía disponible, fundamentalmente el gas que tiene los tres componentes, tienes la posibilidad de activar lo que es desarrollo endógeno, activar un conjunto de fuentes alternativas en la economía, eso tiene un impacto importante en la generación de empleo; y además tiene un impacto importantísimo en la generación incluso de impuestos municipales, que le permitiría – a los Municipios – incrementar enormemente la recaudación de los impuestos municipales, que tenga menos dependencia del situado municipal que da el Estado Venezolano, y le permite también hacer inversiones para poder ellos cubrir parte de la demanda social de sus ciudadanos. Entonces, el gas tiene una importancia mucho más de lo que tiene que ver...

También tiene que ver con en el sector comercio. No es lo mismo tener unos hornos eléctricos para las panaderías, para las tintorerías que utilizan secadoras, que trabajar con equipos a gas que es más barato, y reduce los costos.

Diría entonces que eso es lo más importante que tiene el gas, más allá del uso doméstico. Así, realmente, nosotros estamos apuntando a un verdadero desarrollo social, porque estamos generando la posibilidad de diversificar la economía, y esa es la única manera de reducir y acabar con la

economía rentista. No hay posibilidad, o serían muy remotas las posibilidades de nosotros dar al traste con esa economía rentista, si no tenemos un desarrollo importante de la Industria del Gas (IG). Eso es lo más importante que tiene que ver el gas con el punto de vista social.

Lo demás son cuestiones que te permiten tener una vida mucho más cómoda, porque tienes el gas como un servicio público, disponible las 24h del día, que no va a depender de que si el camionero llevó la bombona o no, etc., te llega de forma continua; y las reservas que tenemos en el país, nos pueden dar digamos, un suministro de gas continuo por los próximos 80 años.

P: ¿Pero en los niveles actuales de consumo, o ya hay una proyección de aumento?

JL: Con una producción mucho mayor, porque fíjate, nosotros no sólo hacemos el balance de la producción de gas, sino que se hace también el de la demanda, y eso es lo que se llama el balance del gas. Ese balance lo hacemos nosotros tomando en cuenta los distintos proyectos, tanto públicos como privados, de producción industrial en el país. Los sectores que más consumen son: el sector eléctrico y el sector petroquímico, después viene las industrias manufactureras.

En zonas del Estado Portuguesa, hay zonas industriales como la de Acarigua, Araure, y Guanare, donde se básicamente se alimentan es con diésel y GLP, que además es sumamente costoso. Por eso es que al país como tal, que es el dueño del recurso, le es sumamente costoso esas zonas industriales donde no contamos con el gas. ¿Por qué? Porque tenemos entonces que consumir líquidos.

El consumo de combustibles líquidos en el país es sumamente alto. No diría que son subsidiado, sino más bien regalados. Un barril de diésel debe estar ahorita más o menos, como alrededor de US\$ 130,00

P: ¿En el mercado internacional?

JL: En el mercado internacional. Pero como nosotros lo consumimos internamente, no sale alrededor de US\$ 8,00. Imagina los niveles de perdida que tenemos, al igual que con la gasolina. Entonces, si nosotros logramos abatir el déficit de gas que ronda los 1800 MMPC pudiéramos reducir,

P: ¿Eso, disculpe, sería diario?

JL: Si, MMPC diarios. Podríamos reducir, por lo menos en 500 mil b/d de diésel. Multiplica eso por US\$ 120-130 aproximadamente para que veas la cantidad de dinero que nosotros podemos inyectarle a la economía del país. Además de que nos dispara distintos sectores de la economía, nos permite desplazar el consumo de líquidos, que en el país prácticamente no tienen valor alguno, para exportarlos, lo que nos permitiría aproximadamente, un 30-25% de inyección de divisas a la economía nacional. ¿Te imaginas? Estamos hablando de aproximadamente unos US\$ 20.000 millones anuales inyectados la economía nacional, pero además generamos distintas fuentes de trabajo, distintas fuentes de riquezas, apalancando el desarrollo nacional. Ese sería el verdadero valor de una expansión del uso del gas, sería una mejoría en la calidad de vida porque tenemos:

- diversificación de la economía,
- podemos reducir los costos de producción nacional,
- podemos liberar volúmenes importante de líquidos para la exportación, y al mismo tiempo,
- generamos fuentes de trabajo. Podríamos tranquilamente, con un desarrollo planificado de todo los sectores de la economía, llegar a un nivel de desempleo “facilito” de 3%.

Hace aproximadamente 4 años fui al Municipio Pedernales – Edo. Delta Amacuro – el cual está ubicado en la desembocadura del río Orinoco. Fui, además de misión de trabajo, en “misión de

paseo” - risas -, pero sin embargo comienzo a preguntar, porque parte de las cosas que se estaban haciendo era inspeccionar el “desarrollo social” a cargo de PDVSA, quien estaba construyendo un CDI, entre otras obras; y entregando bolsas de comida. Me pregunte ¿Por qué aquí hay tantos problemas?

- Después noté, que hay alrededor, estimando, cerca de unas 30-40 hectáreas de coco, y si existe ese potencial, ¿Por qué no se desarrolla? Me respondieron que por ser una zona muy cercana a la Amazonia, muy húmeda, por lo cual, parte del coco que se pone a secar se pierde, es decir, existe un importante nivel de pérdida, entre un 15-20% de la producción de dañaba.
- Ahí también se producen unos langostinos grandísimos, entonces pregunté el por qué no se generaba una pesca en mayor cantidad; por el tema de la conservación de los alimentos, ya que sale muy costoso llevar el hielo desde la zona de Tucupita, es decir, los costos eran elevados.

En ese momento recordé que ahí cerca tenemos la Plataforma Deltana, que ya se había hecho la perforación de algunos pozos, y había un mechurrio quemando cerca de 5 MMPC. Cuando yo me traje la información de que ahí se llegaron a producir 600 hectáreas de coco, empezamos a investigar, y que con el coco nada más se podía reducir el desempleo local a cero. De la concha del coco se producen cojines, incluso para asientos de avión; de la corteza, que es la parte dura, se produce carbón sintético; y de lo que es la parte de la copa, se extrae el coco para la producción farmacéutica, y para la industria cosmética.

- Otro elemento es que en las casas había canales de zinc para recoger el agua en pipotes para el consumo personal, pregunté que por qué si existe servicio de agua canalizado no sirve para el consumo humano; y me dijeron que el agua era muy salobre.

Pero si tenemos suficiente agua en esta zona, y tenemos el gas ahí, se pueden montar plantas desalinizadoras y potabilizadoras, e incluso, plantas de tratamiento, y allí nosotros podríamos generar también grandes cavas para el almacenamiento y conservación de pescados y langostinos. Entonces desarrollabas y activabas también otras fuerzas productivas bien importantes, que además se podría explotar desde el punto de vista turístico.

P: ¡Tremendo diagnostico el que hicieron!

JL: Si, me fui de paseo y lo que me traje fue las posibilidades de generar grandes proyectos. Porque es el tema, cuando uno se mete en el tema del gas, uno se mete con tanta pasión, que donde llegas, inmediatamente ves cuales son las potencialidades económicas de la zona, entonces te imaginas que puede hacerse con el gas. Por ejemplo, si se tiene importantes cantidades de piedras calizas puedes montar cementeras, puedes producir cal, puedes incluso puedes alimentar los hornos para las cascaleras, puedes implementar industrias de cerámica, artesanía, en lugar de usar leña.

Nosotros en una oportunidad hicimos un estudio, cuando estábamos con el proyecto del Gran Gasoducto del Sur (GGS), se observó el excesivo consumo de leña en la zona sur de Brasil. Claro no tienen gas entonces nosotros decíamos, porque una de las políticas que se hacía era que se iba a impactar la Amazonia con la construcción de GGS, mira, se puede impactar alrededor de una franja de aproximadamente 50 m a lo largo del camino, pero eso es mientras estás construyendo el gasoducto, luego esa franja puede reducirse a unos 4 m para hacerle mantenimiento. Pero podrías entonces reducir el consumo de árboles que se talan en toda esa zona para la obtención de leña para la generación de energía eléctrica, para cocción, para la producción industria, etc. Así que realmente

el gas podía, lejos de afectar la Amazonia, haber salvado miles de hectáreas; creo que en su momento, había cerca de 149 mil hectáreas que se salvarían en la Amazonia, ósea, tiene una importancia enorme.

Y desde el punto de vista ambiental también, porque es uno de los energéticos, del punto de los hidrocarburos, de menor impacto para el ambiente. Eso nos pudiera ayudar a reducir el impacto sobre el Cambio Climático; porque con el gas, en la medida que nosotros por ejemplo, tengamos una red ferroviaria, eso reduciría el impacto del transporte en gandolas, tendríamos también – lo que se está haciendo ahora – una gran cantidad de sistema de transporte público, autobuses a gas.

Diría entonces, en resumen, que esos son los elementos fundamentales que el gas pudiera agregar al desarrollo social, tiene que ver con calidad de vida, tiene que ver con generación de empleos, tiene que ver con diversificación de la economía, tiene que ver con la liberación de líquidos para la exportación. Nosotros actualmente tenemos un consumo en exceso de 500 mil barriles, que pudiéramos perfectamente estar exportándolo a US\$ 100,00 -130,00; en lugar de estar quemándolo aquí a US\$ 8,00.

P: En Venezuela, ¿Cuál es el costo de producción de un barril de petróleo aproximadamente?

JL: El costo de producción debe estar aproximadamente como en US\$ 9,00.

P: ¿Eso incluye los crudos de la Faja Petrolífera del Orinoco (FPO)?

JL: Cuando le incluyes los costos de refinación, transporte, etc... en términos generales viene quedando el costo entre US\$ 20,00 – 25,00.

P: Aun así existe un excedente bastante grande...

JL: Imagínate. No sólo es que lo consumismo a un precio menor, en comparación con el precio que se vende en el mercado internacional, sino que además lo pagamos por debajo de sus costos. Entonces realmente cuando haya la suficiente consciencia sobre ese tema, nosotros podremos darnos cuenta, que además de producir petróleo para la generación de divisas, nosotros haríamos una gran inversión y apostaríamos fundamentalmente al desarrollo del país.

Hay quienes piensan que el gas es básicamente para generación de energía, pero es mucho más porque te permite impactar en la economía. Es mucho más difícil alcanzar un desarrollo endógeno, porque no es casualidad que donde hay un desarrollo industrial sea en las zonas donde se cuenta con el gas. Fíjate, estamos hablando de los Estados Monagas, Anzoátegui, parte de Miranda, Distrito Capital, Aragua, Carabobo, Lara, Falcón, Zulia, y por supuesto Bolívar, que tiene un gasoducto que suministra a las industrias del hierro y del aluminio.

P: ¿Y los insumos para ese aumento de la red de gasoductos sería importados, o tenemos una producción nacional?

JL: La producción nacional es relativamente poca, y hay unos tubos, que son los “tubos sin costura” que son los que se utilizan para los gasoductos, no se producen en Venezuela. La producción es muy poca. Hace muchos años aquí se trajo toda la maquinaria para la producción de esos tubos, pero como tuvimos digamos ese proceso de privatización todo esos se guardó, no se instalaron, y ahora es cuando se está apuntalando para la producción de tubos sin costuras. Sin embargo, parte de esos tubos se producen en China, Brasil, Singapur... sin embargo, aquí sí se puede hacer digamos parte de las tuberías para las redes de distribución, que son tubos más pequeños.

P: Estuve leyendo justamente sobre la producción en el país de “tubos de polietileno...”

JL: Tubos de polietileno de alta densidad, de esos si digamos hay una producción aquí en Venezuela.

P: ¿Y ellos son para las redes de distribución?

JL: Si, para las redes de distribución tanto industrial, como para las redes de distribución doméstica. Son tubos que van desde 6" (pulgadas) hacia abajo. Las presiones que se manejan en el gas, entre digamos "0, y algo" – para no decirte presión 0 porque no tendría sentido – hasta 80 libras de pulgadas manométricas, funcionan las redes de distribución; entre 80 y 350 funcionan las redes de distribución industrial, y entre (a partir de 350) 350 – 900 libras por pulgadas manométricas son redes de transporte; puedes también tener 1200 libras, pero ya esas son presiones de redes de transporte.

Nosotros necesitamos, no sólo, desarrollar gasoductos y redes de distribución, sino que también, debe haber un plan informativo a los distintos sectores de la economía, públicos y privados. Muchos gobernadores y alcaldes desconocen las bondades del gas para apalancar la economía de su región. Ese un tema que hemos tenido que trata, porque las comunidades, en la medida que tengan mayor información, y que puedan contar con la disponibilidad de ese recurso, pueden tener desde pequeño proyectos, hasta grandes proyectos.

Realmente diría que el gas también tiene una importancia desde el punto de vista geopolítico. Cuando nosotros hablamos del tema de la integración suramericana, llevar buques de líquidos para Suramérica, tendríamos bien que dar la vuelta por la zona del Atlántico-Brasil, o por el canal de Panamá. Lo haríamos con gasoductos y redes con energía eléctrica con generación a gas. Entonces está atado fundamentalmente a la generación eléctrica y a la construcción de gasoductos.

Lo mismo con Centroamérica. Si nosotros incluso, logramos una producción importante de gas que permita también abastecer a los países del Caribe, o reducir el suministro de crudo así como de otros líquidos; y llevarles en cambio gas, nos reduce los costos, y nos permite también llevar ese petróleo a países con mayor capacidad de pago, y a los países del Caribe se le brinda entonces un energético mucho más barato.

Hay un gasoducto en estudio, que entiendo está estancado por razones políticas, que partía de ampliar el gasoducto que se construyó entre Venezuela y Colombia, para conectar con Panamá, Costa Rica, y llevarlo hasta los límite del Guatemala, es decir, todo lo que es Centroamérica. Son muchos de esos países integrantes de Petrocaribe, al que le damos condiciones de pago preferenciales por el petróleo, sería mejor llevarle un energético más barato. Se hizo un estudio en ese sentido de visualización, pago por Venezuela, donde se evaluó, entre otros aspectos, las posibles rutas, coordenadas... eso costó US\$ 8 millones. El gobierno de Uribe puso todas las trabas posibles para que eso no avanzara; Panamá mostró poco interés, prefiriendo incluso tener que estar pagando crudos, cuando pudieran generar electricidad con un energético mejor, que sería por lo menos un 70% más barato en comparación con los derivados del petróleo...

P: Problemas políticos trabando proyectos de integración energética...

JL: Si, trabando el desarrollo de sus propios pueblos. Entonces nos quedamos con ese estudio, esperamos que algún día se retome porque sería bien importante para los países de Centroamérica, y para la economía venezolana también, porque esos nos permitiría reducir los volúmenes de crudos que entregamos en condiciones especiales de financiamiento a los países de esa región.

En el caso del Caribe sería a través de buques metaneros para llegar a las distintas islas, (que contarían) con plantas de regasificación...

P: Estaríamos hablando entonces de transporte de GNL (gas natural licuado)...

JL: GNL ó gas natural comprimido (GNC). Preferiblemente el comprimido, porque es precisamente el metano comprimido más barato que la licuefacción. Eso nos permite reducir costos, y más viabilidad para llevar adelante esos proyectos.

Eso es un poco en lo que podríamos resumir a groso modo el tema de la importancia del gas en el desarrollo social...

P: Me ha respondido hasta ahora varias de las preguntas que le traía. Pero volviendo al tema que mencionó hace poco, que llama mucho mi atención, el GGS, ¿ese proyecto paró definitivamente o aún está en estudio?

JL: Diría que en materia energética los proyectos no mueren de un todo, eso lo ha demostrado digamos... Hubo países donde hubo proyecto petrolero, cuando el petróleo estaba entre los US\$ 8,00 – 40,00; que no pudieron desarrollarse porque sus costos de producción eran muy elevados, no había incentivos. También está demostrado, porque la tasa de consumo de petróleo en el mundo es mucho mayor a la tasa de incorporación de nuevas reservas; eso significa digamos que el petróleo, si continua esa relación, poco a poco se va acabar. Entonces diría que, cuando económicamente llegue el momento que tenga que ver con los niveles de producción de energía en Brasil, sobre todo en el Norte de ese país, entonces creo que en ese momento se empezará a reconsiderar el proyecto. En estos momentos, Brasil consiguió importantes reservas de gas, y también, unas reservas que eran muy costosas en su momento para desarrollarlas, pero al precio del petróleo actual esa situación cambió. Pienso que con el tiempo ese gasoducto va a tener una importancia. De hecho, se creía incluso que la idea era llevar eso hasta Argentina, y realmente no, la idea era interconectar todo eso; porque en América hay países que no tienen los niveles de reservas que tiene Venezuela, pero si tienen reservas importante para ayudar en esa zona como es el caso de Bolivia, Perú, que también tiene una producción importante de gas. Bueno, la idea era digamos, bajo el principio de la complementariedad, complementar con ese gasoducto todas interconexión entre países.

Pero no sólo esa ruta, porque nosotros también visualizamos en un proyecto en estudio cuando estábamos haciendo el estudio sobre el oleoducto con salida al Pacífico-Colombiano, que es un poliducto, nosotros también vimos la posibilidad con esa misma ruta, de un gasoducto interconectado con Ecuador, que si bien es un país petrolero, su producción de gas es muy poca, por lo que es un importador neto de gas. Entonces interconectar Colombia, Ecuador, Perú y hacer un anillo de interconexión... por eso te nombraba la importancia geopolítica, porque cuando se habla de proyectos de integración energética, básicamente se hace por la vía eléctrica y por la vía de gasoductos.

P: Existe ya interconexión eléctrica con Brasil...

JL: Si, con electricidad. Y con Colombia a veces nosotros vendemos, ellos nos venden, pero básicamente se da por esas vías. Ese gasoducto tiene una demanda, de parte de ambos países, de 200 – 350 MMPCD, tiene una capacidad para 550 MMPCD, es decir, fue hecho con la intención de integración energética con Centroamérica. Bueno, ahí tenemos una capacidad instalada que cuando políticamente se entienda la ventaja que tiene la interconexión con gas, reducir costos en comparación con los derivados del petróleo, entonces nosotros avanzaremos, y ya hay una inversión adelantada.

P: Se comenta mucho en el mundo académico, que la gran mayoría de las reservas que Venezuela tiene es gas asociado, eso es visto como una desventaja. Pero como usted me indicó antes, y queriendo recuperar un poco ese punto, nuestras reservas de gas libre están aumentando...

JL: Fíjate en lo siguiente. Realmente si escucharía a alguien diciendo eso me reiría, por lo siguiente: Trinidad y Tobago (T&T) que es un exportador de gas, T&T debe tener alrededor de 18 TFC; Bolivia, otro gran importador de gas, importa a Brasil, Argentina, tendrá alrededor de 18 TCF; y Venezuela, en reservas de gas libre tanto en mar como en tierra, tiene más de 40 TCF. Entonces tenemos la capacidad nosotros también para exportar; porque además, la idea sería que nosotros siguiéramos comprimiendo el gas asociado que es mucho más barato, y exportar el gas libre, preferiblemente el que está costa afuera, que es un gas más costoso que se puede rentabilizar con proyectos de exportación. Si esos países de gas libre, tienen mucho menos reservas que nosotros, perfectamente nosotros podemos con todas las cantidades que tenemos, Si las sumamos, estamos alrededor de 140 TCF, sobrepasa las reservas juntas de Bolivia, Perú y de T&T, entonces es una falacia. Es un tema que estamos hablando de 193 TCF, de los cuales 42 aproximadamente son gas libre.

P: Estuve leyendo en una ENTREGAS (revista del ENAGAS) en internet, de proyectos de recuperar gas de pozos marginales en el Lago de Maracaibo, ¿Eso tiene que ver con los proyectos de compresión del gas asociado?

JL: Qué ocurre. Lamentablemente Venezuela vino a tomar de verdad-verdad la industria petrolera y con ella la industria del gas fue recientemente. Cuando ahí se han quemado más de 60 TCF en la zona del Zulia... ahí producían a los trancazos, y todavía existen problemas con la quema de gas en Venezuela, seguimos irresponsablemente, a pesar de que existen proyectos, como en el norte de Monagas y en otras regiones, se queman aproximadamente 1742 MMPCD, prácticamente el déficit que tenemos.

P: Exactamente, usted me hablo hace poco que era alrededor de 1800 MMPCD.

JL: Nosotros apuntamos a un conjunto de proyectos para reducir la quema del gas...

P: Como los que usted descubrió en Pedernales...

JL: No, lo que ahí sucedió es que estaban esperando instalar la plataforma, lo que significaba era que estaban perforando, por eso tenía un mechurrio a penas a un kilómetro de tierra.

Entonces, en el Zulia se fugan cerca de 342 - 400 MMPCD aprox., en la propia producción petrolera, en las tomas ilegales en los gasoductos, en las redes de distribución que están en manos de los Municipios. Los Municipios, tienen la competencia de la distribución del servicio de gas, según la CRBV y la Ley Orgánica de Régimen Municipal, eso tiene un problema, y es que generalmente consiguen los recursos financiados por el FIDES - y otras fuentes - para construir las redes, pero después no tienen la capacidad para mantenerlas, y empiezan a perforarse, se deterioran, se dañan, y se producen las fugas de gas.

En el caso de Maracaibo, se fugan por las redes de la tubería que tiene la empresa municipal, cerca de 85 MMPCD, por falta de mantenimiento porque son redes muy viejas, estamos hablando de redes que fueron heredadas, creo que de la Shell, de los años 70, ya que Maracaibo fue el primer municipio en tener redes de gas. Hay zonas de la ciudad que crecieron de manera desorganizada y ya no se sabe con exactitud por donde pasan las redes. Maracaibo tiene casi la misma cantidad de consumidores de gas que Caracas, alrededor de 320 mil usuarios, en Caracas se consumen casi 15 MMPCD, y en Maracaibo se consumen 120 MMPCD. Igual ocurre en el Municipio Lagunillas...

Interrupción de la Sra. Laura – Ella comenta que el Ministerio de Petróleo y Minería, está asociando “objetivos de producción”, y nosotros (ENAGAS) no tenemos objetivos de producción, sino “objetivos de abastecimiento”, y la producción debería ser tomada como un indicativo.

JL: Es que el tema es el siguiente: ¿vas producir en función de qué?, porque lo que te planteas producir, tiene que ver con la capacidad de la demanda, y además tiene que ver con la ubicación de los gasoductos, donde vamos a poner las troncal, para eso necesitaríamos que nos respondan - MENPET - donde van a instalar las distintas fábricas.

Fíjate que me enteré en estos días que hay una fábrica de insumos para la producción - cabillas, etc. - en San Carlos, y van a montar una fundidora, ¿Pero eso lo van a montar con qué, con electricidad, con GLP, cuánto nos cuesta un barril equivalente de GLP?

[...]

JL: Los planificadores de PDVSA piensan que PDVSA es el país, y no es cierto. Tienes que ver primero que es lo que requiere el país, que tipo de energía. Yo tengo una tesis de que no llevaría ni una bombona de gas, ni un tubo de gas, a los cerros de Caracas, por qué, por lo siguiente: desde el punto de vista técnico es imposible en terrenos inestables meter tuberías, porque si existe un terremoto se parten y hay fuga, pero además está demostrado que la calidad de vida que se tiene subiendo bombonas para los cerros es terrible, además que el costo es elevado. Si ya tienen un consumo de electricidad, así que nosotros deberíamos plantear un plan de abastecimiento con electricidad, así como nosotros tenemos “mi casa bien equipada”, un proyecto de importación de cocinas de alto rendimiento y bajo consumo eléctrico...

P: ¿Cocinas eléctricas...? De bajo consumo...?

JL: Así es, y además dotación de ‘kit especial’, porque así como hacemos inversiones para que la gente compre televisiones pantalla planas, y un conjunto de cosas más que todo para el confort; eso tendría que ser de primera necesidad: un kit de cocinas con ollas de presión y de cocción rápida; una inversión para eso, que si te permitiría tener calidad de vida y menos costos.

[...]

En la industria del aluminio, del punto de vista energético, consume más electricidad que gas. Porque hay un proceso, cuando se pasa de alúmina para obtener aluminio primario, que casi el 40% se hace por reducción eléctrica. Entonces imagina, si vas a montar una planta de aluminio, en lugar de plantearte un gasoducto, te planteas mejor un suministro eléctrico. Entonces hay que ver primero que tipo de industria estás haciendo; y dependiendo de las características geográficas, evaluar si le suministras con un gasoducto o por la vía de gas natural comprimido, que es un gasoducto virtual. Entonces necesitas saber dónde estás. No se puede elaborar un ‘plan de producción’, sino un ‘plan de abastecimiento energético’.

Despedida de la Sra. Laura – Fin de la interrupción –

JL: Qué otras preguntas tienes por ahí.

P: Otra cosa que le quería preguntar era básicamente la parte del valor, de las tarifas. ¿Acaba siendo el gas otro energético subsidiado por el Estado venezolano?

JL: Si. Fíjate lo siguiente, nosotros hemos sido pocos consecuentes con el tema de los precios y las tarifas, porque son dos cosas distintas. Precio es el energético; y las tarifas son el servicio de transporte y el servicio de distribución. Entonces se calculan de manera distinta.

El precio lo calculamos nosotros con el método del “costo marginal de desarrollo a largo plazo”, eso implica medir la oferta del gas en el país, que tiene que ver con el gas asociado, que es un gas

muchísimo más barato. Entonces empiezas a tener todas las fuentes posibles de gas que están en los actuales momentos y en los próximos 20 años, las que van a entrar en producción, por ejemplo: la Plataforma Deltana, Mariscal Sucre, Rafael Urdaneta, en el tiempo; y toda la oferta de gas que se deriva, se incorpora todas las fuentes. Esas tienen distintos niveles de costos, nosotros tenemos fuentes de gas que van desde US\$/MMBTU 0,20 hasta US\$/MMBTU 9,00. Entonces nosotros vemos las distintas fuentes, los volúmenes que suministran, y los costos de cada una.

Pero también medimos, desde el punto de vista de la oferta, la capacidad de pago de los distintos actores. Por ejemplo, en el caso para el sector eléctrico, como también es un servicio que es subsidiado, calculamos la capacidad de pago de cada uno de sus demandantes. Entonces vemos la capacidad de pago que tiene la propia industria petrolera que tiene que pagar el gas que consume, el gas que inyecta para la producción, el gas usado en las refinerías, el gas para los proyectos petroquímicos, que hay distintos niveles.

P: Le confieso que desconocía que el gas reinyectado era un gas que también se pagaba.

JL: Mira, es la propuesta que tenemos nosotros es para que se pague.

Entonces una vez que nosotros vemos el tema de la oferta del gas, le damos incluso una tasa de rendimiento, en el caso venezolano se le asigna hasta un máximo de 15% de rentabilidad [...] que es el valor actualizado, del incremento en los costos que resultan de la producción de un paquete adicional de gas, necesario para satisfacer la demanda en un período determinado [...] a través de los flujos financieros [...] donde la variable de ajustes de costos del gas permiten un valor de equilibrio, que consiste en las inversiones que estimulan [...] entonces para nosotros llegar al equilibrio entre la oferta y la demanda, vamos midiendo la capacidad de pago.

Una vez calculado el punto de equilibrio, tenemos la demanda, que es la agregación de las curvas de toda la demanda de cada uno de los proyectos que hay en el país: los que están consumiendo, los que se están construyendo, y los que se tienen soñados que a veces no se cumplen. [...] En la práctica, algunos proyectos entran otros no, pero no hay posibilidad de que haya un consumo importante que no esté proyectado. [...]

En el año 2007, el costo marginal de desarrollo – CMD – era de US\$ 1,53. Nosotros, digamos, hemos propuesto en distintas oportunidades la actualización de la política de precios. Aquí si sigue utilizando el costo marginal de desarrollo del año 2001, que nos daba un US\$ 1,25 aproximadamente. Sin embargo nosotros hemos dicho que ahí hay, además de todo este tema que está el CMD que se calcula en US\$, y tiene indicadores que te permiten ir ajustando con la inflación [...] Para este nuevo estudio desagregamos todos los sectores posibles conocidos. [...] Fíjate las capacidades que tiene cada sector: Para el sector eléctrico US\$ 1,25; para el sector petroquímico US\$ 1.

¿Que vemos nosotros? Analizamos todos los costos de producción de cada sector y vemos cuál sería la capacidad que ellos tienen de pagar sin tener una afectación desde el punto de vista financiero-económico. Vemos la capacidad de pago de cada quien, y hacemos entonces, después que tenemos todo el estudio de la oferta y la demanda [...] después viene la administración de esa política de precios, que la vamos alcanzar en el tiempo, para no imponerlo digamos de una sola vez, eso lo vas incrementando anualmente.

Sin embargo, en Venezuela digamos la actualización, porque de todos modos se va ajustando año a año, tiene dos tipos de ajustes: uno, que tampoco se ha hecho y tiene que ver con el desplazamiento cambiario del producto, se tiene de acuerdo con la resolución de hace 3 años que dice que una vez

que el desplazamiento cambiario pase el 20% tiene implicaciones importante en los costos en la producción de gas, ¿Por qué? Porque se estima que el 77% de los insumos de la IG son importados y son afectados por el cambio en el Dólar.

P: ¿Cuánto me dijo?

JL: 77%, y tiene que ver con los taladros, y toda la maquinaria para la perforación...

P: ¿Con toda la industria?

JL: Si, y hay otros insumos que son nacionales. Que van desde el pago de la mano de obra, combustible, etc. Desde el año 2007 nosotros tenemos este problema. Ahorita afortunadamente se ha retomado la decisión de hacer un estudio de actualización de precios para cada sector. Hemos tenido problemas en la recolección de información, porque parece mentira, pero desde que yo estudiaba en la universidad, te estoy hablando de hace 27, 28 años, las estadísticas son un problema. Entonces a veces le pides a cualquier sector de la producción, cuáles son sus costos de producción, cuál es su estructura de costos para saber cuál es la capacidad de pago para saber si que te puede afectar o no, entonces duran toda la vida para darte la información. Pero bueno, lo más actualizado que tenemos es del año 2008,

P: ¿2008?

JL: Si, pero sin embargo eso es muy fácil de ajustar, porque hay un indicador para el sector de petróleo que son considerados indicadores universales, de EE.UU., ese nos permite a nosotros ajustar la inflación en términos de dólar. Y en términos de Bolívares., nosotros usamos el índice para el sector industrial [...] De esa manera entonces, con el CMD, se hace el cálculo del precio.

Para el cálculo de las tarifas se utiliza la metodología de los costos agregados al servicio. Entonces, eso tiene también la afectación de que ahí están los tubos que se compran para la construcción de los gasoductos, las plantas compresoras que permiten pasar mayor volumen, y por supuesto, que en la medida que vas avanzando desde la fuente de donde parte el gas, y te vas alejando, son costos que se van agregando al servicio. Entonces viene también todo lo que tiene que ver con la parte de los costos de transporte, eso son básicamente los gasoductos y los compresores; y después vienen las redes de distribución industrial, que como te señalé anteriormente, son tubos que tienen capacidad para resistir presión entre 81 – 350 libras, y después están las redes de distribuciones domésticas, que son ya tubos mucho más pequeños, con menores presiones; y luego las redes internas, ahí están las válvulas de distribución de presión, todo eso forma parte de esos costos que se van agregando al servicio.

Está regulada, ahí la tasa de rendimiento se estima en 8%, por eso es que es un servicio público, lo que está como servicio público si está completamente regulado. No es como el caso del gas que es en función de los costos, de la capacidad de pago de cada uno. Siempre sigue siendo un gas mucho más barato con esta metodología que nosotros aplicamos. Los ajustes se dan por el propio índice de inflación en el sector, y segundo por el desplazamiento cambiario.

En Venezuela no se han hecho en los últimos tiempos, yo digo está estancado por la propia mentalidad petrolera, como la industria petrolera da para pagar “esa vaina”, entonces es como cuando andas con un amigo que tiene mucho dinero, que te dice “no tranquilo, yo te pago”, bueno se da esa manera, y eso por supuesto te afecta el tema de la industria del gas.

P: Entonces la industria petrolera, disculpe que lo interrumpa, acaba financiando toda esta industria del gas.

JL: Así es...

P: De ahí la importancia de liberar los combustibles líquidos para la exportación para continuar ampliando.

JL: Claro, exactamente. Sin embargo entiendo, que es un poco las señales que nos ha dado el Ministro Ramírez⁶⁷ para la actualización de los precios y las tarifas del gas, y estamos haciendo los estudios para ver. Las tarifas, esas si quedaron congeladas en el año 2007, y en el año 2009 fueron los precios. Sin embargo, en el caso de los precios tienen un indicador, entonces se han ido ajustando con ese indicador. Tenemos esas cuentas pendientes, se piensa que este año se debería actualizar precios y tarifas para todo el país. Si eso es así, si se toma la decisión, eso debería empezar a regir a partir del próximo 2015, y eso siempre se hace una curva, por ejemplo si te dicen que es US\$ 1,90 MMBTU, entonces tú estimas alcanzarlo en 7 años. Entonces tienes una curva... para no hacer el pago de una vez. Igual ocurre con el caso de las tarifas. Siempre hay una curva que te permite suavizar.

P: Otra pregunta que tenía, que ya es más por curiosidad o para entender bien. Leo información de ustedes en estas revistas, veo información de PDVSA en sus informes donde se habla de los proyectos en el área del gas. Entonces ustedes nombraron en una de sus ENTREGAS que habían 10 grandes proyectos: Gas Anaco, el CIGMA... ¿Esos son los proyectos que siguen norteando la industria del gas?

JL: Si, están esos proyectos, y hay una gran cantidad de otros proyectos. No sé si han nombran ahí, pero está AutoGas que se ha venido desarrollando, la Rafael Urdaneta no se estaría metido allí, hay la construcción de nuevos gasoductos, y proyectos incluso que todavía, como me escuchaste hablando con Laura, que para tu saber por ejemplo, ¿Debo meter una troncal – que es un sistema de gasoductos relativamente pequeño – para suministrarle a Valle La Pascua, para suministrar a San Juan de los Morros? Entonces tengo que ver dónde está los grandes proyectos del país que van a consumir energía, y dependiendo de su localización, surgirán nuevos proyectos de sistemas transporte o redes de distribución.

P: Sería como usted dijo: conocer muy bien su demanda, conocer dónde están las necesidades reales del país...

JL: Si, saber donde existen realmente las necesidades. Porque si no, sencillamente yo hago el proyecto del gas y que el país se adapte a mi infraestructura, es más complicado. Entonces, el deber ser, yo – como planificador – tengo que adaptarme a las necesidades y características del país. Por lo tanto, mis gasoductos y redes de distribución serán diseñados en función de esas necesidades. Esa es la lógica desde el punto de vista de administrativo energético.

P: Perfecto. Como le comentaba, la última entrega del informe de PDVSA se mencionaba ese proyecto Rafael Urdaneta, así como otros...

JL: Está el proyecto, por ejemplo, el proyecto Criogénico de Occidente, bueno ese proyecto no va. Porque se demostró que los volúmenes de gas en el Occidente del país, sobretudo en el Zulia, no eran suficientes, en especial por la calidad del gas, porque tiene menos contenido de líquidos, entonces no se justificaba una inversión de ese tipo.

Se necesita mayor cantidad cantidad de gas rico, que son los que tienen componentes mucho más pesados como el etano, el propano, el butano.

⁶⁷ Para julho de 2014, Rafael Ramirez era o Ministro de Petróleo e Mineração. Já para finais desse ano, Ramirez tinha abandonado esse cargo, passando a ocupar importantes tarefas na política exterior do país.

Fíjate incluso que los proyectos con el tiempo se validan, porque los yacimientos tienen vida, no son estáticos. Los niveles de volumen, de presión, van cambiando, se van modificando, y mientras esté ahí – no haya nada produciéndose – no hay problema. Pero una vez que esté activo, se estará modificando, entonces si te retrasas en la realización de un proyecto más allá del tiempo de vida, todas las condiciones de ese yacimiento cambiaron, posiblemente tengas que modificar de manera sustancial el proyecto, como en el caso del proyecto de Gas Anaco.

P: ¿Qué ocurrió con el proyecto de Gas Anaco?

JL: Fue culminado, pero tuvieron que hacerle un conjunto de modificaciones. ¿Por qué? Porque era un proyecto para que entrara en operación en el año 2005-2006, se vino a terminar ahora a finales del año 2013, ósea pasaron casi de 8 años, más de lo que se debió, y variaron las condiciones, entonces variaron las presiones, y los equipos que se compraron tienen que hacerle ajustes de presiones, porque ya campos que tenían presiones de 800, 600, 400 libras, ya no las tienen.

[...]

Los yacimientos tienen sus propias dinámicas en función de los volúmenes, la presión y la temperatura, y eso te hace cambiar también las condiciones fisicoquímicas que están ahí contenidas.

P: Otras dos preguntas y podemos ir cerrando. El tema de AutoGas, que bueno que lo mencionó. Me llama mucho la atención porque ese proyecto, por lo poco que leí, tiene la presencia bien marcada de las Comunidades, de los Consejos Comunales (CC), por el tema de las Empresas de Producción Social. Se hablaba de crear un parque industrial – por cierto en mi Estado, yo soy de Carabobo – en Yagua, ahí se hablaba de incorporar a las Comunidades, y los CC. ¿Realmente eso se está dando así?

JL: Mira, el tema básicamente de AutoGas tiene que ver con la sustitución del vehículo de gasolina por vehículos de gas... Es un proyecto muy viejo, que como se ha visto como proyecto, no ha tenido los impactos que se requieren, que se esperan. ¿Qué ocurre? Eso tiene que ser producto de toda una política, de una política que tiene que ver con el suministro. Con una gasolina regalada, ósea, si a ti te ofrecen entre gas y gasolina regalada, tú generalmente por razones de costumbre utilizas la gasolina, mientras no haya un incentivo importante que tendría que ser la conciencia que te diría: “yo voy a usar gas natural sencillamente porque tiene un impacto menor sobre el ambiente”. Eso implicaría un nivel de conciencia muy elevada.

En los países donde hay desarrollo de los proyectos de auto-gas, son países donde la diferencia entre el precio de los combustibles líquidos y el combustible gas, es bien importante. Por ejemplo, en cualquier país de Suramérica, el litro de gasolina está sobre US\$ 1,1 - 1,2; y el gas debe estar como en US\$ 0,40. Evidentemente que llenar un tanque con gas te representaría entre US\$ 3,00 – 4,00; y llenarlo con combustible líquido te representaría US\$ 50,00 aproximadamente, hay una diferencia muy marcada. En el caso venezolano, se ha venido haciendo, un poco en el transporte público que se ha venido trayendo básicamente funciona con gas. Se están haciendo, no sólo a través de las redes de distribución, sino que se está usando también el GNC para estaciones de servicio, suministro de gas, en zonas donde no hay gasoductos o redes de distribución. Entonces ahora se le está dando una importancia mucho mayor.

Anteriormente se crearon talleres para que las personas fueran hacer las conversiones, y a veces la gente terminaba quitando el equipo porque no los usaba, y tenían todas las excusas para no usar el gas. Pero está marcado por el tema de la diferencia de precios con la gasolina.

El presidente Chávez en su momento lo que se planteó fue generar todas las condiciones materiales, desde el punto de vista del suministro de gas. Él siempre fue de la idea de que si no le creas alternativas a la gente, no puedes obligarlos a adaptar una medida nueva. Él decía: “bueno como me vas a obligar a pagar los peajes si no hay una carretera alterna para yo tomar la decisión si usa la carretera o la autopista”, y así fue con el caso de la electricidad, y con varios servicios públicos: “mejórame las condiciones, y después me das el resto”. Por eso se están, en distintas partes del país, con planes para construir o ampliar las redes de distribución, así como planes para construir plantas de GNC, para transportar el gas. Incluso se le está dando muchas preferencias a los vehículos que ingresan al país y vengán con el sistema de gas, se le da facilidades a las plantas que estén construyendo vehículos a gas.

De manera que ese es un proyecto digamos de más “largo aliento”, porque tiene que ver con el tema de la conciencia ambiental, o con el tema del costo. Y resulta que aquí no tenemos ninguna de las dos cosas. Tenemos un combustible líquido regalado, y todavía la gente, a pesar de todos los impactos que estamos teniendo – cambio climático – no se tiene todavía la conciencia del tema ambiental.

P: Y también la contaminación local en las grandes ciudades, el hecho de que muchos automóviles que hacen una quema menos eficiente...

JL: Si. Bueno, pero ese proyecto va avanzando, y va avanzando porque se le van metiendo todos los recursos para poner distintas fuentes de suministro.

P: Entiendo, pero realmente le preguntaba por el tema de las comunidades...

JL: Claro, pero que ocurre. A las comunidades se les brindaba talles para la instalación de kits de conversión a los vehículos. Pero si vas a nivel de las propias industrias ensambladoras, entonces realmente la participación comunal ya es menor. De hecho, la gente compraron como cualquier cantidad de kit para venderlos en Colombia, claro, eran muy barato aquí, prácticamente regalados, y allá tiene un costo realmente importante, porque en Colombia la gente trata de usar gas, porque el combustible líquido es muy costoso.

¿Qué otra duda tienes por ahí?

P: Quería saber si ustedes tienen algún país de referencia, en el marco de la cooperación que tenemos con los países de América del Sur, por ejemplo, es decir: a Colombia la tenemos como referencia el tema del auto gas porque allá es bastante común; con Brasil tenemos interés en tal aspecto... ¿Existe esa complementariedad?

JL: Se hacen pocos estudios de *benchmarking*. Sin embargo para el caso de Colombia no, porque nosotros no necesitaríamos referencia en el uso de gas, tanto como el sector doméstico, como en el sector industrial, entonces, por el sector automotor, como en los niveles de gasificación, Colombia no llega ni si quiera al 4% de las reservas de gas que tiene Venezuela, sin embargo tiene gran parte de la población gasificada, claro allá el tema es que: o pagas el servicio o no lo tienes, entonces es relativamente rentable.

Digamos que cada día se abre, esos son proyectos que tienen que ver con las circunstancias económicas y de la vida de cada país. En un país petróleo, el desarrollo de la industria del gas no es tan importante, ósea cuesta. La rentabilidad de un proyecto petrolero está en el orden de 40-60%, con todo incluso las regalías que se pagan al Estado, y con todo eso, es sumamente rentable. Pero si lo comparas con una rentabilidad del gas que tiene un máximo de 15%, evidentemente siempre va a ser privilegiados los proyectos petroleros. Y yo digo que son privilegiados porque sacan mal las

cuentas: porque comparan la rentabilidad de uno contra la rentabilidad del otro es incorrecto; se tiene es que comparar la rentabilidad petrolera contra el costo de oportunidad que paga el país por no tener el gas. Con ese costo de oportunidad tenemos: una industria petroquímica que opera al 60% de su capacidad porque no tiene gas; una gran cantidad de plantas de generación eléctrica que trabajan diésel porque no tienen gas, y entonces cuando mides 500 mil barriles de consumo interno que pudieran ir a la exportación, a venderse a precios internacionales, y los consumimos a US\$ 8,00 el barril.

Así que cuando sacas el costo de oportunidad que paga el país por no tener el gas, es quizás igual o mucho mayor a la rentabilidad que tenemos con un proyecto petrolero. Esa serían las verdaderas cuentas que deberían sacarse. No el nivel de rentabilidad, sino la rentabilidad de los proyectos petroleros contra el costo de oportunidad que paga el país por no contar con la disponibilidad del gas.

Esa es la máxima que tenemos nosotros desde el punto de vista de la economía del país.

Puedes incrementar la producción de petróleo, de los refinados, ¿pero las vas a consumir internamente? pero estás es incrementando los niveles de pérdida, porque tiene un costo de producción mucho mayor al precio que lo vendes internamente.

P: ¿Usted cree que esa discusión a nivel nacional se haga en algún momento?

JL: Diría que el día que se haga “a calzón quitado” lo entenderán todos. Esa es una discusión que debería hacerse abiertamente, y no tengo la menor duda que nuestro pueblo tiene la suficiente capacidad para entenderlo. Pero si la discusión la seguimos llevando a nivel cerrado, es difícil, tiene que ser en foros, para que la gente pueda entender la diferencia que hay.

B. Entrevista com o Prof. Dr. Nilson Araujo de Souza.

A seguir, apresenta-se a transcrição da entrevista realizada ao Prof. Dr. Nilson Araujo de Souza, no dia sábado 13 de setembro de 2014, na cidade de São Paulo.

Nilson Araujo de Souza obteve seu título de Doutor em Economia na Faculdade de Economia da Universidad Autónoma de México (UNAM) sob orientação do Prof. Dr. Ruy Mauro Marini em 1980, e de Pós-doutor em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Possui uma longa experiência nas áreas de docência e pesquisa, com ênfase em Economia Internacional Contemporânea, Economia Latino-Americana e Economia Brasileira Contemporânea.

NAS: Entrevistado – Nilson Araujo de Souza.

P: Entrevistador – Pablo J. Carrizalez Nava.

P: (1) No período pós-guerra, a Teoria da Dependência surgiu e foi reconhecida como um aporte teórico-analítico que permitiu compreender desde outras perspectivas mais complexas o problema do subdesenvolvimento nos países periféricos. Pode-se considerar que essa mesma teoria, especificamente seu ramo Marxista, possui validade para analisar os processos sociopolíticos dos países em vias de desenvolvimento no século atual?

NAS: Até a década de 1960, as linhas de interpretação sobre América Latina (AL) se baseavam nas concepções teóricas formuladas nos países desenvolvidos. Tanto as visões convencionais, mais conservadoras, baseada na teoria neoclássica, no caso da economia, baseada na própria teoria keynesiana, procuravam entender AL a partir dos elementos colocados pela teoria neoclássica e a teoria keynesiana.

Quem tinha uma postura crítica da realidade estava dentro da corrente marxista, que dizer, interpretava a realidade latino-americana a partir dos elementos gerais que foram colocados por Marx. As leis econômicas que organizam o sistema capitalista e as leis das tendências eram utilizadas para interpretar essa realidade.

Entre as décadas de 1940 e 1950, surgiu uma corrente de pensamento tentava entender que existem especificidades próprias, particularidades e problemáticas da AL, e a partir dessas particularidades teria que se elaborar um pensamento próprio. Isso no significava a recusa de usar elementos teóricos gerais. Essa corrente foi a corrente da CEPAL, o chamado pensamento “estruturalista cepalino”, já que se fundamentava no estruturalismo e ao mesmo tempo incorporava alguns elementos das teorias gerais elaboradas nos países desenvolvidos. Essa foi a primeira grande tentativa de entender AL a partir da compreensão de que existem particularidades próprias e que consequentemente tem que ter uma elaboração teórica própria para poder interpreta-la.

Na segunda metade dos anos sessenta e começo dos anos setenta surgiu uma nova corrente de pensamento que tinha essa mesma preocupação: a Teoria da Dependência (TD). Essa teoria foi

elaborada basicamente por brasileiros, mas que viveram no exílio na época, no Chile, no México, inclusive alguns deles chegaram a militar na própria CEPAL.

Entre as linhas de pensamento da TD, destacou-se uma de inspiração marxista. Dentro desta vertente de interpretação sobressaiu a visão de Ruy Mauro Marini (RMM) por suas contribuições teóricas.

Entre essas contribuições, se ressalta:

1º. O entendimento de que a economia latino-americana tinha que ser entendida como parte de uma economia mundial. Seria impossível entender AL sem entender previamente o grão de inserção que tinha AL no contexto mundial. Segundo ele, uma economia dependente como a latino-americana se caracteriza pela transferência de valor, desde as economias da região para as econômicas centrais. A maneira como ela se insere no contexto mundial leva a essa transferência de valor: exportadora de produtos primários, e importadora de produtos industriais. Isso leva a que tenham uma economia de produtividade menor do que nos países centrais, o que fez com que se exportassem produtos por um preço baixo do valor, e importassem produtos industriais por um preço acima do valor.

2º. A presença do capital estrangeiro na região na forma de empréstimo ou de investimentos estrangeiros diretos implicava, simultaneamente, outra forma de transferência – remessas de lucro, taxa de juros, saíam dos países periféricos para o centro. A resposta que as economias dependentes davam para essa situação foi o que ele chamou de “superexploração [da força] de trabalho” (SEFT). Que caracteriza isso? Caracteriza que se paga um valor, se paga um salário abaixo do valor da força de trabalho para os trabalhadores. Eles [os trabalhadores] geram um excedente econômico sobre a forma de mais-valia para garantir a circulação interna, e ao mesmo tempo, a transferência para os países centrais, para ajudar com a acumulação no centro.

Então, quais são os elementos que caracterizam a TD na vertente de RMM? Os que eu considero mais importante: a transferência de valor (TV) para o centro, e a SEFT. Aí vem a questão, isso é atual, isso vale para a realidade atual da economia da AL? Eu acho o seguinte: nunca a AL foi tão dependente como na atualidade. Nessa face que o pessoal chama de “a globalização da economia”, mas que eu acho que não é o termo adequado para caracterizar essa face, eu acho que o que ocorreu foi um processo de “acirramento da internacionalização da economia da região”, porque nunca houve tanta desnacionalização da economia da região como no momento atual, e no momento atual que eu digo é aquele que vem desde os anos de 1980 para cá, com o processo de privatização das empresas, boa parte dessas empresas foram adquiridas por grupos estrangeiros.

E depois, já num período mais recente, a partir de 1990, a desnacionalização de empresa privadas. Grandes empresas privadas da região foram compradas por empresas estrangeiras; isso aumentou a inserção subordinada das economias da região em relação às economias centrais – ao capital monopolista das economias centrais. E a decorrência disso foi o acirramento, ao longo dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, da SEFT: quanto mais se intensificava a remessa de valor da região para os países centrais, mais se demandava empurrar o salário para baixo como forma de gerar um incidente maior para encaminhar lá para fora. Essa situação, o acirramento e a exacerbação dessa situação de dependência e de transferência de valor, acabaram gerando crises na região, que terminaram permitindo a eleição de governos que contestavam essa realidade. Como resultado a vitória do Hugo Chávez na Venezuela e, depois, outros governos em outros países, como o Kirchner na Argentina, o Lula aqui no Brasil; mais pra frente o Evo Morales na Bolívia, o

Correa no Equador; e o Daniel Ortega na Nicarágua. Esses governos começaram a tentar fazer mudança nessa realidade de dependência; uns mais e outros menos, cada um com sua característica própria. Eu acho que os que mais avançaram nesse processo foram os governos dos países andinos que começaram a mudança, basicamente da Venezuela, da Bolívia e do Equador.

Para poder fazer mudanças, algumas questões eu considero fundamentais: uma é a questão da integração, e aí a criação da ALBA⁶⁸, apesar das imitações que tem, é um instrumento poderoso no sentido de favorecer o rompimento com a dependência. O RMM, nos anos 1980, chegou a dizer que a integração regional é a arma mais poderosa na luta contra a dependência⁶⁹. E a ALBA é um dos instrumentos de integração que mais ajuda no processo de rompimento com a dependência, porque é uma integração cooperativa, baseada na cooperação e não na competição. E outro elemento importante é retomar o papel do Estado na economia, isso implica em o Estado retomar atividades que antes eram estatais, depois passaram a ser privadas e voltaram a estar na mão do Estado, como ocorreu na Venezuela, ocorreu na própria Argentina. É um processo que tem suas contradições: no momento em que ele começa a se realizar se choca claramente com dependência, e ao se chocar com a dependência, fica mais claro que a dependência é uma teoria atual; que quanto mais esse processo de mudança se choca com a dependência, mais o centro financeiro, o centro econômico, o centro ideológico, geopolítico, da região que se localiza nos EUA, mais reage contra o processo de mudança, isso está bem caracterizado.

P: (2) Dentro da Teoria Marxista da Dependência (TMD) se consideram como aportes relevantes “a categorização dos países da América Latina em tipo A, B e C”, de Bambirra; a “superexploração da força de trabalho” e “subimperialismo”, de Marini; e o uso do conceito de “Revolução Científico-Técnica”, feito por Dos Santos, nas análises sobre a dependência no subcontinente latino-americano. Sendo a consecução do desenvolvimento econômico e social através da ampliação da IGN o objetivo da minha pesquisa, os aportes antes mencionados podem ser de utilidade para avaliar tal objetivo?

NAS: A Vânia Bambirra (VB), quando ela definiu a tipologia para entender o processo de desenvolvimento da América Latina, ela definiu em três tipos: países de tipo A, que foram os países que já haviam começado a se industrializar antes dos anos 1930 e continuaram a industrialização entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (II-GM) e fizeram essa industrialização, inicialmente, sob o controle dos capitais nacionais, privados ou estatais. Depois da II-GM, boa parte das indústrias desses países foi sendo desnacionalizados, mas tiveram um desenvolvimento inicial sob o controle nacional. Já os países do tipo B são os países que já se industrializaram no pós-guerra e já foram industrializados sob o comando dos capitais estrangeiros. Não teve aquela parte de industrialização sobre o controle nacional. E tem os países do tipo C, que, segundo ela, são os países que não se industrializaram.

VB caracterizou a Venezuela como um dos países do tipo B, que se industrializaram no período de pós-guerra, e conseqüentemente já sob a hegemonia do capital estrangeiro. Eu acho que é uma formulação adequada para entender o processo recente, porque se você vai analisar o processo recente, você vai ter que citar historicamente. Para poder citar historicamente tem que ver como que os países chegaram até aqui, então, se você vai analisar a Venezuela, precisa se perguntar “como a

⁶⁸ Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América.

⁶⁹ No seu artigo “Dependência e desenvolvimento da América Latina”, e no livro “América Latina: dependência e integração”.

Venezuela chegou até aqui?": a ditadura de Pérez Jiménez, o acordo do Ponto Fixo [*Punto Fijo*], e depois o período de Carlos Andrés Pérez (CAP) nos anos 1970, quando nacionalizou o petróleo; todos são momentos, processos, que são importantes entender para poder entender o momento atual. Tem um livro de um amigo meu, Luciano Severo, que ele analisa todo esse processo, e ele mostra claramente que mesmo o período do CAP, que parecia ser o período mais avançado naquela época, período em que se nacionalizou o petróleo, mesmo naquele período ele diz que o capital estrangeiro tinha um peso destacado.

Então eu acho que essa categoria ajuda a entender o seu tema, que é o tema do uso do gás natural para o processo do desenvolvimento, porque se você falar do gás natural para o desenvolvimento significa que você vai usar matéria-prima fundamental para converter em nova capacidade produtiva para poder garantir o desenvolvimento. Significa um instrumento a mais que você tem para romper com os mecanismos de dependência. Isso significa romper com aquela trajetória que o país teve, que era um país de tipo B, onde o desenvolvimento foi mais truncado ainda pelo fato de ter sido iniciado sob o controle estrangeiro. Portanto, essa é uma categoria que dá para utilizar.

Por outro lado, a respeito da categoria SEFT, não estou conseguindo perceber como que vai ligar especificamente com o seu tema, tem que tentar ver, porque para entender o processo geral do desenvolvimento econômico da Venezuela, é uma categoria fundamental, importante, porque, de um lado, mostra que, apesar de ter sido um desenvolvimento baseado na riqueza incomensurável, da riqueza gigantesca – virou grande produtor e exportador de petróleo, teve a famosa “*siembra del petróleo*”, não é? – apesar disso, os trabalhadores [e a população em geral] viviam uma situação difícil, ou seja, foi uma *siembra* do petróleo que não beneficiou a grande massa da população; ao contrário, a economia monoprodutora e rentista, favoreceu inicialmente os capitais das economias centrais que se apropriaram da relação que tinham com a PDVSA, e, ao mesmo tempo, beneficiava o núcleo [social] local, não só de executivos da empresa, como de uma burguesia local que estavam vinculados aos interesses da PDVSA. E a grande massa da população estava excluída dessa distribuição de riqueza.

Então, vai fazer uso do gás natural dessa mesma forma que se usou historicamente o petróleo, ou, vai ser usado da forma que o Chávez começou tentar usar o petróleo? O Chávez começou a converter a renda petroleira em atividades produtivas, isso aí eu sinto que tem tido mais dificuldade em fazer, converter em capacidade industrial a renda do petróleo, mas ele conseguiu avançar mais em converter a renda do petróleo em benefício para as massas da população, comas várias missões, com vários programas sociais. Significa amortecer, diminuir, os mecanismos de SEFT. A mesma coisa pode ser feita com o gás natural, entre outras riquezas muito grandes na região.

Sobre o subimperialismo, o RMM formulou esse conceito um pouco para tentar entender a relação do Brasil com aos demais países da América Latina. Aí chegou à ideia de que o Brasil, apesar de ser um país dependente e subdesenvolvido, era um país que tinha uma prática imperialista em relação aos demais países [principalmente com seus vizinhos]. Essa é uma das categorias do RMM que eu questionei já na época em que fui orientando dele. Porque um país, para ser imperialista, ainda que sub, ele tem que estar comandando pelos monopólios e tem que ter um capital financeiro; e tem que, na sua relação financeira e na sua relação econômica com os demais países, preponderar a exportação de capitais. O Brasil, na época em que o RMM formulou essa categoria exportava mercadorias, não exportava capitais. Então ainda era um país extremamente monopolizado, não era um país que tivesse um capital financeiro próprio; estava em processo de formação. Por tal razão na época, eu questionei esse conceito.

Eu acho que hoje está mais próximo de o Brasil ser imperialista do que na época em que o RMM analisou, porque hoje o Brasil, sobretudo depois dos anos 1990, das privatizações, as empresas que eram monopólio do Estado, viraram monopólio privado, então isso consolidou a estrutura monopolista, tanto estrangeira como nacional, aqui dentro do país. O Brasil passou a exportar bastantes capitais, tanto para os países centrais [EUA e Europa], e também para países da região [Bolívia, Equador e Paraguai]. Então isso aí poderia caracterizar uma relação subimperialista, já que está exportando capitais e montando empresas em áreas importantes.

Mas agora, em relação à Venezuela é uma situação diferente, porque nesse, o Brasil e a Venezuela fizeram vários acordos entre suas empresas estatais, no caso a Petrobrás, com empresa estatal venezuelana, por exemplo, para explorar o petróleo no Orinoco, que eu não chamaria de relação imperialista ou subimperialista. Agora tem, por outro lado, a ampliação do metrô de Caracas, que o BNDES, banco estatal do Brasil, financia; aí dá para falar que é uma relação subimperialista? Eu diria que ainda estaria no contexto de uma relação de cooperação; que pode, ou não, vir a se converter numa relação subimperialista, vai depender do comportamento dos capitais privados brasileiros que estão investindo na Venezuela. [por exemplo, a Odebrecht].

E por último, o Theotonio dos Santos (TS) foi um dos primeiros a trabalhar com o conceito de “Revolução Científico-Técnica” (RCT), ainda nos anos 1970, e ele se baseou basicamente nos avanços científico-técnicos que estavam ocorrendo naquela época na URSS, o que lhe permitiu iniciar os trabalhos sobre esse conceito, através de um grupo de pesquisa.

Em relação à América Latina, um dos elementos importantes da RCT é o seguinte: o que caracteriza a dependência segundo ele? Um dos elementos centrais que caracteriza a dependência é o fato de que na América Latina não existia naquele momento, o chamado Setor I da economia. O que é o Setor I da economia? É o setor que produz bens de produção, é o setor portador da tecnologia mais avançada, é o setor que garante, segundo ele, a independência tecnológica e, conseqüentemente, a independência econômica geral. Então, para ele, um dos elementos que limitavam o desenvolvimento da região é exatamente o fato de não ter internalizado o setor que produz bens de produção, máquina, equipamento, setor de tecnologia de ponta. A questão tecnológica tinha um significado muito grande para entender a questão da dependência, segundo TS.

E se você for ver a formulação do RMM, ele não lida com essa questão, o RMM lida com a questão do diferencial de produtividade, é dizer, a produtividade aqui é mais baixa do que no centro; mas ele não lida com o fato de não ter uma tecnologia mais avançada aqui que gera a dependência, essa foi uma formulação basicamente do TS.

Isso aí pode ser útil, já que o setor que produz gás natural é um setor que faz parte do setor I. E para lembrar a definição do setor I, segundo Marx, na economia capitalista existem dois grandes setores: o setor I, que produz meios de produção; e o setor II, que produz meios de consumo. E o setor II se divide em IIA, que produz meio de consumo para os trabalhadores, e IIB, que produz meios de consumo para os capitalistas [produtos suntuários]. E, o que é um meio de produção? São máquinas, equipamentos, insumos; é também a energia, matérias-primas, a petroquímica, portanto, pode-se localizar entre eles o gás. Você desenvolver esse setor, isso faz parte do processo de conquista de independência econômica. Agora, se você desenvolve esse setor de maneira apenas para exportar gás natural, como a Bolívia faz, isso aí é perigoso. Você vai ter uma renda, vai virar rentista; agora, se você desenvolve no ponto de vista de gerar capacidade energética local, de gerar produtos petroquímicos derivados do gás, então você está utilizando esse setor para a promoção do desenvolvimento.

P: Concorde, já que o gás natural além de ser fonte de energia primária, é também insumo para algumas atividades indústrias, matéria-prima. A questão está portanto, em que forma se desenvolve, a ideia não é pensar na Venezuela só como exportadora de gás, já que isso seria aprofundar a sua atual DIT.

NAS: Tem que usar como recurso energético e como matéria-prima para a transformação industrial na petroquímica, em outros setores.

P: Então é útil essa categoria do TS?

NAS: Ela é. Mas eu não usaria diretamente RCT, usaria a colocação dele de que o setor I da economia é o setor onde mais se materializa os avanços tecnológicos. E o fato de ele não existir internamente gera dependência; enquanto que, se você desenvolver favorece a independência.

P: (3) Como referido no objetivo geral da pesquisa, o conceito (ou categoria de análise) “desenvolvimento” tem um papel importante. No meu entender, após a leitura de textos, em especial de Marini, esse conceito, chave dentro da TMD, pode ser definido como o estágio que os países periféricos alcançarão uma vez superada as relações de subordinação com o capital estrangeiro, isto é, o desenvolvimento é resultado de uma independência político-econômica (ruptura ou modificação do *statu quo*), enquanto que, o subdesenvolvimento está intimamente relacionado a relações desiguais e de dependência (continuidade do *statu quo*). Na sua ampla trajetória como teórico da TMD, o senhor considera que essa leitura é válida? Como o senhor pensa que ela pode estar relacionada com o desenvolvimento social?

NAS: A sua definição de desenvolvimento é relativamente válida, veja bem. Eu falei que existem duas correntes latino-americanas que formularam pensamento próprio: a corrente da CEPAL, e a corrente da TD; e dentro da corrente da TD existem duas vertentes, onde uma delas é a TMD.

Bem, a teoria da CEPAL diz o seguinte: o subdesenvolvimento da AL contribui para o desenvolvimento do centro. E por sua vez, o desenvolvimento do centro contribui para manter o subdesenvolvimento da periferia. Por quê? Porque há uma transferência de renda da periferia para o centro, e se dá através do que chamaram de “deterioração dos termos de intercâmbio”, isso significa uma perda das relações de troca da periferia para o centro. Essa TV favorece o desenvolvimento do centro, porque gera excedentes que podem acumulados no centro, portanto, você retira excedentes da periferia. Por outro lado, segundo a CEPAL, a relação econômica entre centro e periferia, faz com que se desenvolva e modernize um setor da economia da periferia que é setor voltado para a exportação, enquanto a ampla base econômica continua atrasada, subdesenvolvida, gerando o que foi denominado de “dualismo estrutural”; e que significa dualismo estrutural? Que tem um núcleo que está inserido no contexto internacional, na DIT voltada para exportação, que se moderniza, enquanto o resto da econômica permanece no atraso.

P: é o caso da Venezuela: um setor petroleiro muito moderno, mas o resto não tanto.

NAS: Seguindo os postulados da CEPAL, para garantir que a econômica se desenvolva, tem que romper com essa forma de inserção no contexto internacional, com essa forma de TV. E para garantir o desenvolvimento tem que reforçar o papel do Estado na economia, tem que garantir o protecionismo, tem que garantir o financiamento público para as empresas que vão se instalar, tem que garantir mercado interno, tem que garantir compras governamentais, etc. Assim, a CEPAL achava que se gerava o que eles chamaram de “capitalismo autónomo”, e o que promove o desenvolvimento seria a industrialização.

E que é o que os teóricos da TMD colocam com respeito a isso? Ocorreu o seguinte: vários países da AL se industrializaram. Se da como exemplo o próprio Brasil, mas basicamente seis países se industrializaram, os que VB chamou de países Tipo A, e se industrializaram, se desenvolveram, não entanto os problemas continuaram. Aí colocam que a superexploração continuou na visão de RMM: enquanto mais se conseguiu desenvolver [industrializar], mais a superexploração aumentou, é da como exemplo a época em que o Brasil mais cresceu foi no período dos anos 1960-70, o período chamado de “milagre”, mas a superexploração também aumentou. Por outro lado, a TV para o centro aumentou, então significa que o desenvolvimento por si só não significa ruptura com a dependência. Aí que na visão deste [os teóricos da TMD] tem que ter transformações mais profundas, não basta você desenvolver em termos capitalistas para poder romper com a dependência, exige transformações, mudanças mais profundas. Que na visão do RMM, TS, e VB tem que ser uma “transformação socialista”, assim você vai poder romper com a SEFT, romper com a TV para o centro, e teria que ser uma transformação de corte socialista, porque segundo eles as burguesias nacionais se associaram com os capitais estrangeiros, se afastando dos interesses nacionais.

O RMM fala fez duas colocações importantes que possibilitam concluir que, na visão dele, existe espaço para uma etapa – que ele não chamou de etapa – para tornar as transformações mais profundas. Uma, quando ele disse que “a integração é a principal arma no processo de enfrentamento da dependência”; se ele disse que a principal arma, e logo depois ele disse o seguinte “isso permite diminuir a SEFT, e melhorará a distribuição de renda”. Ora, se permite diminuir a SEFT, e melhorar a distribuição de renda, ainda não é o socialismo, não existe uma exploração no socialismo, então se meramente “diminui” significa que ainda é uma realidade pre-socialista. E por outro lado, no primeiro livro importante dele “*Desenvolvimento e Revolução na AL*” ele disse o seguinte: “nessa mudança existem, se eles querem, espaço para setores da burguesia nacional”. Ora, se na transformação que ele propõe inicialmente tem espaço para burguesia, ainda não é socialismo, é uma etapa previa, ainda que ele não use essa expressão.

Eu tenho chamado essa etapa previa ao socialismo, que é a etapa que diminui a SEFT, se melhora a distribuição de renda, e há espaço para setores da burguesia nacional, mas que os setores estratégicos da economia nacional estão nas mãos do Estado, eu tenho chamado de “Capitalismo de Estado”, que a formulação que Lenin fez quando ele reformulou a estratégia da constituição econômica da URSS, depois da Guerra Civil.

P: Os setores chaves, mais importantes nas mãos do Estado, mas ainda existe espaço para a burguesia nacional...

NAS: Que é o que eu acho está se fazendo na Venezuela. Por mais que o Chavez o designou de “*Socialismo del Siglo XXI*”, talvez seja a bandeira, mas está sendo na pratica é o Capitalismo de Estado.

P: Concordo com o senhor. Mas essa primeira etapa se dá no contexto da integração...

NAS: No contexto da integração. Ela seria a principal arma, segundo RMM, uma arma poderosa para qualquer país da AL, sobretudo os menores, já que para eles fazerem essa transformação sozinhos seria mais difícil. Cuba conseguiu fazer, mas com o apoio imprescindível da URSS – econômico, diplomático, militar – os EUA sabia que se invadissem Cuba, ia ter-se uma resposta. Então qualquer país da região para poder fazer essa transformação precisa da integração.

A CEPAL diz o seguinte, que os países menores poderiam se desenvolver, isto é desenvolver a sua indústria, só se se integrassem. Os maiores podiam até montar a indústria leve sem se integrar, mas para poder montar a indústria pesada – elemento que segundo TS é importante para poder desenvolver o setor I – precisariam se integrar, porque são setores de dimensões gigantescas. O Brasil conseguiu instalar sem se integrar, mas a Argentina não conseguiu, e o México mais ou menos ou parcialmente. O Brasil conseguiu fazer esse processo nos anos de 1970 nas mãos do Estado, mas hoje dia todo isso está sendo desnacionalizado.

P: Tudo isso corresponde à questão sobre o desenvolvimento [definição]. Mas qual é a relação que esse conceito, desde a TMD, tem com a visão social, ou não sei se eu estou relacionando conceitos que não dão dentro da TD...

NAS: É o que o RMM colocou que a forma de desenvolvimento se deu sob o controle estrangeiro, ela gera SEFT, então ela não gera desenvolvimento social. Segundo ele, para poder ter o desenvolvimento social, tem que ter uma transformação mais profunda, quer dizer, pode diminuir a SEFT e melhorar a distribuição de renda. A integração regional permite um desenvolvimento social na medida em que permite melhorar a distribuição de renda, mas para poder completar isso é através do socialismo, segundo ele. Que é a segunda “etapa”.

P: (4) Se a Venezuela faz parte dos países do Tipo B, segundo a análise de Bamberger, quer dizer que o capital estrangeiro teve um controle direto sobre sua indústria durante o início do século XX, e, portanto, não teve o mesmo desenvolvimento que os países do Tipo A, os quais tiveram uma industrialização de caráter nacional, prévia à Segunda Guerra Mundial, assim como um mercado interno mais evoluído e autônomo. Nesse mesmo período, a Venezuela começou e consolidou sua indústria petroleira, e, simultaneamente, houve a consolidação do Capitalismo Rentista (Segundo Asdrubal Baptista e Bernard Mommer), o que originou uma série de problemas políticos, econômicos e sociais no país. Pode-se considerar o surgimento do Capitalismo Rentista na Venezuela como uma consequência direta, ou não, das relações de subordinação com o Centro?

NAS: Em primeiro lugar, aquela questão de que os países Tipo B os capitais estrangeiros tiveram controle sob a indústria durante o início do século XX, não é bem assim. Durante o início do século XX existia era um controle sob a economia desses países, mas não era indústria ainda. Para eles o controle sob a indústria começou no pós-guerra. Como existia um controle sob as economias, as minas, etc.; quando veio a indústria a mediados do século XX o capital estrangeiro passou a controlá-la também.

Pode-se considerar o surgimento do Capitalismo rentista (CR) na Venezuela como consequência direta da subordinação com o Centro? Eu acho que sim. Pode ser considerado como consequência direta. Por quê? Porque o CR é resultado direto da forma de inserção da Venezuela na DIT. Ela se insere na DIT como exportadora e produtora de matérias-primas – que é o petróleo principalmente – então ela exporta matéria-prima em bruto, e importa produtos industriais. E toda a economia começa a se organizar, de acordo com aquela colocação sua, entorno desse núcleo moderno que está exportando, começa se organizar em torno dessa renda deriva desse núcleo moderno.

Se não houvesse essa inserção subordinada, em relação ao centro, a renda do petróleo seria convertida em que? Em indústria, em bem-estar, em reforma agrária; então seria convertida em atividades produtivas concretas e bem-estar para o povo. No momento em que você está inteiramente vinculado com o centro, essa renda do petróleo beneficia setores do próprio centro, e por outro lado, à elite nacional vinculada diretamente à atividade do petróleo, não só aqueles que trabalham na própria PDVSA, assim como aqueles que estão nas empresas que prestam serviços ao

setor petroleiro; portanto, não se abre espaço para a renda petroleira ser “*sembrada*”. Então o fato de estar diretamente relacionada, subordinada ao centro, na divisão clássica da DIT – produtora de produtos primários – isso leva a esse “rentismo”.

O contrario seria o que? Seria o petróleo ser industrializado, ser vendido como produto industrializado ao invés de ser vendido como matéria-prima bruta; você venderia a gasolina, o produto petroquímico, o polímero. Você gera essa atividade produtiva internamente e você vai deixando de ser rentista, porque você vai transformando industrialmente. Então, acho que tem a ver sim.

Esses dois autores que você citou eu não conheço, Batista e Bernard.

P: São autores que tem estudado exaustivamente o assunto do capitalismo rentista na Venezuela. Inclusive o senhor Bernard Mommer tem ocupado vários cargos na administração do presidente Chávez em assuntos petroleiros.

(5) Entre os problemas derivados de uma economia rentista, ressalta a concentração de renda por uma elite ou classe (seja política, petroleira, ou do setor importador), a qual produziu uma série de distorções nas atividades econômicas, como maior investimento em serviços suntuosos, e menor em setores produtivos que geram bens e serviços orientados a satisfazer as necessidades de toda a população. Em sua opinião, a revolução do gás natural promovida pelo governo pode ajudar a alterar essas distorções nas atividades econômicas?

(6) Conforme afirma o Prof. Dr. Nilson Araujo de Souza em seu artigo “Progreso Técnico, indústria de base e trabalho” (*Trabalho, Técnicas e Mundo*, 2012), “à medida que a internalização do setor I permite a ‘autodeterminação do capital’, ou seja, que no fundamental o ciclo do capital se complete internamente estará garantido o desenvolvimento endógeno da economia”. Nessa perspectiva, pode-se considerar que a inserção da ampliação da IGN na Venezuela contribuiria a estimular setores da economia do país que possam em última instancia atingir um desenvolvimento endógeno da economia?

NAS: Eu acho que essa situação da economia rentistas favorece e gera a concentração de renda, beneficia um setor da sociedade, e por sua vez, as atividades econômicas que são montadas estão em função de atender a esse setor beneficiado, e não para atender à maioria da população; isso aí é um fato real, constatado e tal.

Agora, se a revolução do gás natural pode alterar essa realidade, veja bem, depende, porque tanto a utilização do petróleo como do gás pode; não só de um deles, pode alterar a situação, mas vá depender de como se faz a *siembra* dos dois. Se você leu aquele meu texto sobre o desenvolvimento endógeno, eu apresentei aquele texto num seminário organizado, na época, pelo Ministério da Indústria de Base e tal da Venezuela. Naquela época, foi o quê? Uns seis anos atrás eu acho, tinha sido criado esse ministério e a tarefa dele era formular políticas e fomentar o uso da renda petroleira em atividades produtivas e, basicamente, da indústria do petróleo, da indústria de base. Porque, como é que o Chávez utilizava no fundamental renda petroleira? Para missões, para atividades sociais: saúde, educação etc. Mas tinha dificuldade de transitar para a atividade produtiva. E o ministério tinha a tarefa de fomentar isso; depois esse ministério foi fechado. O Víctor Álvarez que era ministro. Ele atualmente é presidente de uma fundação eu acho.

P: Sim, esse ministério foi absorvido por outro.

NAS: Juntaram com outro. Então, eu acho que era fundamental ter mantido, viu? Não sei as razões pelas quais fechou, mas para você fazer essas transformações profundas de uma atividade, de uma

renda para uma indústria, você tem que ter instrumentos que permitam fazer isso. Então, nem só a revolução do gás como a do petróleo, ou seja, as duas somadas, podem permitir não só o desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento social; alterar essa distorção do ponto de vista social caracterizado pela maneira como os derivados do petróleo se utilizaram e são ainda utilizados. Eu não estou com os dados concretos sobre como está andando na Venezuela, no momento atual, tanto a política do gás como a política do petróleo, ou seja, se mudou um pouco essa realidade do uso do petróleo e do uso do gás.

P: Professor, o conceito de “desenvolvimento endógeno” pode ser usado para falar inclusive do desenvolvimento total da economia nacional, não necessariamente da economia de uma cidade, uma localidade...

NAS: Da economia nacional. E a Venezuela usava muito essa expressão nessa época que existia do Ministro Alvarez, era a expressão fundamental que eles utilizavam para dizer que tem que montar indústrias de base; já que é uma forma para o desenvolvimento endógeno.

P: (7) Como já se comentou anteriormente, a chamada Revolução do Gás Natural na Venezuela faz parte de dois grandes projetos: O *Plan Siembra Petrolera* e o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Um fator novo dentro desses projetos é a inclusão da população no seu desenvolvimento, assim como na fiscalização deles através do que se chama de *contraloría social*, as quais são consequência da Democracia Participativa que prevê a Constituição Nacional. Pode-se considerar que a participação ativa da sociedade civil permite um desenvolvimento mais harmonioso e autônomo nos países da região latino-americana? No que se refere a esses projetos, qual seria a importância de incluir como prioridade uma política externa que visa fortalecer a integração regional latino-americana?

NAS: É um processo complexo. O processo entre você formular determinado projeto, um plano, e concretizar, incorporar a população não é fácil; porque, de um lado, as pessoas que comandam têm dificuldade em incorporar a população, e, por outro lado, a população não está acostumada a viver essa experiência, está acostumada a cuidar da sua vida no dia-a-dia. Então, é um processo complexo que acho que a Venezuela conseguiu avançar bastante nessa geração, mas tem limitações.

P: (8) Na reunião do Grupo de Estudo da TMD do IEE-USP, do dia 17/02/2014, houve uma discussão muito rica sobre como deve ser um projeto nacional desenvolvimentista. Na opinião do Prof. Dr. Nilson Araujo de Souza, esse projeto deve responder às seguintes questões: a) busca romper ou não com a situação de dependência; b) em controle de quem estarão os setores econômicos produtivos (qual classe); c) quais investimentos devem ser priorizados; d) superexploração ou bem-estar social da população; e) de que forma serão usados os recursos naturais, predatória ou seguindo as melhores práticas para a conservação dos ciclos biofísicos da natureza.

Desta maneira, como o senhor avalia a atual situação da Venezuela e o papel que a IGN pode exercer dentro da sua visão de plano nacional desenvolvimentista? Qual seria o melhor papel das *commodities* (como o petróleo) nesse projeto?

NAS: Um plano nacional desenvolvimentista de hoje não seria exatamente a mesma coisa dos planos que ocorreram no passado. Por quê? Porque, hoje, o grau de subordinação e dependência das economias da América Latina é bem maior do que anteriormente.

P: Mais complexo, então.

NAS: Mais complexo também. Isso significa que, se naquela época, o setor industrial era basicamente nacional, a indústria foi montada por capitais nacionais, privados ou públicos, enquanto que atualmente a economia da América Latina está basicamente em mãos estrangeiras, não só em setores de base, como também a economia no geral.

A própria economia brasileira, o controle do capital estrangeiro é gigantesco, não é? Isso significa: para você, um projeto nacional desenvolvimentista hoje, você tem que ter mudanças mais radicais, mais profundas do que você teve naquela época. Naquela época, você não teve que nacionalizar empresas indústrias, porque elas estavam em mãos nacionais. Você teve que nacionalizar empresas de energia, de petróleo, telefonia; não empresas industriais. Atualmente, se você nacionalizar, você tem que nacionalizar empresas industriais em setores fundamentais da economia que estão em mãos privadas; isso significa que o papel do Estado tem que aumentar em relação ao que tinha naquela época. Algo semelhante ao que o Alvarado fez, começou a fazer, e algo semelhante ao que o João Goulart estava começando a fazer no Brasil; isso significa capitalismo de Estado. O nacionalismo desenvolvimentista, na atualidade, se desenvolve sob a forma de capitalismo de Estado.

Se for manter o padrão histórico, não vai funcionar. Então, “como avaliar a atual situação energética no papel que a ela pode exercer dentro de sua visão no plano nacional desenvolvimentista?”, é o seguinte: tem que estar na mão do Estado. Só vai poder cumprir o papel decisivo no sentido de garantir o desenvolvimento, se o Estado aumentar o seu peso, isso aplica logicamente à indústria de gás natural; nem só a exploração, como a transformação igualmente (atividades *upstream*, *midstream* e *downstream*) porque, eu não sei como está organizado na Venezuela com certeza, porque apesar de que o petróleo está sob o comando da PDVSA, tem concessões com outras empresas, assim como no Brasil.

P: Na verdade todos os contratos que existiam foram modificados a empresas mistas, *Joint Ventures* como fala a literatura inglesa. De qualquer forma, sobre a organização da indústria do gás e o papel do Estado, a atual lei de hidrocarbonetos gasosos, promulgada pelo presidente Chávez no seu primeiro ano de governo, mas ela é fruto de governos anteriores, ela abre espaço para uma participação do capital privado maior do que ele pode ter nas atividades petroleiras. E em quinze anos de governo revolucionário isso não foi modificado.

NAS: Então essa é uma questão fundamental a se resolver, do contrário, o gás vai ser utilizado apenas como matéria-prima para ser exportada ou para ser utilizada de forma a não ser transformado. Porque, estando na mão do Estado, o Estado tem condições de definir a sua estratégia, se fica nas mãos do setor privado, o setor só se interessará em vender gás natural, não quer nem saber se houve insumo energético mais profundo, se se transforma em algum insumo básico fundamental.

P: Exato, ele procurará a atividade mais lucrativa...

NAS: É o que vai fazer.

P: (9) Qual seria a melhor forma de avaliar o desenvolvimento social e econômico dentro dos parâmetros da presente pesquisa, usando indicadores já existentes como o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, ou pelo uso de outros indicadores macroeconômicos, comuns nas pesquisas sociais e econômicos, como o PIB e PIB *per capita*, emprego e desemprego, investimento em setores produtivos, gastos em ciência e tecnologia, inflação, etc.? O senhor (a) considera que existem outros indicadores que estejam mais ligados à TMD?

NAS: Esses dados são os dados convencionalmente utilizados, não é? O índice que mais expressa o desenvolvimento econômico é o PIB *per capita*. Agora, o desenvolvimento social, o IDH é um instrumento utilizado, mas eu acho que o instrumento poderoso para ver isso é a participação do salário na renda. Quer dizer, diminuiu, aumentou? Qual o percentual... quantos salários estão presentes na renda? Só para entender, no Brasil da década de 1950, 60% da renda era salário, mais da metade. Final do governo Fernando Henrique, foi para 30%. Caiu de 60% a 30% a participação do salário na renda; significou uma violenta deterioração das condições de vida do trabalhador.

Então, esse índice, a participação do salário/renda é importante para medir o grau de desenvolvimento social. E o outro é a evolução do salário real, do poder de compra do salário. Está aumentando? Está diminuindo? Como está? E o salário real descontando a inflação. Tem vários institutos que calculam, no Brasil tem tanto institutos do governo, como tem institutos dos trabalhadores. Tem o DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, não sei se lá tem alguma coisa parecida com essa, mas ele é um departamento de pesquisa intersindical que calcula a evolução do salário, e pertence aos próprios sindicatos. Poucos países têm isso.

P: Então, essa colocação do senhor me faz pensar que o objetivo da pesquisa, em lugar em se focar no desenvolvimento social, podia refletir de forma mais ampla, sobre como a indústria do gás pode estimular uma ruptura com a dependência.

NAS: Eu estou achando que, talvez, como você falou: ao invés de relacionar com o desenvolvimento social, porque é o processo mais complexo; como você vai relacionar a revolução gasífera com o desenvolvimento social? Porque, no caso do petróleo, a *siembra* se traduz nas missões, isso aí você consegue mais facilmente.

P: Eu tive a oportunidade de entrevistar ao presidente da agencia reguladora, por assim dizer, da indústria do gás na Venezuela, o senhor Jorge Luis Sanchez, presidente do ENAGAS. Ele revelou para mim que os insumos para a ampliação dessa indústria, qualquer um dos seus projetos em construção, são insumos que em sua maioria são importados. Qual é a sua opinião a respeito.

NAS: No Brasil, a Petrobrás, tem uma política denominada “índice de nacionalização”, isto é, as compras que ela faz de equipamentos, um percentual, me parece que 70%, tem que ser de origem nacional; então a indústria petroleira contribuindo para desenvolver a indústria que produz equipamentos que a Petrobrás utiliza. Até a indústria automobilística tem isso. Ao invés de importar todas as peças, uma parte delas tem que ser comprada de produção nacional. Então, eu acho que lá deveria aplicar-se esse tipo de medidas que contribuem para o desenvolvimento da indústria nacional.

A questão é refletir sobre o desenvolvimento, mas nem só social, o desenvolvimento econômico-social. Acho que aí se coloca no centro da questão a ruptura com a dependência.

C. Declaração de autorização

INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Programa de Pós-Graduação em Energia - PPGE

DECLARAÇÃO

Eu, Nilson Araujo de Souza, informei a Pablo José Carrizalez Nava sobre a minha decisão em autorizar a reprodução da entrevista feita comigo no dia 13 de setembro de 2014, como parte da dissertação intitulada "**O GÁS NATURAL COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO NA VENEZUELA: UMA LEITURA À LUZ DE BAMBIRRA, DOS SANTOS E MARINI**". Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação não tem despesas. Concordo voluntariamente em participar deste trabalho e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo.

Dr. Nilson Araujo de Souza

Data: 29/09/2015

VIII. ANEXO

Objetivos dentro do *Plan de la Patria: Segundo Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación, 2013-2019*, que guardam relação com a ampliação da indústria do gás natural na Venezuela.

Como foi abordado no capítulo IV, subitem 4.3.1, esse plano nacional, com vigência durante o desenvolvimento desta pesquisa, está baseado em cinco grandes objetivos históricos. A seguir, são apresentados, seguindo uma lógica hierárquica, os objetivos históricos, nacionais, e, estratégicos e gerais, que estão relacionados, direta ou indiretamente, com uma ampliação da indústria do gás natural em função do desenvolvimento nacional.

A fim de facilitar a compreensão, foi feita uma tradução ao português dos objetivos em questão, a partir do texto original da *Asamblea Nacional* (Poder Legislativo Nacional) da Venezuela (2013).

GRANDE OBJETIVO HISTÓRICO Nº 1: Defender, expandir e consolidar o bem mais apreciado que reconquistamos depois de 200 anos: a Independência Nacional.

Objetivo nacional:

1.2. Preservar e consolidar a soberania sobre os recursos petrolíferos e demais recursos naturais estratégicos.

Objetivos estratégicos e gerais:

1.2.1. Fortalecer o rol do Estado na administração e exploração dos recursos hidrocarbonetos e minerais.

1.2.2.2. Garantir uma participação majoritária da PDVSA nas empresas mistas.

1.2.5. Assegurar os meios para o controle efetivo das atividades conexas e estratégicas associadas à cadeia industrial de exploração dos recursos hidrocarbonetos.

1.2.5.2. Consolidar o controle efetivo das atividades-chave da cadeia de valor de petróleo e gás.

1.2.9. Atingir uma instância de coordenação de políticas de gás para uma valorização justa e racional do gás.

1.2.9.1. Impulsionar mecanismos entre os países produtores de gás para uma justa valorização do gás e sua conservação.

1.2.12. Garantir a propriedade e uso dos recursos naturais do país de forma soberana, para satisfazer às demandas internas, assim como seu uso em função dos mais altos interesses nacionais.

1.2.12.3. Garantir a incorporação dos recursos naturais estratégicos ao processo produtivo de forma eficiente e sustentável, para a satisfação e acesso democrático da população aos bens e serviços para o bem-estar.

Objetivo nacional

1.3. Manter e fortalecer o atual regime fiscal petrolífero a fim de garantir o bem-estar do povo.

Objetivos estratégicos e gerais:

1.3.5.1. Manter e ampliar o Fundo Conjunto Sino-Venezuelano (em espanhol, *Fondo Conjunto Chino-Venezolano*), como estratégia para assegurar uma nova geopolítica, baseada na diversificação de mercados, e como mecanismo para a atribuição de recursos direcionados ao desenvolvimento de projetos estratégicos para a sociedade, para a infraestrutura, para a indústria, para a agricultura e para a energia, dentre outros.

1.3.5.2. Promover a criação de mecanismos de cooperação bilateral com sócios estratégicos, mediante os quais se receberão recursos financeiros que sejam cancelados através do fornecimento de petróleo e produtos.

1.3.7.1. Incentivar, através do MERCOSUL, projetos que permitam diversificar a economia venezuelana.

1.3.10.6. Incrementar os níveis de investimento público em setores estratégicos, como alavanca para o desenvolvimento sócio-produtivo.

GRANDE OBJETIVO HISTÓRICO Nº 2: Continuar construindo o socialismo bolivariano do século XXI na Venezuela como alternativa ao sistema destrutivo e selvagem do capitalismo y, com isso, garantir “a maior soma de felicidade possível, a maior soma de segurança social e a maior soma de estabilidade política” para nosso povo.

Objetivo nacional

2.1. Impulsionar a transformação do sistema econômico em função da transição ao socialismo bolivariano, transcendendo o modelo rentista petroleiro capitalista rumo ao modelo econômico produtivo socialista, baseado no desenvolvimento das forças produtivas.

Objetivos estratégicos e gerais

2.1.3.4. Fortalecer setores produtivos em que o país apresente vantagens comparativas, orientando os excedentes como base econômica alternativa ao modelo monoexportador.

2.1.4.5. Conformar um sistema de parques industriais para o fortalecimento de cadeias industrial-produtivas, facilidades logísticas, formação, tecnologia e sistema de distribuição de insumos e produtos com preços justos. Tais pontos terão unidades de gestão integral a fim de concentrar serviços e permitir novas formas de organização da produção.

GRANDE OBJETIVO HISTÓRICO Nº 3: Converter a Venezuela em uma potência social, econômica e política dentro da Grande Potência Nascente da América Latina e Caribe, que garantam a conformação de uma região de paz em Nossa América.

Objetivo nacional

3.1. Consolidar o papel da Venezuela como Potência Energética Mundial.

Objetivos estratégicos e gerais

3.1.1. Desenvolver a capacidade de produção do país em consonância com as imensas reservas de hidrocarbonetos, sob o princípio da exploração racional e a política de conservação do recurso natural esgotável e não renovável.

3.1.1.2. Alcançar a produção de gás natural, no ano de 2014, até 7380 MMPCD e, no ano de 2019, até 10.949 MMPCD.

3.1.3. Manter a produção nas áreas tradicionais de petróleo e gás.

3.1.3.2. Manter e melhorar os projetos de recuperação secundária existentes e incorporar novos projetos através de tecnologias de injeção de água e gás, injeção contínua de vapor e surfactantes.

3.1.4. Desenvolver as reservas do Cinturão de Gás no nosso mar territorial incrementando a capacidade de produção e acelerado os esforços exploratórios de nossas reservas.

3.1.4.1. Desenvolver as potencialidades existentes no Cinturão de Gás da Venezuela nos projetos Rafael Urdaneta e Mariscal Sucre, para alcançar uma capacidade de produção de gás de 300 MMPCD, em 2014, e 2030 MMpc/d em 2019.

3.1.4.2. Acelerar os esforços exploratórios do Cinturão de Gás da Venezuela nas áreas de Blanquilla, Mariscal Sucre, e Fachada Atlântica, em busca de novas reservas de gás no associado que permita incorporar reservas de gás com expectativa exploratória de 135 bilhões de pés cúbicos de gás natural.

3.1.4.3. Acelerar a incorporação de condensado, hidrocarboneto de alto valor comercial, que gera as atividades de exploração dos recursos de hidrocarbonetos costa afora, a qual fornecerá mais de 64 Mb/d em 2019.

3.1.6. Expandir a infraestrutura de transporte, armazenamento e distribuição de petróleo e gás, sobre a base de complementar os objetivos de segurança energética da Nação, a nova geopolítica nacional e o incremento da produção nacional de petróleo e gás.

3.1.6.3. Ampliar a rede de transporte de gás até atingir 3.648 km de gasodutos entre existentes e novos, como os gasodutos José Francisco Bermúdez (Sinorgas) e o Norte Llanero Fase I.

3.1.6.4. Incrementar a capacidade de compreensão de gás para sua utilização no setor industrial e doméstico, assim como nas operações de produção da indústria petroleira mediante a construção da infraestrutura necessária que garanta o manejo oportuno de novos requerimentos.

3.1.6.6. Fortalecer e ampliar a cobertura da rede de distribuição de gás metano, com o fim de deslocar o consumo de gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e brindar maior qualidade de vida à população e menor contaminação do ambiente, através da extensão de 8.652 km de redes de tubos e 16.818 km de linhas internas para beneficiar 728.900 famílias.

3.1.7. Fortalecer e expandir a indústria petroquímica nacional.

3.1.7.1. Diversificar o processamento de gás natural, naftas e correntes de refinação, para a geração de produtos de maior valor agregado e a eliminação de importações de insumos para a refinação.

3.1.8. Desenvolver o complexo industrial conexo, a indústria do petróleo, do gás e a petroquímica, para fortalecer y aprofundar nossa soberania econômica.

3.1.8.2. Fortalecer os processos de construção de plataformas de perfuração e produção dos jazidos Costa Afuera (*offshore*), a partir da experiência nacional.

3.1.9. Fortalecer y aprofundar a soberania tecnológica do setor de hidrocarbonetos.

3.1.9.4. Implementar a nível nacional a Universidade dos Hidrocarbonetos, a fim de cumprir com a formação técnica e político-ideológica para as áreas de desenvolvimento petrolero, em particular para a *Faja Petrólífera del Orinoco* e Costa Afuera.

3.1.12. Garantir a segurança energética do país, otimizando a eficiência no planejamento estratégico e tático, que permita minimizar os riscos inerentes aos fluxos energéticos no território.

3.1.12.2. Sincronizar a produção dos diferentes combustíveis com a demanda interna, garantindo os dias de cobertura requeridos e sua disponibilidade no território nacional.

3.1.12.3. Fomentar o desenvolvimento de combustíveis alternativos que substituam paulatinamente o consumo de derivados do petróleo.